minerva

de bolso

texto integral

As divergências Sino-Soviéticas

(e a actual política externa Chinesa)

«MINERVA DE BOLSO»

Publicados:

1 — *Madame Bovary*, Gustavo Flaubert
2 — *O Inferno dos Homens Vivos*, Guido da Verona
3 — *O Crime do Padre Mouret*, Emílio Zola
4 — *Vietname*
A Chacina de Mylai, John Sack
5/6 — *Para Além da Morte*, John Galsworthy
7 — *Drácula*, Bram Stoker
8 — *Caderno Proibido*, Alba de Céspedes
9 — *A Dama das Camélias*, Alexandre Dumas (Filho)
10 — *Voragem*, Máximo Gorki
11 — *Um Socialista Insociável*, Bernard Shaw
12 — *Um Homem Só*, Roger Vailland
13 — *O Exílio*, Pearl Buck
14 — *O Espião que Saiu do Frio*, John Le Carré
15/16 — *O Tio Goriot*, Honoré de Balzac
17 — *Viúvas de Vivos*, Joaquim Lagoeiro
18 — *Primeiro Amor*, Ivan Turgueniev
19 — *Frankenstein*, Mary Shelley
20/21 — *Diário de uma Criada de Quarto*, Octave Mirbeau
22 — *Cartas de Capri*, Mário Soldati
23 — *A Virgem de 18 Quilates*, Pitigrilli
24 — *Os Infortúnios da Virtude*, Marquês de Sade
25 — *Santuário*, William Faulkner
26 — *Aldeia das Aguias*, Guedes de Amorim
27 — *A Casa e o Mundo*, Rabindranath Tagore
28/29 — *Crime e Castigo* (vol. I), Fédor Dostoiewski
30/31 — *Crime e Castigo* (vol. II), Fédor Dostoiewski
32 — *O Camarada*, Cesare Pavese
33 — *Citações do Presidente Mao Tsetung*
34 — *A Atlântida*, Pierre Benoit
35 — *Siddhartha*, Hermann Hesse
36 — *As divergências Sino-Soviéticas (e a actual política externa chinesa)*

As divergências Sino-Soviéticas

(e a actual política externa Chinesa)

minerva de bolso

Editorial Minerva

EDITORIAL MINERVA
fundada em 1927, por Manoel Rodrigues
Rua Luz Soriano, 31-33 — Lisboa, Portugal

1.ª edição: Novembro 1974

Tradução e compilação de M. Rodrigues G.
Capa e execução gráfica de Pedro Metello
Comp. e imp. of. Editorial Minerva

UNIR AS MASSAS PARA DERROTAR AS MINORIAS

(Guardian 1973)

A CHINA CONTRA AS SUPERPOTÊNCIAS

A República Popular da China tornou-se, nos últimos anos, uma voz importante em questões internacionais.

Mas não somente outra voz, nem outra voz importante.

A entrada de Pequim na cena política mundial é um acontecimento de importância histórica porque para além da República Popular da China ser o país mais densamente povoado do mundo e pertencer à zona subdesenvolvida do 3.° mundo, é um país revolucionário.

Assim no início dos anos 70 a China conseguiu, entre outras, as seguintes vitórias:

1) Foi admitida como membro das Nações Unidas, vencendo 20 anos de oposição dos Estados Unidos (EE. UU.). Este acontecimento marcou também o início da queda do regime reaccionário do Kuomintang na Formosa, uma das maiores ameaças à segurança da China.

2) Iniciou o processo de normalização das relações diplomáticas com os EE. UU., simbolizando isso o fim da política Americana de isolamento do pós-guerra, cuja pretensão era destruir o governo socialista da China.
   Este desanuviamento afastou temporariamente uma ameaça directa para a China e prognostica outras mudanças nas relações de poder na Ásia.

3) Restabeleceu relações diplomáticas com o Japão. E também isso afastou outra ameaça directa para a China e para a Ásia, conseguindo interpor uma barreira entre o Japão e os EE.UU., aliados sob a égide de Washington desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

4) Estabeleceu relações diplomáticas com muitos países de todo o mundo e relações de amizade com nações do 3.° mundo, ao mesmo tempo que desenvolvia com alguns governos socialistas relações mais estreitas até essa altura condenadas com hostilidade mútua.

Estas são as maiores realizações de um país só recentemente saído do isolamento diplomático, mas representam só o princípio, não o culminar da política externa chinesa; um caminho para um objectivo mais lato, não um fim.

O principal objectivo da China é transformar o equilíbrio do poder internacional contemporâneo sem ela própria mergulhar durante o processo no chauvinismo do mais forte.

Mas isto, também é só um meio para a realização do que tem sido a principal estratégia internacional da República Popular da China desde a sua constituição em 1949: a derrota mundial do imperialismo.

Do ponto de vista chinês, o mundo é dominado por duas superpotências — os EE. UU. e a URSS — que se conluiam e disputam entre si a partilha do mundo em esferas de influência que cada uma controlaria e exploraria. A China define-as como imperialistas (com a URSS representando o «social imperialismo», depois da crítica de Lénine àqueles «que sendo socialistas nas palavras são imperialistas nos actos») e acusa-as de chauvinismo.

Um dos objectivos da política externa chinesa é reduzir o poder dos EE. UU. e da URSS e aumentar o poder dos restantes países mundiais. O método utilizado para conseguir isso consiste em encorajar os países pequenos e médios a tomar uma posição independente em relação a Washington e Moscovo em questões internas e externas.

O pensamento que está por detrás desta tese foi expresso na 1.ª alocução do representante chinês na ONU, Chiao Kuan-kua em 15 de Novembro de 1971: «Temos defendido insistentemente que todos os países, grandes ou pequenos, deveriam ser iguais e que os cinco princípios para a coexistência pacífica deveriam guiar as relações entre os estados. O povo de cada país tem o direito de escolher o sistema social do seu próprio país, de acordo com a sua vontade e de manter a independência, soberania e integridade territorial do seu próprio país. Nenhum país tem o direito de sujeitar outro à sua agressão, controle, interferência ou opressão. Opomo-nos à teoria imperialista e colonialista que faz as grandes nações superiores às pequenas e estas subordina às grandes nações.

Opomo-nos à política do mais forte e à hegemonia das grandes nações que oprimem as pequenas ou das nações fortes que oprimem as fracas. Consideramos que os problemas de um determinado país devem ser resolvidos pelo seu povo, que os problemas mundiais devem ser resolvidos por todos os países do mundo e que os problemas da ONU devem ser resolvidos por todos os seus estados membros conjuntamente, não devendo ser permitido às superpotências manipulá-los e monopolizá-los.

As superpotências querem ser superiores e dominar. A China em ocasião alguma se tornará uma superpotência sujeitando outras à sua agressão, controle, interferência ou opressão.»

Para reduzir o campo de acção dos EE.UU. e da URSS, a China Popular impulsiona a formação de uma larga frente unida de países que assumam posições independentes — principalmente os do 3.° mundo, mas incluindo qualquer outro país não completamente dominado pelos EE. UU. ou pela URSS — e lutem contra as duas superpotências.

É provável que cada vez mais países alinhem com esta 3.ª força — o bloco unido dos países independentes, «pequenos» e «médios» individualmente, mas poderosos em conjunto, que não recebem ordens de nenhuma grande potên-

cia. Se a China se substituísse a essa 3.ª força — procurando o estado de superpotência para si ou a hegemonia sobre o bloco dos países independentes — destruiria a sua própria tese, já que o aliciante para atrair países para fora da órbita duma superpotência seria a promessa de independência. Por isso a repetida ênfase da China em nunca se tornar uma superpotência.

Se tal frente unida se constituísse contra as superpotências, poderia ter vários resultados possíveis.

Em relação aos EE. UU. e à URSS, aumentaria as contradições entre as duas grandes potências, conforme cada uma procurasse manter o domínio sobre as «suas» dependências. Complicaria os planos para a divisão do mundo em duas esferas de influência. Causaria cisões no interior de cada um dos dois blocos, enfraquecendo a influência do imperialismo dos EE. UU. por um lado e a influência do Revisionismo Soviético por outro.

Em relação aos países pequenos e médios, o desenvolvimento de posições mais independentes facilitaria o processo de implantação de uma barragem efectiva ao imperialismo e conduziria a lutas importantes contra o neocolonialismo.

A fuga de um país à dominação estrangeira, inclusive a dos países governados internamente por forças reaccionárias, fortaleceria as forças progressistas e revolucionárias de cada um dos países em questão. Isto é, a luta pela libertação nacional (do controle colonial, neocolonial, feudal e semi-feudal e da alta burguesia) seria *encetada* num país livre, ou quase, do controle estrangeiro e por isso da manipulação directa e apoio ao grupo no poder.

E as lutas pela independência e libertação muitas vezes conduzem à revolução. Isto, pensamos, é o que os chineses querem dizer com o «slogan»: «Os países querem a independência, as nações querem a libertação e o povo quer a revolução».

Os outros dois pontos de vista mais frequentes são os da URSS e dos EE.UU. A União Soviética considera o mundo composto por dois blocos que devem coexistir pacificamente mas também competir quando necessário. Os EE. UU. sob a administração Nixon, estão a modificar os seus pontos de vista para acomodarem as cinco potências mundiais — as duas grandes, mais a Europa, o Japão e a China, estas com funções regionais.

Ambas as estratégias pretendem segundo os chineses, preservar o «status quo», aumentar os interesses hegemónicos das duas grandes potências e impedir o desenvolvimento das guerras de libertação — excepto em certos países sob governo colonial directo — que poderiam lançar os EE.UU. e a URSS para um conflito.

No caso da URSS, existe o incentivo suplementar da conservação da hegemonia sobre o «bloco socialista» que ela domina largamente, afastando a China da cena política mundial e do bloco socialista enquanto esta não adoptar uma posição de subordinação à URSS.

Os EE. UU. tiveram muito pouco a dizer acerca dos objectivos da política externa da China, principalmente porque não se sentiram imediatamente atacados por eles e por desejarem utilizar a China no dueto contenção-conluio com a URSS.

A União Soviética contudo foi mais franca. Um artigo no «Pravda», órgão do Partido Comunista Soviético, de 5 de Setembro de 1972, declarava o seguinte: «Os factos mostram que o objectivo mais importante de toda a política Maoista é, como anteriormente, a luta contra a União Soviética e outros países da comunidade socialista que são considerados em Pequim os principais obstáculos para a realização das suas aspirações chauvinistas, a grande potência.»

E o artigo do «Pravda» continuava: «Não perdendo a esperança de formar um bloco anti-Soviético com alguns partidos e grupos pró-Pequim, os Maoistas, gostariam que pelo menos num estádio de transição, a maior parte dos Partidos Comunistas e Operários assumissem uma posição neutra em relação ao Maoismo.»

O Governo Soviético pensava aqui sem dúvida, não só na Roménia, que estabeleceu relações com a China, princi-

palmente desde a invasão da Checoslováquia em 1968 pelos membros do Pacto de Varsóvia, mas também na Polónia, na Hungria e noutros países socialistas que têm dado provas da sua amizade com a China, para não se mencionarem já, alguns partidos que não estando no poder, alinhavam geralmente com Moscovo.

Algumas das mais azedas críticas à linha internacionalista chinesa provêm do Movimento Trotskista Internacional, mas seria um erro concluir que só os Trotskistas ou os Revisionistas se opõem ao avanço da China. Em todo o mundo muitos Marxistas-Leninistas independentes, incluindo alguns que eram muito amigos da China têm sido lançados na confusão ou na oposição a certos aspectos da linha internacionalista chinesa.

Talvez a maior objecção que lhe possa ser feita seja a das relações que a China mantém com regimes reaccionários, presumindo-se com isso que o governo de Pequim já não apoia a revolução.

AGRADEÇAMOS AO GRANDE LÉNINE

Porque é que a China Popular insiste na constituição duma frente unida contra as superpotências — i.e., contra os EE. UU. e a URSS?

A resposta é muito simples: o governo de Pequim considera ambas as superpotências — para além das diferenças existentes no sistema social — igualmente perigosas para a China e para a revolução mundial.

Na verdade «o social-imperialismo Soviético... é ainda mais traiçoeiro do que os países imperialistas de longa data e por essa razão mais perigoso» segundo a Revista de Pequim de 6 de Outubro de 1972.

No entanto, nem sempre foi assim, ainda que a história das divergências entre o Partido Comunista Soviético (PCUS) e o Partido Comunista Chinês (PCCh) remontem aos anos vinte.

Durante duas décadas, após a libertação da China em 1949, a posição oficial do PCCh e do governo era a da formação duma frente unida contra o imperialismo dos EE.UU. A partir dos anos 70 a política externa chinesa modificou-se, tentando reunir numa frente unida os «países pequenos e médios» contra «os dois imperialismos» dos quais um era a URSS.

Em Dezembro de 1963, no auge da polémica Sino-Soviética o PCCh argumentou «só temos um objectivo em vista, i.e., reunir todas as forças que possam ser unidas para constituir uma larga frente unitária que tenha o bloco

socialista e o proletariado como núcleo, contra o imperialismo dos EE. UU. e seus lacaios».

Actualmente o PCCh argumenta que «nos devemos unir aos outros países socialistas, à classe operária de todo o mundo, a todos os povos oprimidos e nações oprimidas, a todos os países amantes da paz e aos povos que se opõem à política do mais forte, para firmemente enfrentarmos a política de agressão e guerra, do imperialismo e do social-imperialismo... A nossa acção condiz com os interesses fundamentais do povo chinês e do mundo. E só deste modo pode ser desanuviada a tensão internacional e salvaguardada a paz mundial.»

Em meados de 1963 o PCCh registava as contradições principais no mundo: «A contradição entre os blocos socialista e imperialista, a contradição entre o proletariado e a burguesia nos países capitalistas, a contradição entre as nações oprimidas e o imperialismo e a contradição entre os países imperialistas e os grupos capitalistas monopolistas nos países imperialistas.»

Em Abril de 1969 a China modificou a formulação das quatro maiores contradições que devem ser: «A contradição que opõe as nações oprimidas ao imperialismo e ao social-imperialismo; a contradição entre o proletariado e a burguesia nos países capitalistas revisionistas; a contradição que opõe os países imperialistas e sociais-imperialistas aos países imperialistas; e a contradição que opõe os países socialistas ao imperialismo e ao social-imperialismo.»

Esta reformulação mantém-se ainda válida.

Durante este período de 6 anos, os chineses desenvolveram a tese de que o social-imperialismo era equivalente ao imperialismo dos EE.UU., modificaram a ordem de prioridades na formulação das contradições — dando importância primordial à luta das nações oprimidas — e eliminaram a referência aos «blocos» socialista e imperialista.

As razões da China, para se opor decididamente à URSS, apoiaram-se principalmente na conclusão, a que

chegou o PCCh, de que o PCUS «restaurou o capitalismo», actua de um modo imperialista em relação às nações sob a sua influência e abandonou entre muitas outras coisas a concepção Leninista da ditadura do proletariado.

O PCCh considera as quatro contradições «irreconciliáveis» — isto é, «a sua existência e desenvolvimento estão destinados a desencadear a revolução». Mas para além da certeza de que «a revolução é a tendência mais generalizada no mundo actual» os chineses não desmentem a possibilidade de uma ou ambas as superpotências poderem desencadear uma Guerra Mundial, que «resolva» estas contradições.

Num importante discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 3 de Outubro de 1972, Tchiao Cuan-Hua, chefe da delegação da República Popular da China, declarou que «os povos do mundo não devem de modo algum deixar-se confundir por certos fenómenos de acalmia temporária e superficial que se manifestam actualmente e cair numa ilusão de segurança. Ao mesmo tempo que lutamos pela paz mundial e pelo progresso da humanidade, devemos manter-nos muito vigilantes quanto ao perigo de uma nova guerra de agressão desencadeada por todo e qualquer imperialismo e tomar as medidas necessárias para fazer face a essa eventualidade».

«No mundo actual», afirmou um membro do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Pequim em 1972, «só as superpotências são capazes de perpetrar guerras de agressão, directa ou indirectamente». E ficou claro que para a China, a URSS era tão capaz, como o imperialismo Americano, de desencadear uma agressão armada — directamente, como contra a Checoslováquia em 1968, ou indirectamente, como contra o Paquistão em 1971.

Não foram deixadas dúvidas de que a China não exclui a possibilidade de um ataque da URSS. Durante uma visita ao enorme sistema de abrigos anti-aéreos subterrâneos de Pequim, perguntou-se de que direcção previa a China um ataque. «Estamos preparados para resistir a

agressões venham de onde vierem» foi a resposta. «Do norte também?», «Principalmente do norte».

Para percebermos a actual política externa da China é necessário conhecermos a história das relações Sino-Soviéticos (ou melhor, as relações entre o PCCh e o PCUS) durante um largo período de tempo. Os chineses datam o corte das relações com a União Soviética de 1956, quando o PCUS sob a direcção de Nikita Khrushchev, se desviou bruscamente para a direita tanto nos assuntos internos como nos externos. Diferenças históricas de algumas décadas, entre os dois partidos, permitiram ao PCCh adquirir a experiência necessária para avaliar, independentemente, o desenvolvimento do revisionismo na URSS e tomar medidas contra ele. É importante ter presente que existe uma diferença qualitativa nas divergências existentes entre o PCCh e o PCUS, durante a época de Staline e aquelas que se tornaram patentes com Khrushchev.

O PCCh nasceu no seu 1.° Congresso Nacional em Shangai a 1 de Julho de 1921. «Agradeçamos ao grande Lénine», declarou o PCCh no 60.° aniversário da sua fundação.

«A Revolução Socialista de Outubro de 1917 na Rússia conduzida por ele, trouxe o Marxismo-Leninismo ao povo chinês». Mas durante a luta revolucionária chinesa após a morte de Lénine o PCUS, dirigido por José Staline, exerceu uma influência negativa particularmente através dos ofícios da Internacional Comunista (Comintern). Para além disso, havia secções influentes no PCCh, que por si e dogmaticamente interpretavam as experiências do PCUS e procuravam impor as suas «lições» na China, não obstante as importantes diferenças nas condições objectivas.

A Comintern, embora útil em algumas ocasiões, cometeu uma série de lapsos em relação à Revolução chinesa, especialmente entre 1927 e 1935. Isso deveu-se: 1) às dificuldades de comunicação; 2) à incapaz apreciação das necessidades da revolução chinesa pelos representantes da Comintern na China; 3) Ao facto de Staline considerar a Comintern uma extensão da política Soviética.

Esses lapsos que custaram um enorme número de vidas e quase destruíram a Revolução chinesa, demonstraram a impossibilidade de conduzir uma revolução por controle remoto, a necessidade de independência por parte de alguns partidos e o facto das condições para a revolução variarem de país para país. Provido destas lições o PCCh desenvolveu uma posição independente realçando ao máximo a sua auto-confiança.

Os chineses minimizaram as divergências com Staline, concentrando as suas críticas nos membros do PCCh que cegamente pretendiam seguir o modelo e as directivas da União Soviética. Actualmente o PCCh considera Staline um grande Marxista-Leninista, cuja contribuição para o socialismo na URSS ultrapassa de longe os seus aspectos negativos. Ainda em 1963 numa polémica intitulada «Sobre Staline» (que defendia o leader Soviético dos ataques dos modernos revisionistas) o PCCh afirmou:

«Ao defender Staline, não defendemos os seus erros. O PCCh há já algum tempo que os experimentou. Desde as orientações erradas de «esquerda» até às orientações oportunistas de direita que emergiram no PCCh, fruto da influência internacional, algumas surgiram sob a influência de certos erros de Staline.

De uma maneira geral Mao Tsetung dirigiu a luta contra esses erros, chegando até a ser irradiado do Secretariado Político do PCCh em 1927, por lutar contra a subordinação do Partido à hegemonia do Kuomintang, numa frente unida, cuja linha de orientação devia ser difundida pela Comintern. Mao não opôs uma frente unida à burguesia nacional, mas afirmava que deveria ser concedido ao PCCh, com base na aliança operário-camponesa, o papel principal.

Muitas das mais importantes cisões no seio do PCCh durante os anos de luta revolucionária, verificaram-se entre aqueles que apoiavam as instruções ziguezagueantes da Comintern e aqueles — sempre conduzidos por Mao, que insistiam na aplicação dos princípios Marxistas-Leninistas às condições que existiam na China.

Um dos primeiros debates, que provocaram despromoção temporária de Mao, teve como alvo o secretário geral do PCCh Chen Tu-hsiu, que seguindo as instruções da Comintern pretendia constituir uma frente unida com o Kuomintang.

De acordo com uma publicação chinesa recente, Chen defendia nessa altura que a Revolução chinesa no estádio em que se encontrava era uma revolução burguesa de caráoter democrático que só podia ser conduzida pela burguesia e conduzir a uma República burguesa. Considerava que o proletariado chinês não era «uma força revolucionária independente» e por isso não podia ser a classe dirigente e que os camponeses eram «dissolutos», «conservadores» e «incapazes de auxiliar a revolução».

«Rejeitou completamente as posições correctas de Mao Tsetung e desistiu da chefia dos camponeses, da pequena burguesia urbana e da média burguesia e sobretudo das forças armadas».

«Ele advogou a aliança e não a luta na frente unida».

O Kuomintang virou-se contra o então pouco experiente PCCh realizando nele uma purga sangrenta. Chen foi despromovido do seu posto e, por fim, defendeu Leon Trotsky.

«Pouco depois do nosso Partido ter contado relações com o Kuomintang e corrigido a linha oportunista de direita, defendida por Chen Tu-hsiu, surgiram as linhas: putchista de «esquerda» conduzida por Chu Chiu-pai em meados de 1927, princípios de 1928, a oportunista de esquerda conduzida por Li Li-san, entre Junho e Setembro de 1930 e a oportunista de «esquerda» conduzida por Wang Ming entre 1931-1934.

Todas estas orientações que se opunham ao grupo de Mao falharam e todas elas caíram sob o domínio de Moscovo e da Comintern. Em Janeiro de 1935, logo após a queda de Wang Ming, Mao e a orientação por que tinha lutado, estavam no poder. Durante as lutas que levaram à libertação Mao conduziu várias campanhas, com sucesso, contra as «orientações incorrectas» que se desenvolviam, algumas delas sob influência Soviética.

Durante a última fase da 2.ª Guerra Mundial, Moscovo movimentou-se para fortalecer as suas relações com o regime de Chiang Kai-shek.

A URSS assinou um acordo com os EE. UU. e com a Grã-Bretanha — contra o PCCh — com o fim de só as forças de Chiang aceitarem a rendição japonesa.

Em meados de 1945, a URSS pretendia «uma China unificada e democrática sob o governo Nacional (Kuomintang)». Algum tempo depois, Staline pressionava o PCCh a dissolver o Exército Vermelho e a «juntar-se ao governo de Chiang Kai-shek».

Depois de sangrenta guerra civil, até ao fim da qual foi apoiado por Washington, Chiang voou para a Formosa e o PCCh e o Exército Vermelho tomaram o controle do país mais populoso do mundo — devastado pela guerra, esfomeado, ameaçado pelos EE. UU. e pelo Kuomintang.

Em meados de 1949, quase após a subida ao poder, Mao foi a Moscovo negociar um tratado económico e de amizade com a URSS, para cujo lado a China publicamente admitia «inclinar-se». Ao «leader» da maior revolução desde 1917 foi concedida por Staline, o que pode considerar-se uma recepção íntima. E demorou mais de dois meses o acordo dos termos que não eram de modo nenhum favoráveis à China.

Existem ainda outras divergências ideológicas entre o PCCh e o PCUS. Mas de modo geral, as relações entre os dois partidos durante este período foram cordiais. Os chineses nunca ocultaram a pesada dívida ao partido de Lénine, aos povos da União Soviética e a Staline, cujo retrato, juntamente com os de Marx, Engels, Lénine e Mao se vêem frequentemente por toda a China e na Praça principal de Pequim.

Ao mesmo tempo o PCCh aprendeu na luta que só ele devia guiar o seu destino através da prática da auto-suficiência no contexto do internacionalismo proletário. Este tipo de independência relativamente única entre os Partidos Marxistas-Leninistas dessa época, seria muito importante nos confrontos da década seguinte.

O APOIO DE PEQUIM A MOSCOVO

O Partido Comunista Chinês e as massas chinesas constituíram uma República Popular em Outubro de 1949.

Foi o resultado de uma luta monumental que durou 28 anos e é única na história da revolução, envolvendo anos e anos de luta contínua de guerrilha, de grandes vitórias e excruciantes derrotas, de incrível privação, de constante desenvolvimento de tácticas políticas, de cruéis conflitos facciosos, de largas frentes unidas, de cercos isoladores e de aplicação criativa do Marxismo-Leninismo às condições só afloradas por Marx e Lénine.

Esta revolução só podia ter tido um impacto dramático no processo revolucionário mundial. As teorias e aplicações que se desenvolveram em tal luta não podiam esfumar-se no momento da declaração de que as massas chinesas estavam finalmente libertas de séculos de opressão.

Após a libertação, o PCCh, sob a orientação directa do Presidente Mao Tsetung desde 1935, acreditou que poderia oferecer ao mundo, especialmente às nações Asiáticas, Africanas e Latino-Americanas as suas experiências e ideias revolucionárias.

Embora reconhecesse na União Soviética o primeiro país socialista, a direcção do PCCh não tencionava permanecer muda no movimento revolucionário internacional. Seis anos antes da libertação, Liu Chao-Chi escrevia que «o nosso partido testemunhou mais mudanças importantes e acumulou mais experiências de luta revolucionária... do que qualquer outro Partido Comunista no mundo». Liu naturalmente incluía o PCUS nesta categoria.

Três anos mais tarde, Liu disse à correspondente Anna Louise Strong: «A maior realização de Mao Tsetung tem sido converter o Marxismo-Leninismo numa fórmula Asiática, a partir da sua fórmula Europeia. Marx e Lénine eram Europeus; escreveram em línguas Europeias sobre a história e os problemas Europeus, raramente referindo a Ásia ou a China. Os princípios básicos do Marxismo são indubitavelmente adaptáveis a todos os países, mas aplicar a sua verdade geral a práticas revolucionárias na China é um trabalho difícil... Mao Tsetung... utiliza os princípios Marxistas-Leninistas para explicar a história da China e os problemas práticos chineses. Ele é o primeiro a conseguir fazê-lo... Em qualquer espécie de problemas — a nação, os camponeses, a estratégia, a formação do partido, literatura e cultura, problemas militares, finança, economia, métodos de trabalho, filosofia — Mao não só aplicou o Marxismo às novas condições mas também lhe deu um novo desenvolvimento. Criou uma forma Chinesa ou Asiática de Marxismo...»

Edgar Snow em «A outra margem do Rio» interpretou as afirmações de Liu como uma «proposta inequívoca para a liderança chinesa pelo menos na Ásia». E continua: «De acordo com as afirmações de Liu em 1946 e durante o período pós-revolucionário de 1949-51, os porta-vozes do Partido defendiam a originalidade da «ideologia de Mao» e consideravam a revolução chinesa o «modelo» para outros países semicoloniais e coloniais. A imprensa do Governo Soviético não reconheceu qualquer «novo desenvolvimento» ideológico ou «fórmula Asiática de Marxismo»... as reivindicações da China só cessaram após o rebentamento da Guerra da Coreia — para não serem retomadas abertamente senão em 1958».

A afirmação renovada das implicações teóricas decorrentes das experiências da Revolução Chinesa coincidiu com um salto significante para a direita na URSS, assinalado pela subida ao poder de Nikita Khrushchev.

Os chineses datam deste período o revisionismo como orientação dominante no PCUS. A crítica chinesa ao Revisionismo Moderno conduziu ao corte de relações entre a China e a Rússia, o antecedente directo da actual política externa de Pequim que considera os EE. UU. e a URSS duas superpotências contra as quais os povos mundiais se devem unir.

Para além de algumas divergências entre o PCCh e o PCUS, as relações com a União Soviética eram de um modo geral cordiais, em 1949.

A primeira missão da China, após a libertação foi tentar consolidar a sua vitória revolucionária, enquanto simultaneamente observava a ilha Formosa para la qual o reaccionário Kuomintang de Chiang Kai-shek — com os seus milhões de soldados — se tinha transferido com a assistência e apoio dos EE.UU., sonhando com a «libertação» da China num futuro próximo.

Menos de um ano após a constituição da República Popular da China o Regime Sul Coreano fantoche de Syngman Rhee ordenou ao seu exército, financiado pelos EE. UU., a invasão da República Democrática e Popular da Coreia. Imediatamente repelido, o exército de Rhee esteve quase a ser lançado no Mar Oriental, quando os EE. UU. a coberto de um mandato das Nações Unidas, intervieram em força.

Alheando-se dos sucessivos avisos de Pequim as forças das «Nações Unidos» acercaram-se da fronteira e consequentemente das tropas chinesas. O Exército Popular da Coreia e voluntários chineses anularam o avanço dos EE.UU. e empurraram os invasores para a Coreia do Sul inflingindo a primeira grande derrota ao imperialismo dos EE. UU.

Os motivos de Rhee para a invasão da República Democrática e Popular da Coreia (RDPC) eram em grande parte tácticos. Achava-se em perigo eminente de uma derrota política total na Coreia do Sul e obcecado com a visão messiânica dele próprio como governante de toda a Coreia.

Os motivos dos EE. UU. eram estratégicos. A guerra da Coreia fornecia a Washington pretexto para conceder a Chiang Kai-shek apoio completo e encorajar qualquer acção contra a China. Dava também pretexto para a política de «contenção» da China (uma política que ultimamente originou a guerra do Vietname) e sua manutenção fora das Nações Unidas.

Se a China não tivesse intervido, a guerra da Coreia podia ter resultado no estacionamento das tropas dos EE.UU. na fronteira chinesa (e Soviética) ou mesmo na invasão da própria China.

Uma década mais tarde quando o PCUS deturpava a posição internacionalista revolucionária da China para poder dizer que Pequim desejava uma guerra entre Moscovo e Washington, o PCCh revelou porque lutara na Coreia com tão grande sacrifício para si, quando estava tal mal preparado para a guerra:

«O Partido Comunista Chinês opõe-se firmemente a uma confrontação directa entre a União-Soviética e os Estados Unidos e isto não em palavras somente. De facto foi difícil evitar um conflito armado entre eles. Exemplos disso são a guerra da Coreia... e a nossa luta contra os EE.UU. na Formosa. Nós próprios preferimos suportar os pesados sacrifícios que foram necessários e ocupar a primeira linha na defesa do bloco socialista, para que a União Soviética pudesse preencher a segunda linha». Os chineses pagaram economicamente (reembolsaram à URSS todo o seu auxílio), politicamente (foram estigmatizados como agressores internacionais na ONU), militarmente (milhares de chineses foram mortos) e em relação ao seu desenvolvimento interno um pesado tributo pelo seu envolvimento na Coreia.

E sem dúvida que uma das razões porque eles pagaram este preço foi para evitar à URSS uma guerra com os EE.UU. se as tropas Soviéticas tivessem intervido.

Staline morreu em Março de 1953, no mesmo ano a Guerra da Coreia acabou. A China ocupava-se da sua

própria reconstrução, desenvolvia uma sociedade socialista e procurava um rumo para a sua política externa.

As relações com a URSS eram cordiais quando a luta pela sucessão principiou em Moscovo. Pequim procurou então estabelecer relações mais amigáveis com os EE. UU. mas foi rudemente rechaçada. A República Popular participou na Conferência de Genebra em 1954 e teve um papel chave na conferência de Bandung que se realizou na Indonésia em 1955, com a presença de 29 nações Asiáticas e Africanas com uma população total de 1,4 biliões de habitantes, mais de metade da população mundial nessa altura.

Foi nesse encontro que Chou-En-Lai explicou os 5 princípios chineses para a coexistência pacífica entre estados com sistemas sociais diferentes, os mesmos que o presidente Richard Nixon foi obrigado a assinar no comunicado conjunto Sino-Americano em 1972; respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada um; não agressão mútua; não interferência mútua nas questões internas de cada um, igualdade, auxílio mútuo e coexistência pacífica.

Chou concedeu também uma conferência de imprensa onde insistiu na necessidade de conversações Sino-Americanas: «O povo chinês é amigo do povo Americano» disse, «O povo chinês não quer a guerra com os EE. UU., o governo chinês está disposto a realizar conversações com o governo dos EE.UU. para discutir o desanuviamento da tensão do Extremo Oriente e principalmente o desanuviamento da tensão na área da Formosa». As conversações teriam lugar 17 anos mais tarde.

A conferência de Bandung foi uma tentativa importante do Governo Chinês para projectar no terceiro mundo, principalmente na Ásia e na África, uma influência positiva. A União Soviética não foi convidada para a Conferência, o que significa que a China não considerava a URSS uma potência Asiática (e muito menos Africana).

A União Soviética provavelmente discordou. Antes do fim do ano, Khrushchev, já dirigindo o PCUS, partiu para uma série de viagens-relâmpago a várias nações Asiáticas.

Bandung e as visitas de Khrushchev na Ásia foram as primeiras indicações reais do início do conflito entre os dois maiores estados socialistas. O governo Soviético deve ter relido a afirmação de Mao sobre a guerra da Coreia em 1950: «Os problemas da Ásia devem ser resolvidos pelos povos da Ásia...» Procurando ganhar hegemonia, a URSS considerava a China uma ameaça evidente à sua posição na Ásia.

Contudo, preparavam-se acontecimentos mais importantes. Khrushchev aproveitou o 20.° Congresso do Partido em Fevereiro de 1956 para denunciar Staline e o culto da personalidade. As suas revelações e acusações causaram perturbação no bloco socialista e nos partidos comunistas em todo o mundo.

Virtualmente perdidos na confusão que se seguiu, estavam dois outros comentários de Khrushchev à declaração de princípios de Lénine. Primeiro, o «leader» Soviético pôs em causa a tese de que a guerra é inevitável numa era de imperialismo. Segundo, proclamou a ideia da transição pacífica para o socialismo.

Estes pontos transformar-se-iam mais tarde nas principais divergências entre o PCCh e o PCUS. Os chineses consideram o afastamento de Khrushchev, do Marxismo-Leninismo nestes pontos — entre outros — os exemplos mais significativos do revisionismo moderno.

Contudo, os efeitos da «de-Stalinização» sentiram-se primeiro e deram origem a uma maior solidariedade Sino-Soviética no ano seguinte.

Um dos primeiros resultados da denuncia de Staline por Khrushchev foi o início do desmembramento do bloco socialista na Europa Oriental. Os estados socialistas Asiáticos mantiveram-se ainda mais coesos, principalmente porque os seus governos sempre tinham mantido uma certa independência em relação a Moscovo.

No resto do mundo os Partidos Comunistas que não estavam no poder foram lançados no caos. Estava em causa a independência dos estados socialistas e dos Partidos Comunistas, a sua relação com o Estado Soviético

e a questão da «de-Stalinização». Manifestações de esquerda e de direita sucederam-se.

A posição chinesa era clara: havia na verdade «diferentes vias para o socialismo» e o PCCh tinha escolhido a sua; todos os partidos grandes ou pequenos, eram iguais; um partido líder não podia impor simplesmente a outros partidos estrangeiros as suas decisões mas devia agir em estricta colaboração com eles. Já que existia um bloco socialista, os chineses achavam que devia manter-se unido no respeitante a questões externas e que a URSS era o «leader» desse bloco.

Nessa altura a China considerava a URSS um país socialista revolucionário e o mais poderoso dos estados socialistas, tanto militar como politicamente. O governo de Pequim acreditava — visto as forças da reacção serem quem eram — que se tornava necessário para o bloco manter-se unido, sob a liderança Soviética, desde que no entanto o PCUS continuasse a ser revolucionário, consultasse os seus parceiros e permitisse a cada estado socialista desenvolver a sua própria via para o socialismo.

Em meados de 1956 a Polónia revoltou-se. O líder polaco, Gomulka foi solto da prisão onde se encontrava e assumiu a presidência do governo, declarando a virtual independência em relação à URSS e à sua posição de dirigente do bloco. A primeira reacção de Moscovo, segundo o livro de Edward Crankshaw «A nova Guerra Fria», foi restaurar o «status quo» pela força. «Varsóvia foi cercada por tanques Soviéticos; navios de guerra Soviéticos ancoraram ao largo do porto de Gdynia; o próprio Khrushchev foi a Varsóvia ler a lei contra perturbações da ordem pública. Mas os Polacos permaneceram firmes».

Os chineses manifestaram-se com sucesso contra a intervenção Soviética, apoiando simultaneamente a posição de leader desse país.

Chou En-lai dirigiu-se a Moscovo e a Varsóvia para estabelecer um acordo, cuja natureza exacta nunca foi tornada pública.

Algumas semanas mais tarde deu-se a insurreição Húngara. Aqui, os chineses tiveram uma atitude diferente. Khrushchev, vacilando e sob grande pressão, aceitou retirar as tropas Soviéticas da Hungria. Neste caso, os chineses consideraram que isso era incorrecto e que as tropas deviam abafar a rebelião. (Os chineses deram esta informação quatro anos depois). A revolta foi abafada.

Os chineses consideravam as situações na Polónia e na Hungria completamente diferentes. Os Polacos não tinham intenção de abandonar o bloco ou renunciar ao socialismo e o partido era apoiado pelas massas e pelo exército. A intervenção militar Soviética neste caso teria resultado numa guerra prolongada, que poderia ter destruído o bloco socialista. Na Hungria, os rebeldes pretendiam que o país adoptasse uma atitude «neutra» em relação aos assuntos mundiais, como na Jugoslávia, estabelecendo um governo de direita que resultaria na restauração da burguesia.

Nesta altura, as relações Sino-Soviéticas mostraram, aparentemente, grande solidez, mas a unidade de 1956-57 foi um fenómeno temporário. O corte de relações dar-se-ia em breve.

O INÍCIO DO TERCEIRO DEBATE

Os chineses consideram que houve três debates importantes no seio do movimento comunista internacional, neste século.

O primeiro entre Lénine e as forças oportunistas de direita «originou a grande e vitoriosa revolução socialista de Outubro e a fundação de partidos proletários revolucionários de um novo tipo, em todo o mundo». Do segundo entre Staline, Trotsky, Bukharin e outros «resultou a vitória da construção do Socialismo na União Soviética, a vitória da guerra mundial anti-fascista e a vitória da revolução socialista em muitos países Europeus e Asiáticos.»

O terceiro debate persiste ainda entre o revisionismo moderno (actual oportunismo de direita) encabeçado pela URSS, e as forças do Marxismo-Leninismo, nas quais se inclui a China.

O PCCh acredita que a derrota do revisionismo moderno no seio do movimento operário internacional é um requisito essencial para a derrota da burguesia e do imperialismo à escala mundial. Se o revisionismo moderno prevalecer, afirmam os chineses, a luta dos povos de todo o mundo ficará fortemente comprometida — devido à posição oportunista do bloco Soviético nas relações que mantém com o imperialismo e devido ao oportunismo resultante dessa circunstância no seio das forças revolucionárias de vários países.

Por isso o PCCh dá tanta prioridade à luta contra o revisionismo. A não ser que o revisionismo moderno seja definitivamente ultrapassado, o seu inimigo estratégico, o imperialismo, encabeçado pelos EE.UU., não pode ser vencido.

O prelúdio do terceiro grande debate, que originou o corte de relações Sino-Soviético, principiou em 1957 num ambiente de relativa unidade.

Um encontro excepcionalmente importante entre partidos comunistas e operários, foi convocado para Moscovo em Novembro de 1957, coincidindo com o 40.° aniversário da Revolução de Outubro. O encontro tinha como intenção devolver a unidade ao bloco socialista e desenvolver uma linha comum de oposição ao imperialismo dos EE. UU.

A conferência de Novembro era crucial para os chineses, que discordavam de uma série de orientações anunciadas por Khrushchev em 1956, mas pouco definidas devido à importância dada à «de-Stalinização», o encontro era igualmente importante para o PCUS, que pretendia impor essas orientações aos Partidos Comunistas e operários reunidos em Moscovo.

A discussão incidiu sobretudo sobre a observação de Khrushchev, de que no mundo dos armamentos nucleares actuais «há só duas vias: ou a coexistência pacífica ou a maior guerra destrutiva da história». A coexistência, disse, não era uma «jogada táctica» mas o princípio básico da política externa da União Soviética. A partir desta análise aumentou a ênfase do PCUS na «via pacífica para o socialismo», competição pacífica e cooperação com o imperialismo, «um mundo sem guerra» (na época do imperialismo) não se dando importância alguma às lutas de libertação nacional.

A delegação chinesa à conferência de Moscovo, presidida pelo Presidente Mao Tsetung, via a questão de outro modo. Nos meses que antecederam o encontro, a URSS (e o bloco socialista) alcançara dois êxitos tecnológicos: lançara o primeiro míssil balístico intercontinental e o primeiro satélite artificial.

«Na China», referia Edgar Snow, «foi dada a estas notícias uma importância espantosa (quando foram tornadas públicas), mais do que em Moscovo. Um novo estádio tinha sido atingido no equilíbrio do poder político mundial».

No seu discurso, Mao assinalou estes acontecimentos e o facto de que a população do bloco socialista exceder de longe a dos países imperialistas. «Sou da opinião que a situação internacional atingiu uma nova fase. Há dois ventos no mundo: o vento Este (significando o mundo socialista) e o vento Oeste... eu penso que a característica da situação actual se resume no ascenso do vento Este sobre o vento Oeste... As forças socialistas são surpreendentemente superiores às forças imperialistas...»

A tese de Mao, defendia que o bloco socialista devia lutar pela paz não abandonando ou invertendo a sua marcha revolucionária, especialmente o seu apoio às lutas de libertação nacional, no terceiro mundo, por temor de uma guerra.

Visto ser o problema da unidade, a causa principal da conferência que a China e a URSS achavam necessária, foi estabelecido um acordo. A declaração de Moscovo, produto do encontro, conseguiu satisfazer ambas as partes — a União Soviética porque acentuava a ênfase na chefia de Moscovo sobre o bloco socialista (que tinha o apoio de Pequim) e pelo menos porque parte da nova orientação do PCUS fora aceite; os Chineses porque a política de Khrushchev tinha sido modificada (o texto da Declaração dava azo a duas interpretações) e o bloco socialista parecia fortificado. Provavelmente nenhuma das partes, compreendeu a distância a que se achava da outra nessa altura.

A Declaração defendia o princípio Leninista da coexistência pacífica como fora «desenvolvido ulteriormente» por Khrushchev, mas tomava em consideração, embora depois de considerável pressão dos Chineses, a luta revolucionária.

Na sua generalidade, a Declaração implicava ser a transição pacífica a via preferida para o socialismo:

«Nas condições actuais, em muitos países capitalistas, a classe operária, conduzida pela vanguarda, tem a possibilidade — na base de uma frente operária e popular ou sob outras formas possíveis de acordo ou cooperação política entre os diferentes partidos e organizações públicas — de unir a maioria do povo, ganhar o poder sem guerra civil e assegurar a transferência dos meios básicos de produção para o povo... A classe operária pode vencer as forças reaccionárias anti-populares, ganhar uma maioria no parlamento, transformar o parlamento num instrumento ao serviço da classe operária, desenvolver uma larga luta de massas fora do parlamento, anular a resistência das forças reaccionárias e criar as condições necessárias para originar pacificamente a revolução socialista... Quando as classes exploradoras utilizarem a violência contra o povo, é necessário ter outra possibilidade em conta — a transição não pacífica para o socialismo...»

Devido a protestos dos Chineses, contra a ênfase posta na transição pacífica, o acordo — onde a revolução violenta é considerada «outra possibilidade» — reflectia indubitavelmente um conflito originado pelo desvio do PCUS, ou «desenvolvimento posterior» dos ensinamentos de Lénine.

Importantes foram as constatações feitas acerca do revisionismo. «Os Partidos Comunistas», lia-se na Declaração, «consideram o revisionismo, na presente situação, o principal perigo, ou por outras palavras, o oportunismo de direita, como uma manifestação da ideologia burguesa que paralisa a energia revolucionária da classe operária e conduz à preservação ou restauração do capitalismo».

Este excerto dirigia-se directamente à Jugoslávia, mas os Chineses estavam pelo menos indirectamente a atacar a nova orientação do PCUS.

No ano seguinte observou-se o desmembramento gra-

dual da unidade de Moscovo. Em Julho de 1958 tropas Americanas e Britânicas invadiam o Líbano dirigindo-se para o Jordão quando rebentava uma revolução no Iraque. A maior parte do mundo considerou a invasão como o prelúdio de um ataque ao Iraque.

A reacção de Khrushchev foi convocar uma conferência cimeira entre os EE.UU, a Inglaterra, a França, a Índia e a URSS. No dia seguinte ao da proposta Soviética, o governo de Pequim declarou: «Nada se pode salvar quando entregue ao mal e uma conduta errada só auxilia o diabo. Se os agressores Britânicos e Americanos recusarem abandonar o Líbano e o Jordão e insistirem em continuar a sua agressão, então não restará aos povos do mundo senão expulsar os agressores...»

Khrushchev realizou uma visita secreta a Pequim, segundo Stuart Schram no seu livro «Mao Tsetung» e «ao chegar lá abandonou a ideia duma cimeira. Poderia parecer óbvio que esta brusca reviravolta se ocasionara devido à pressão do PCCh».

Umas semanas mais tarde, como reacção à ocupação da Formosa pelos EE.UU. e às contínuas ameaças «duma reconquista do continente» feitas por Chiang Kai-shek, a China Popular começou a bombardear as ilhas vizinhas de Quemoy e Matsu ainda em poder das forças reaccionárias.

Os EE.UU. responderam anunciando que defenderiam as ilhas, com armas nucleares se necessário. Os Soviéticos anunciaram publicamente que não apoiariam a China num conflito com Chiang e Washington. Alguns anos mais tarde o PCUS considerou o bombardeamento uma «provocação das tropas Americanas e de Chiang Kai-shek».

No mesmo verão o PCCh lançou a ideia das comunas agrícolas como um meio para acelerar o caminho para o comunismo. Khrushchev denunciou o plano, primeiro privadamente, depois publicamente, fazendo comentários bastante jocosos durante a sua conversa com o então Senador Hubert Humphrey, que visitou a URSS em Dezembro de 1958.

No princípio de 1959, segundo Jacobs e Baerwald em «Comunismo Chinês» o líder Soviético «desenvolveu as suas considerações de 1956 sobre a inevitabilidade da guerra sugerindo que as guerras podiam ser permanentemente afastadas da "vida da sociedade" mesmo antes da vitória completa do socialismo em todo o mundo. A isto o PCCh replicou que o chamado mundo sem guerra — se não era uma fantasia infantil — só poderia existir num mundo onde não houvesse imperialismo».

Durante esse ano, a URSS ultimou os preparativos para a conferência cimeira entre Khrushchev e o Presidente Eisenhower que se realizaria nos EE.UU. em Setembro de 1959.

Em Agosto, o governo reaccionário de Nehru, apoiado por Moscovo, fomentou um conflito na fronteira Sino-Indiana. Em 9 de Setembro, contrariamente às objecções Chinesas, o governo Soviético publicou uma declaração «neutra» lamentando o conflito.

Isso implicava que tinha sido a China o agressor. Os Chineses mais tarde afirmaram: «Eis que pela primeira vez na história um país socialista, em vez de condenar as provocações armadas dos reaccionários de um país capitalista, condena outro país socialista amigo quando foi este o provocado».

Os Chineses ficaram desgostosos com o encontro Krushchev-Eisenhower, particularmente devido à teoria do chefe do Partido Soviético para quem «um mundo sem armas, sem exército e sem guerras» poderia resultar dos encontros e acordos entre Moscovo e Washington.

Khrushchev viajou para Pequim após a conferência com Eisenhower e aproveitou um banquete em sua honra para criticar aqueles que queriam «testar pela força a estabilidade do sistema capitalista», um ataque directo à direcção do PCCh.

No ano seguinte, 1960, as relações Sino-Soviéticas deterioram-se ainda mais havendo no entanto uma tentativa de última hora para restaurar a unidade. Durante vários

meses Khrushchev atacou os Chineses em encontros privados com outros partidos Comunistas enquanto se preparava para outra cimeira com Eisenhower na Primavera.

Em Abril, a China lançou um ataque em grande escala contra o revisionismo moderno sem se referir directamente à URSS. Ao mesmo tempo um membro importante do PCCh proferiu um discurso onde afirmava que «levar a cabo ou não e opôr-se ou não ao imperialismo se tinha tornado a diferença fundamental entre os Marxistas-Leninistas e os modernos revisionistas».

A intenção da polémica Chinesa era convencer o PCUS a não efectuar qualquer acordo com Eisenhower na próxima cimeira. Esta foi anulada devido ao incidente do avião espião Americano.

Em Junho de 1960, no 3.° congresso do Partido Comunista Romeno, Khrushchev atacou rudemente Mao Tsetung acusando-o de ser um «ultra-esquerdista» um ultra-dogmático e na verdade um revisionista de esquerda. Só a Albânia defendeu publicamente a China nesse encontro.

Em Agosto, numa tentativa para forçar os Chineses a ceder, os Soviéticos puseram termo repentinamente ao seu programa de assistência técnica e retiraram os seus peritos da China. Levaram consigo plantas de instalações meio acabadas e maquinaria, recusando as ofertas de pagamento dos Chineses pelos planos que lhes permitiriam terminar os projectos.

A posição do PCUS era clara: alinhem-se pela política externa Soviética e cessem os ataques ao revisionismo moderno (que até fora um tema de polémica ao nível de partidos) ou acarretem com consequências sociais e económicas extremas. De Junho a Agosto, a União Soviética transitou das diferenças partidárias para as diferenças estatais e respondeu com um «não» retumbante à tentativa Chinesa de explicar a sua orientação externa e o porquê da luta contra o revisionismo no seio do bloco socialista.

Os Chineses não ficaram intimidados e mantiveram os seus argumentos preparando-se para uma das mais importantes conferências do mundo socialista, a conferência dos Partidos Comunistas e Operários de Moscovo em Novembro de 1960.

Essa reunião representou a última tentativa importante para impedir a rotura e o «início» do «terceiro debate» no seio do movimento comunista internacional.

A BORDA DO PRECIPÍCIO

Um total de 81 Partidos participou na conferência que durou duas semanas e teve a presença dos dirigentes de todos os Partidos, excepto de cinco. A intenção principal do encontro era a aprovação de um novo acordo que renovaria a Declaração de Moscovo de 1957 e restabeleceria a harmonia entre o PCCh e o PCUS.

O PCCh apoiava o encontro porque considerava que a União Soviética violara repetidas vezes o acordo de 1957, assinado há três anos, e procurava obter a sua ratificação internacional. O PCUS desejava a conferência para alinhar o maior número possível de partidos pela sua orientação e contra as críticas Chinesas ao revisionismo moderno.

A Declaração de Moscovo resultante deste encontro foi um compromisso, semelhante ao de 1957, pendendo para o PCUS mas suficientemente satisfatório para os Chineses que o aprovaram em nome da unidade. Ao assinar a Declaração a representação Chinesa deixou bem claro que o fazia porque esperava outro encontro no prazo de dois anos.

Durante esse período os Chineses planeavam efectuar consultas ao PCUS e demonstrar a sua posição contrária ao revisionismo moderno, com a ajuda de outros Partidos.

A esperança do PCCh era que um encontro em 1962 produzisse um documento mais coerente com a sua orientação. Mas o PCUS obstou a que essa conferência se realizasse.

Uma comissão preparatória reuniu em Moscovo durante dois meses para se debruçar sobre a Declaração, antes do encontro. Aparentemente os trunfos amontoavam-se contra a China. Os Partidos da Albânia, da República Democrática do Vietname e da Indonésia apoiaram a China na maior parte dos pontos enquanto a República Democrática e Popular da Coreia, a Austrália e o Japão a apoiaram em alguns.

Quando a conferência começou Partido após Partido opôs-se à China, muitos deturpando deliberadamente a posição do PCCh e acusando-o de «dogmatismo» e «sectarismo».

O delegado do PCCh, Teng Hsaio-ping, procurou esclarecer qual era a posição do seu partido. Não, disse, a China não deseja uma guerra nuclear (como certos partidos sugeriram), mas o movimento internacional deve ter presente que a guerra não pode ser posta de parte numa época de imperialismo e que a solidariedade proletária internacional ditava que os comunistas deviam apoiar as guerras de libertação nacional e contra a agressão imperialista. Não, continuou, a China não se opõe à coexistência pacífica, mas a coexistência pacífica deve ser só um aspecto da política externa comunista, não o aspecto principal como propunha a tese de Khrushchev. Não, o PCCh não se opõe à via pacífica para o socialismo, mas o sucesso dessa via é altamente duvidoso.

Um dos argumentos principais das acusações do PCUS e de outros, era que o PCCh era culpado de divisionismo e isso podia acontecer no movimento internacional.

Ao defender que o PCUS era o «partido líder», Teng afirmou que isso não significava que tal partido se encontrasse acima de qualquer crítica. Explicando a diferença entre divisionismo num partido e entre partidos, insistiu que a China tinha o direito de apresentar os seus pontos de vista no seio do Movimento Comunista.

«Nas relações entre partidos», disse, «não há razão para pedir à minoria que se submeta à maioria, porque entre partidos não há inferiores ou superiores: cada partido é

independente... o PCUS acusa-nos de divisionismo por pormos em causa certas resoluções aprovadas pelos seus congressos. Ao tentar submeter os outros foi a União Soviética que desrespeitou a disciplina inter-partidária. Porque como pode haver igualdade entre partidos irmãos se tudo o que o PCUS decide nos seus próprios congressos vincula os restantes? Ou devemos admitir um novo conceito — partidos "pais" e partidos "filhos"?... A intenção subjacente à condenação das actividades de facções e grupos pretende colocar uma bomba sob o Partido Chinês e mais nada. Não nos submeteremos!»

Tudo o que se sucedeu a esta declaração de independência, foram comentários. Em breve o PCUS mostrou que não estava disposto a tolerar a oposição da esquerda nas fileiras que comandava. Os Chineses na altura acreditavam pelo menos aparentemente que os Soviéticos permitiriam a existência duma oposição da esquerda no seio do movimento internacional, e persistiram nessa ideia durante alguns anos.

A conferência foi notável devido a outro importante discurso, o de Enver Hoxha, líder do Partido do Trabalho da Albânia (PTA). O Partido Albanês originara uma tempestade devido à sua crítica do revisionismo Soviético no congresso do Partido Romeno em Bucareste, no princípio desse ano, dando azo a severas críticas do PCUS. Desta vez originaria um tufão.

Hoxha lançou Khrushchev a uma fogueira e atacou o revisionismo moderno nas questões da coexistência pacífica, da transição pacífica, da depreciação de Staline e da divisão do bloco socialista «Os três anos que passaram desde a conferência de Moscovo "disse" demonstraram que os revisionistas modernos não são senão desmembradores do movimento comunista e do bloco socialista, inimigos declarados do socialismo e da classe operária».

O PCUS reagiu à posição anti-revisionista da Albânia do mesmo modo que tinha reagido em relação à China. Anulou os acordos entre os dois países, chamou os seus especialistas e suspendeu o crédito. Estas medidas causavam dificuldades temporárias ao povo Albanês.

Embora a linha desenvolvida pela China e pela Albânia constituísse uma minoria distinta, a sua influência na conferência foi importante talvez devido ao que conseguiram evitar. «A tese da China», escrevia Edgar Snow, «encontrou maior adesão do que Khrushchev previra. A Albânia era o único partido da Europa que aderira espontaneamente à posição da China em 1960, mas elementos de outros partidos e o Soviético, simpatizaram com ela. De um modo geral, os partidos Asiáticos tentaram seguir uma meia-via».

O PCCh ficou relativamente satisfeito com o resultado da conferência, acreditando que o revisionismo moderno seria vencido num pequeno espaço de tempo, através de um debate no seio do movimento internacional e que a unidade do bloco socialista, incluindo nela o partido Soviético, se restabeleceria num nível revolucionário mais elevado. Nisto os Chineses enganaram-se, Khrushchev não tencionava deixar que os Chineses minassem o domínio de PCUS. Em dois anos constituiu um bloco, encabeçado pelos partidos Europeus que virtualmente pretendiam expulsar a China do movimento comunista.

No 22.° Congresso do PCUS em Outubro de 1961, Khrushchev fez uma denúncia violenta do Partido do Trabalho de Albânia, pedindo a expulsão dos seus dirigentes e o seu afastamento do bloco socialista. Chou En-lai, presente no congresso defendeu o partido Albanês. Após este episódio, o PCUS conduziu ataques consecutivos contra a Albânia, mas o alvo principal era a China.

Três meses após o congresso de Outubro o partido Operário da RDV insistiu na necessidade «de acabarem os ataques mútuos feitos pelos partidos através da rádio e da imprensa». Os Chineses concordaram, mais uma vez sugerindo que as divergências deviam ser resolvidas por consultas entre os partidos. Tanto o partido da República Democrática do Vietname como o partido da República Democrática e Popular da Coreia procuraram insistente-

mente evitar o corte no princípio de 1962. Ambos se opuseram ao mesmo tempo ao revisionismo moderno.

Prevendo uma cisão importante no bloco socialista, o imperialismo dos EE.UU., agora comandado pelo Presidente Kennedy, adoptou uma política de dois gumes.

1.° — Procurou estabelecer um acordo com URSS.

2.° — Aumentou a pressão na Ásia para «conter a China», envolvendo-se na guerra do Vietname. Os Chineses apoiaram a luta de libertação nacional do Vietname do Sul, desde o princípio. A URSS não se envolveu numa guerra aberta enquanto os EE.UU. não atacaram a RDV em 1965.

Durante 1962 o PCUS continuou a construção do bloco anti-Chinês. Em meados do mesmo ano o governo Indiano provocou um sério confronto fronteiriço com a República Popular. Desta vez Khrushchev prometeu enviar jactos para a Índia. A seguir desencadeou-se a crise dos mísseis em Cuba, quando o governo Soviético foi forçado pelas ameaças de Kennedy a retirar os mísseis que, havia pouco, tinha colocado em Cuba. A China criticou a URSS em dois pontos: 1.°) era «aventureirismo» colocar mísseis em Cuba; 2.°) era «capitular» às ameaças imperialistas, retirá-los quando já lá estavam. O ano foi ocupado pela visita a Moscovo do Presidente Tito da Jugoslávia, (Staline cortara relações com Belgrado em 1948 e a Jugoslávia tinha sido o modelo por excelência do revisionismo moderno. Dois anos antes da visita de Tito o PCUS concordara, na Declaração de 1960, que a Jugoslávia se dedicava «a um trabalho subversivo contra o bloco socialista». As principais acusações contra a Jugoslávia incidiam sobre as suas reformas de tipo capitalista que punham o acento nos incentivos materiais e na economia mercantil e a sua posição «neutra» — muitas vezes pro-Oeste — nos problemas Internacionais.

Em Dezembro de 1962, aparentemente não haveria novo encontro dos partidos como fora combinado em 1960. Em vez disso, o PCUS deu instruções aos partidos Europeus para desencadearem ataques directos contra a China em vários congressos efectuados em meados de 1962 e no início de 1963. Era óbvio que o PCUS tentava expulsar a China do bloco.

O Partido Comunista Francês, leal a Moscovo, pôs em execução a nova orientação. O seu Comité Central decidiu em 14 de Dezembro de 1962, que o revisionismo não era mais o perigo principal no seio do movimento internacional (como se declarava nos documentos de 1957 e 1960). «Ultimamente», o PCF afirmou, «o perigo principal tem sido o dogmatismo e o sectarismo».

Respondendo a este novo estado de coisas, o *Diário do Povo* de Pequim publicou um editorial (15 Dezembro) intitulado «Trabalhadores de todos os países uni-vos, fazei frente ao nosso inimigo comum». O «inimigo comum» eram os EE.UU. Em relação aos ataques à China em congressos de partidos, o artigo dizia: «Esta corrente adversa que está a deteriorar a unidade e a criar cisões, atingiu um novo momento nos congressos dos Partidos comunistas Italiano e Checoslovaco, camaradas de alguns partidos irmãos não só persistiram nos ataques ao PTA como atacaram directamente o PCCh e censuraram o Partido operário da Coreia por discordar dos ataques ao PCCh».

O editorial insistia na necessidade da unidade socialista sob os acordos de 1957 e 1960, argumentando que opiniões diferentes são muitas vezes inevitáveis e não necessariamente más. «O mais importante para que a unidade possa ser verdadeiramente garantida», continuava o artigo «é começar por defender e fortalecer a unidade internacionalista e organizarmo-nos todos contra o inimigo».

Defendendo-se das acusações de divisionismo, dogmatismo, sectarismo, aventureirismo e de traficância de guerras o PCCh declarou: «Para se ser um comunista o requisito mínimo é saber-se distinguir o inimigo de nós, ser-se impiedoso para o inimigo e amável para os próprios camaradas. Mas há pessoas que põem tudo de pernas para o ar. Para o imperialismo tudo é acomodação e concessões recíprocas», para os partidos e países amigos só há hostilidade implacável...»

Em Janeiro de 1963 no congresso do Partido de Unidade Socialista da Alemanha, a China foi de novo atacada. Quando o delegado Chinês criticou o revisionismo Jugoslavo, os delegados de outros partidos apuparam e assobiaram. O presidente denunciou o discurso Chinês e «rejeitou» as críticas ao governo de Tito. O jornal Soviético *Izvestia* atacou então a China devido às suas críticas à Jugoslávia chamando-lhes «completamente impermissíveis».

Num editorial de 27 de Janeiro o *Diário do Povo* replicou: «É melhor um único desejo sincero que contribua para a unidade do que mil palavras vazias sobre a unidade. Chegou a altura de nos dominarmos na borda do precipício!»

Mas era demasiado tarde, o PCUS decidira definitivamente que a melhor maneira de lidar com a oposição da esquerda no seio do movimento internacional era eliminá-la do bloco. O ano de impasse nas relações Sino-Soviéticas foi 1963.

Embora várias tentativas fossem feitas procurando a resolução das divergências entre os dois gigantes socialistas, o curso dos acontecimentos era tal que uma ruptura completa das relações se tornou inevitável.

A ROTURA SINO-SOVIÉTICA

Do ponto de vista Chinês o corte das relações em 1963, teve duas causas maiores:

1) O desenvolvimento do revisionismo moderno em teoria e na prática na URSS. Entre o 20.° congresso do partido em 1956 e o 22.° congresso em 1961, o PCCh insistiu que «os dirigentes do PCUS desenvolviam um sistema revisionista. Seguiram uma linha revisionista que se opõe à revolução proletária e à ditadura do proletariado, uma linha que se apoia na «coexistência pacífica» (como ulteriormente desenvolvida por Khrushchev) na «competição pacífica», na «transição pacífica», «um estado de todo o povo sem facções» e um «partido de todo o povo», tudo conceitos que o PCCh considera desvios ao Leninismo. O PCCh não os vê como simples divergências de interpretação ideológica. Eles têm uma base material no desenvolvimento de uma élite burocrática na União Soviética, na degeneração do centralismo democrático e no processo de crítica-autocrítica no seio do PCUS e na adopção pelos dirigentes da URSS de uma estratégia internacional baseada na colaboração activa com o imperialismo dos EE.UU. e na base da partilha da hegemonia pelos dois estados mais poderosos do mundo.

2) A recusa do PCUS a responder em termos Leninistas às críticas do PCCh ao revisionismo moderno no seio do movimento internacional da classe operária. Primeiro, a China teve de suportar graves consequências económicas

quando a URSS retirou os seus técnicos e auxílio em 1960 para punir Pequim. Segundo, em vez de provocar uma luta política entre as duas linhas, o PCUS provocou uma luta com a intenção de isolar os Partidos Chinês e Albanês do bloco socialista. Dos partidos no poder em 1963 só os da República Popular do Vietname e da República Democrática e Popular da Coreia e da Roménia a um nível diferente alinharam com a China em muitas das questões que dividiam o PCUS e o PCCh. Mas a maior parte dos partidos que não estavam no poder apoiaram o PCUS, principalmente devido ao oportunismo existente no seu seio e porque dependiam de um modo ou de outro dele. De 86 partidos, 65 apoiaram o PCUS.

Respondendo às crescentes denúncias do PCCh em congressos de partidos da Europa Oriental e críticas a Pequim nos jornais da URSS e países alinhados, o PCCh sugeriu em Março de 1963 que cada uma das partes publicasse as críticas da outra «para que o povo dos nossos próprios países e do resto do mundo se aperceba de quem tem razão e de quem a não tem». O PCUS nunca tomou essa ideia a sério, mas o PCCh tomou-a e publicou muitas das suas críticas nos seus jornais.

O ano de 1963 foi um ano propício à polémica. Em resposta a uma longa «carta aberta» a criticar o PCCh. Os Chineses publicaram seis ou sete críticas principais ao PCUS, sobre o revisionismo moderno, acerca das diferenças entre o que ambos entendiam como coexistência pacífica, sobre desarmamento, transição pacífica, e neocolonialismo — que servem ainda hoje de base ideológica aos Chineses na luta contra a URSS.

Em 1 de Agosto de 1963 os EE.UU., a URSS e a Inglaterra assinaram o tratado de desarmamento nuclear, proibindo os ensaios na atmosfera principalmente porque Washington e Moscovo já não necessitavam de efectuar ensaios de superfície. A análise de Pequim mostrou que o acordo representava «uma aliança pura e simples dos EE.UU. e da URSS contra a China». A China estava ansiosa por quebrar o monopólio do poderio nuclear e necessitava de ensaios de superfície para aperfeiçoar o seu armamento. O corte das relações económicas a nível estatal pela URSS juntamente com as críticas cada vez mais hostis mostraram aos Chineses que já não podiam contar mais com o crescente poderio nuclear Soviético para se protegerem do imperialismo dos EE.UU. Tornou-se pois uma questão primordial de autodefesa para a China desenvolver o seu próprio poderio nuclear. Como acontecimentos subsequentes mostraram, isso era também necessário devido à ameaça militar que a URSS representava.

Logo após a assinatura do acordo, Khrushchev viajou para a Jugoslávia para efectuar consultas com Tito, procurando estreitar os laços com a «Jugoslávia socialista e amiga». A isto seguiu-se o comunicado Soviético de que a China não poderia ser considerada mais um membro do bloco socialista.

Enquanto isto acontecia, a administração Kennedy aumentava gradualmente o poderio militar no Vietname evocando o pedido de Chou En-lai em Outubro de 1963, para os EE.UU. se retirarem do Vietname do Sul. Em Março de 1964, Pequim afirmou que a principal lição retirada da luta era a de que «o povo de qualquer país... sujeito à agressão dos EE.UU. podia obter uma vitória se não estivesse intimidado com a sua aparente força... e soubesse como lutar».

Isso era um desafio directo ao desejo do PCUS de eliminar e limitar tais «guerras regionais» em nome da «paz mundial».

Alguns dias mais tarde, Khrushchev estava na Hungria onde declarava a 1 de Abril: «Há pessoas... que se chamam a si próprias Marxistas-Leninistas e ao mesmo tempo dizem que não há necessidade de lutar por uma vida melhor. Para eles só uma coisa é importante — a revolução. Que espécie de Marxismo é este?» e acrescentou: «A prosperidade é a única coisa por que vale lutar». Nos seus discursos tornou-se um hábito ouvir chamar «doidos» e «idiotas» aos dirigentes do PCCh.

A meio de 1964 as tropas Soviéticas efectuaram manobras militares na zona oriental da URSS para anular uma fictícia invasão da China. Os Chineses não consideraram essas manobras de diversão. Pouco depois o líder do Partido Comunista Italiano, Palmiro Togliatti, escrevia um importante documento que se tornou conhecido como o «testamento de Togliatti» (porque morreu após a sua redacção) onde o dirigente do maior Partido Comunista que não estava no poder advogava que cada partido devia «actuar de modo autónomo» no referente a assuntos internos. Não mantendo relações com os Chineses, Togliatti — que inventou o termo «policentrismo» em 1956 — criticava a maneira manipuladora como o PCUS angariava apoio anti-Chinês.

Um mês mais tarde, Khrushchev era afastado do poder por um grupo encabeçado por Leonid Brezhnev e Alexei Kosygin. Embora as causas da queda de Khrushchev nunca fossem completamente esclarecidas, a sua campanha monomaníaca contra a China devia ter sido uma das razões. Os novos dirigentes compreenderam que os macaquinhos no sótão de Khrushchev principiavam a prejudicar a cruzada anti-Chinesa do PCUS.

No dia seguinte ao da deposição de Khrushchev, o PCCh enviou aos novos dirigentes do PCUS as suas «afectuosas saudações». No mesmo dia a China lançou a sua primeira bomba atómica efectuando o seguinte esclarecimento: «O aperfeiçoamento das armas nucleares pela China destina-se à defesa e à protecção do povo Chinês, do perigo que representa uma guerra nuclear desencadeada pelos EE.UU.... O governo Chinês declara aqui solenemente que a China nunca... será a primeira a utilizar as armas nucleares... No que diz respeito à questão das armas nucleares a China não cometerá o erro do aventureirismo nem do capitulacionismo. Pode-se ter confiança no povo Chinês». O esclarecimento propunha «a convocação duma conferência cimeira de todos os países do mundo para discutir a questão da proibição completa e destruição das armas nucleares».

A polémica entre a URSS e a China serenou durante algumas semanas após o afastamento de Khrushchev. Para além de algumas diferenças de estilo rapidamente se tornou visível ao PCCh (principalmente através do discurso de Brezhnev de 17 de Novembro de 1964) que a orientação do PCUS não se modificara. «Khrushchevismo sem Khrushchev, foi a resposta Chinesa, e até hoje a polémica mantém-se.

A fase seguinte da política externa da China começou a meio do ano de 1966 com o desencadear da revolução cultural. Nessa altura o PCCh convencera-se que os dirigentes do PCUS estavam a restaurar o capitalismo na URSS e que alguns elementos na China tinham a mesma intenção. Sob a orientação do Presidente Mao Tsetung, a secção principal do PCCh desencadeou uma campanha a nível nacional para galvanizar as massas numa luta contra os partidos e quadros que «prefeririam a via capitalista», isto é, que instituíam práticas económicas e sociais semelhantes àquelas que a URSS adoptara. Tais práticas incluíam medidas que poderiam conduzir ao abandono da ditadura do proletariado, a incentivos materiais para aumentar a produção, à introdução duma economia mercantil em algumas áreas e ao desenvolvimento de uma élite burocrática que se manteria acima da classe trabalhadora, mais ou menos o processo utilizado pela burguesia nos países capilistas.

A revolução cultural que durou quase até ao princípio de 1969, foi uma realização altamente positiva internamente mas que originou aspectos negativos na política externa. A China penetrou então num período de isolamento diplomático e adoptava às vezes uma orientação externa dogmática e sectarista.

Desde o fim de 1966, todos os embaixadores Chineses excepto um (o representante Chinês no Cairo) foram chamados a Pequim. Só em 1969 novos embaixadores ocuparam esses cargos. Durante certo tempo o Ministério dos Negócios Estrangeiros esteve sob a influência da ultra-«esquerda». O Ministro dos Estrangeiros Chen Yi foi

denunciado pelos Guardas Vermelhos em 1967 e mesmo a posição de Chou-En-lai pareceu ser ameaçada pelas críticas da ultra-«esquerda». Foi nessa altura que os Guardas Vermelhos provocaram certo número de incidentes em embaixadas estrangeiras. Em 19 de Agosto de 1967 os Guardas Vermelhos e alguns oficiais ultra-«esquerdistas» ocuparam o Ministério dos Negócios Estrangeiros e conservaram-se lá durante cinco dias antes de serem expulsos. O período da «Diplomacia da guarda vermelha» durou mais alguns meses até que foi completamente derrotada.

Um aspecto importante deste período foi a desavença temporária entre a China e a República Democrática e Popular da Coreia (RDPC), um dos primeiros suportes da China na luta contra o revisionismo moderno. Quando os Guardas Vermelhos começaram a criticar a RDPC e o seu Partido Operário por não serem suficientemente «revolucionários», Ryongyang teceu vários comentários velados ao dogmatismo Chinês.

Teria sido talvez impossível impedir esta fase ultra-«esquerdista» nas relações com o estrangeiro, devido ao enorme número de forças sociais que tinham sido libertas durante a revolução cultural e à necessidade de uma limpeza geral nas instituições estatais Chinesas. Em 1968, a China corrigiu os erros ultra-«esquerdistas» em assuntos externos, mas levou-lhe pelo menos um ano ou mais a reparar os estragos e a desenvolver uma orientação externa correcta.

Comentando esta fase, um oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros disse que «a intenção do Presidente Mao Tsetung e do Partido tinha sido formar a mais larga frente unida possível para isolar os inimigos comuns. Os elementos ultra-«esquerdistas» que tiveram influência temporária, afirmavam que era revolucionário cortar as relações diplomáticas com os países estrangeiros. Um punhado de maus elementos tiraram vantagem dessa situação confusa. Por exemplo, em retaliação pelas prisões ilegais de alguns Chineses em Hong Kong os ultra-«esquerdistas» incendiaram as instalações do encarregado de negócios Britânicos. Isso isolou a China. Não beneficiou a revolução. Ajudou o inimigo.

«Ao tratarem com países estrangeiros durante um breve período de tempo estes elementos tentaram impôr a sua vontade a esses países», continuou o oficial do Ministério. «Isso chama-se chauvinismo. Do mesmo modo ao contactarem com partidos e organizações Marxistas-Leninistas irmãos em outros países consideravam-se como o único grupo revolucionário Marxista-Leninista e os outros como não-revolucionários. Isso estava errado e foi corrigido».

Durante a Revolução Cultural a China preocupou-se principalmente com os assuntos internos. Voltou à cena política mundial em resposta à invasão da Checoslováquia em 10 de Agosto de 1968 pela URSS e por alguns países do Pacto de Varsóvia. Embora discordando com o regime «liberal» revisionista de Dubcek, Pequim argumentava que a invasão não se justificava. Discursando na recepção do dia nacional da Roménia em Pequim em 23 de Agosto, Chou En-lai afirmou que a invasão «assinalava a total bancarrota do revisionismo moderno Soviético. O governo Chinês e o povo condenam veementemente a clique revisionista Soviética no poder e os seus lacaios pelo seu crime de agressão — a ocupação militar da Checoslováquia — e apoiam firmemente o povo Checoslovaco na sua heróica luta de resistência».

Foi a invasão da Checoslováquia e a subsequente doutrina da «soberania limitada» de Brezhnev que justificava o ataque a Praga, que deu origem à expressão «social imperialismo».

No que diz respeito à «soberania limitada» os Chineses declararam: «A direcção do PCUS delira ao afirmar que os interesses da comunidade socialista sob o seu controle representam a "mais alta soberania" e que lhe deve ser dada prioridade, enquanto a soberania de qualquer estado é limitada. Eles arrogam-se o direito de determinar o destino dos membros da comunidade, inclusivamente o destino da sua sabedoria. Alegam que um tal acto de "pres-

tação de auxílio militar a um país amigo para afastar a ameaça do sistema socialista", faz parte dos interesses comuns do bloco socialista e protege a soberania de outro país. Isto é de longe uma lógica de gangsters aproveitada pelos novos czares para justificar a sua agressão».

Os Chineses não eram alheios ao facto de que a «soberania limitada» podia ser invocada para «limitar» a soberania da China, da Albânia e de outros países socialistas através de uma intervenção armada se isso conviesse aos dirigentes Soviéticos.

Durante a década de 60 deram-se uma série de incidentes ao longo da fronteira norte da China com forças militares da União Soviética. Na maior parte dos casos, até 2 de Março de 1969, houve escaramuças relativamente menores. Nesse dia, segundo os Chineses, a União Soviética «enviou soldados armados para penetrarem provocatoriamente na ilha de Chenpao... e mataram e feriram guardas fronteiriços do Exército de Libertação do Povo (ELP)». A luta continuou por algum tempo até que ambas as partes decidiram negociar.

A posição Chinesa na zona fronteiriça é resumida no seguinte comunicado de 1969: Existe uma questão de demarcação de fronteiras entre a China e a União Soviética não só porque a Rússia Czarista anexou mais de milhão e meio de quilómetros quadrados do território Chinês através de tratados desfavoráveis impostos à China, mas também porque violou em muitos locais a linha de demarcação estipulada por esses acordos e porque ocupou vastas extensões do território Chinês».

Em apoio da sua tese, os Chineses apontam as afirmações do governo de Lénine no começo da revolução Bolchevik, inclusivamente uma proclamação oficial do governo Soviético em 27 de Setembro de 1920 que «declara nulos todos os tratados realizados com a China pelos governos Russos precedentes, renuncia a todas as ocupações do território Chinês e a todas as concessões Russas na China sem qualquer compensação e definitivamente a tudo o que lhe foi depredatoriamente tomado pelo governo czarista e pela burguesia Russa». A URSS nunca devolveu uma polegada desse território — e de facto pretende ainda mais. A ilha de Chenpao, por exemplo, está do lado Chinês da linha que divide o canal central do rio Wundi de acordo com o desfavorável tratado Sino-Soviético de Pequim de 1860 imposto à China pelo Czar.

O governo Chinês nunca exigiu a devolução do território anexado pelo Czar. Oficialmente mantém que «a questão de demarcação da fronteira Sino-Soviética devia ser resolvida pacificamente e que, mesmo que assim não acontecesse, o «status quo» da fronteira deveria manter-se, pondo de parte o uso da força».

No princípio de 1969, como resultado do contínuo desenvolvimento do revisionismo moderno na URSS, aumentando a colisão entre Moscovo e Washington a crise fronteiriça, a ameaça de agressão por parte da URSS e outros factores combinados, com a conclusão da revolução cultural, o governo Chinês encetou uma nova orientação externa que ultimamente conduziu à restauração dos seus direitos na ONU, à visita de Nixon e à cada vez maior influência nos assuntos internacionais.

CRÍTICA DO REVISIONISMO MODERNO

O Partido Comunista Chinês não se considera a causa da presente rotura no movimento comunista internacional.

Pelo contrário, os chineses insistem que fizeram tudo o que lhes foi possível para impedir esse histórico cisma político.

A divisão que se verificou no movimento internacional, de acordo com o PCCh, é o resultado dos desvios ao Marxismo-Leninismo que se verificaram na prática do Partido Comunista da União Soviética.

Por outras palavras, não foram os Chineses que se afastaram do campo socialista, mas uma grande parte do campo socialista que conduzido ou obrigado pelo PCUS se afastou do Marxismo-Leninismo e dos princípios do internacionalismo proletário.

A luta contra o revisionismo moderno ou oportunismo de direita foi a ferramenta empregue pelo PCCh para forjar a unidade no campo socialista, não a circunstância de que resultou a divisão. Se essa ferramenta tivesse sido bem sucedida e se o desvio para a direita efectuado pelo PCUS em 1956 tivesse sido anulado, o campo socialista estaria unido como nunca num alto nível de unidade revolucionária.

Se não conseguiu o seu objectivo inicial, evitar a rotura, a luta Chinesa contra o revisionismo moderno também não falhou. Se a China não se estivesse embrenhado na luta, é lógico pensar que os desvios do PCUS e de um grande

número de outros partidos para a direita teriam sido grandemente acelerados. Só a China devido ao seu tamanho, ao prestígio da sua revolução e às realizações no domínio da construção do socialismo foi capaz de travar esse desenvolvimento, internacionalmente. O travão não conteve, mas pelo menos abrandou o processo.

Ao mesmo tempo, o espírito, a teoria e a prática do Marxismo-Leninismo mantiveram-se intactos na China, Albânia, em certos países socialistas que assumiram posições fortemente anti-revisionistas, em algumas questões da divergência e se mantiveram neutras em outras e no seio de largas camadas do movimento revolucionário internacional.

A fase actual da política externa Chinesa está indubitavelmente ligada à luta contra o revisionismo moderno e contra o imperialismo. Para derrotar o imperialismo à escala mundial, os Chineses dizem que é necessário expurgar o revisionismo do seio do movimento revolucionário internacional e reconstruir o bloco socialista — que o PCCh já não acredita existir — sob a bandeira do Marxismo-Leninismo. Neste sentido, o PCCh cita frequentemente Lénine: «A luta contra o imperialismo é uma nódoa e um engano, a não ser que esteja estreitamente ligada à luta contra o oportunismo».

A origem da disputa Sino-Soviética teve início devido à questão da coexistência pacífica. No seu discurso de 1956 no 20.º congresso do Partido, Khrushchev pôs em causa a tese em que Lénine afirmava ser inevitável a guerra numa época de imperialismo, argumentando que «na verdade há duas vias: ou a via de coexistência pacífica ou a maior guerra de devastação da história. Não há alternativa». O líder Soviético também afirmou que os países com «sistemas sociais diferentes não podem existir lado a lado... Deve haver aproximação, para melhores relações, mais confiança mútua, cooperação». Em 1960 Khrushchev declarou: «A luta inevitável entre os dois sistemas deve ganhar a forma de luta ideológica». Durante este período de quatro anos, o PCUS adiantou que a

URSS e os EE.UU. podiam criar um «mundo sem guerras» onde mesmo «as guerras regionais» podiam ser eliminadas; que o imperialismo seria vencido através da competição pacífica e que a coexistência pacífica era a «linha geral» (não um elemento de uma linha geral) da URSS e do bloco socialista.

O PCCh nunca se opôs ao conceito de coexistência pacífica como Lénine o desenvolveu. Opôs-se foi aos desvios do PCUS a Lénine.

Acusando «os dirigentes do PCUS de terem unilateralmente reduzido a linha geral da política externa dos países socialistas à coexistência pacífica» o PCCh declarou em 1963: «Achamos que a linha geral da política externa para os países socialistas deve encorporar o princípio da sua política externa e englobar o conteúdo fundamental dessa política. Qual é este princípio fundamental? É o internacionalismo proletário... Deveria ser o seguinte o conteúdo da linha geral da política externa para os países socialistas: desenvolver relações de amizade, assistência mútua e cooperação entre os países do bloco socialista de acordo com o princípio do internacionalismo proletário; lutar pela coexistência pacífica na base dos cinco princípios, com os países de sistemas sociais diferentes e opôr-se às políticas imperialistas de agressão e guerra; e apoiar e dar assistência às lutas revolucionárias de todos os povos e nações oprimidas. Estes três aspectos estão inter-relacionados e nem um só pode ser omitido».

Fazendo notar que «Lénine defendia veementemente que era impossível para as classes e nações oprimidas coexistir pacificamente com as classes e nações opressoras» o PCCh continuava: «Assim como a missão dos povos e nações oprimidas é lutar pela sua própria libertação e derrubar as normas do imperialismo e dos seus lacaios. Não deverão praticar a coexistência pacífica com os imperialistas e seus lacaios, nem é possível para eles fazer tal. Portanto é errado aplicar a coexistência às relações entre classes oprimidas e opressoras e entre nações oprimidas e opressoras ou alargar a política dos países socialistas

fazendo dela a política dos partidos comunistas e dos povos revolucionários no mundo capitalista ou subordinar a ela as lutas revolucionárias dos povos e nações oprimidas».

O discurso de Khrushchev de 1956 marcou mais um desvio ao Leninismo devido à forte ênfase que deu à possibilidade da transição pacífica para o socialismo. «Mudanças radicais tiveram lugar desde a Revolução Bolchevique, disse, que abriram a possibilidade do emprego da forma parlamentar para a transição para o socialismo». Em política, nos discursos e nos factos o PCUS tornou evidente nos anos seguintes que a transição pacífica era a via provável para o socialismo.

Os Chineses argumentam que a ênfase do PCUS na transição pacífica se fundava na permissa de que o levantamento violento poderia prejudicar as relações entre a URSS e os EE.UU.

Num artigo comemorando a Comuna de Paris, o jornal do partido Chinês, *Diário do Povo,* afirmou em 1971: «A revolução violenta é o princípio universal da revolução proletária. Um partido Marxista-Leninista deve aderir a este princípio universal e aplicá-lo à prática concreta do seu próprio país. A experiência histórica mostra que a tomada do poder político pelo proletariado e pelo povo oprimido de um país e a vitória final da sua revolução são invariavelmente consequência, do poder das armas; são conseguidas sob a direcção de um partido proletário, actuando de acordo com as condições específicas desse país, organizando gradualmente as forças armadas populares e desencadeando a guerra popular na base do levantamento de largas massas para a acção e empreendendo lutas consecutivas contra os imperialistas e reaccionários. Isto é verdade da Revolução Russa, da Revolução Chinesa e das revoluções Albanesa, Vietnamiana, Coreana e de outros países, não havendo excepção».

Outro resultado dos anos de Khrushchev foi a afirmação do PCUS de que a URSS se tinha desenvolvido para lá do ponto onde a ditadura do proletariado era necessária,

substituindo por ela uma formulação obscurantista chamada «partido de todo o povo». Paralelamente, o partido do proletariado tornou-se conhecido como o «partido de todo o povo».

A ideia que presidia a estes novos conceitos era que, de uma maneira geral, as classes contraditórias tinham sido eliminadas na União Soviética, portanto não havia razão para que só o proletariado fizesse política. Quando o PCCh desafiou esta noção o PCUS replicou: «Sobre quem propõem os Chineses que exerçamos a ditadura?»

Num discurso de 1962, o Presidente Mao Tsetung declarou: «A sociedade Socialista cobre um período histórico consideravelmente longo. No período histórico do socialismo ainda há classes, contradições entre classes e luta de classes, há a luta entre a via socialista e a via capitalista e há o perigo da restauração capitalista».

Um ano depois numa carta aberta ao PCUS o PCCh punha a questão deste modo: «A tese fundamental de Marx e Lénine é que a ditadura do proletariado continuará inevitavelmente durante todo o período histórico da transição do capitalismo para o comunismo, isto é, até à abolição de todas as diferenças de classe e à entrada numa sociedade sem classes, o estádio mais elevado da sociedade comunista. O que acontecerá se a meio do caminho for anunciado que a ditadura do proletariado já não é necessária? Isso levará a consequências extremamente graves e porá qualquer transição para o comunismo fora de questão... Do ponto de vista dos Marxistas-Leninistas, não existe um estado sem classes ou que ultrapassou as classes; enquanto o estado existir não pode ser um estado de «todo o povo». Assim que não houver classes na sociedade deixará de existir estado... Algumas pessoas (Khrushchev) podem dizer que na sua sociedade já não há classes. Nós respondemos: Não, há classes e luta de classes em todos os países socialistas, sem excepção».

«A subida ao poder do revisionismo», afirmou o Presidente Mao em 1964, «significa a subida ao poder da burguesia». Alguns meses mais tarde Chou En-lai avisava que havia o perigo da restauração capitalista na URSS.

Baseando-se nas novas reformas económicas e alterações nas técnicas de gestão introduzidas na URSS a meio da década de 60, juntamente com revisões do conceito de ditadura do proletariado, o PCCh começou a afirmar que, com efeito, o capitalismo estava a ser restaurado no primeiro estado socialista. Numa série de artigos publicados em 1967, o PCCh criticou as reformas económicas que «punham o luoro acima de tudo o resto».

«A essência do "novo sistema" vigorosamente posto em movimento pelo governo revisionista Soviético, sob a denominação de "reforma económica" que se destina a praticar de um modo directo a gestão capitalista em todos os campos da economia nacional, destroçou completamente as relações socialistas de produção e consequentemente quebrou a base da economia socialista. O reforço do "novo sistema" resultou na abolição pelo estado do primeiro sistema de planeamento económico unificado e colocou o lucro acima de tudo. Autorizou as empresas a decidirem independentemente sobre a sua produção e planos de gestão e deu-lhes freio livre para procurarem altos proventos tal como nas empresas capitalistas. Confere aos dirigentes das empresas mais e maiores privilégios e concedem-lhes o poder de livremente intervirem em assuntos respeitantes à produção, finanças e pessoal nas empresas... Os (novos) regulamentos permitem aos dirigentes fixar ou mudar os salários, as categorias e os bónus dos trabalhadores à sua vontade, recrutar ou despedir trabalhadores, castigá-los e determinar sozinhos a estrutura e pessoal das empresas. Assim as empresas de propriedade socialista foram transformadas em empresas capitalistas possuídas por um estrato privilegiado burguês e largas massas do povo trabalhador na indústria e na agricultura foram transformados em escravos do salário que têm de vender a sua força de trabalho».

Noutro artigo, o PCCh acusou que «uma grande parte do lucro ganho pelas empresas é directamente embolsado por

um pequeno punhado de pessoas de um estrato privilegiado, tais como directores e engenheiros, ou usado indirectamente em seu proveito».

O Partido Chinês também afirmou que um «estrato rural privilegiado» surgira nos campos Soviéticos e que «empregara todos os meios para encorajar o crescimento da economia privada e o livre comércio dos produtos agrícolas. Como consequência, as forças capitalistas tornaram-se predominantes nos campos Soviéticos».

Alguns dos melhores escritos nos EE.UU. sobre o revisionismo económico Soviético apareceram na revista socialista independente «Monthly Review», O co-editor Paul Sweezy (juntamente com o economista Marxista Europeu, Charles Bettleheim) argumentam que uma nova classe dirigente emergiu na URSS — uma «burguesia estatal». Sweezy continua: «Governa não através da propriedade privada dos meios de produção, como numa sociedade capitalista, mas através da ocupação das posições que tomam decisões no partido, no estado e na economia; e é uma classe e não simplesmente um estrato porque os seus filhos e filhas têm uma muito melhor possibilidade de ocuparem as mesmas posições de poder que os filhos do resto da população... Por razões que acredito estarem ligadas à subida da nova burguesia de estado e à despolitização das massas, o sistema de planeamento administrativo central entrou num período de crise durante os anos 50 e 60. Procurando uma saída, os países da Europa do Leste encabeçados pela Jugoslávia voltaram-se cada vez mais para os métodos do capitalismo».

Noutro artigo, Sweezy afirma que a «propriedade» privada na URSS deve ser «interpretada de facto mais do que de jure». «A burguesia estatal Soviética», continua, «controla os meios de produção e portanto decide como deverão ser utilizados os frutos da produção. Sem considerar as formas legais, este é o conteúdo real da propriedade de classe».

Bettleheim, que realizou um trabalho considerável e original sobre a questão do longo processo de transição do capitalismo para o comunismo, aponta que o factor determinante neste assunto «diz respeito ao domínio ou não-domínio dos produtores sobre as condições e resultados da sua actividade» e que «as relações de produção socialista só podem existir quando existe controle pelos produtores das condições e produtos do seu trabalho... O que é decisivo — do ponto de vista socialista — não é o modo de «regulamentação» (direcção estatal) da economia, mas sobretudo a natureza da classe no poder». Esta classe, escreve ele, é a burguesia estatal, que «possui» se não privadamente «detém» os meios de produção e a disponibilidade de produtos. Isto resultou no afastamento das massas do controle sobre os meios de produção e — através dos esquemas de descentralização na separação de uma empresa de outra.

CONSTRUINDO UMA NOVA FRENTE UNIDA

A China Popular estava em 1969 numa posição internacional extremamente desvantajosa — diplomática, política e militarmente.

Diplomaticamente, era negado à China o seu direito a ocupar um lugar nas Nações Unidas e noutras organizações internacionais. A clique de Chiang Kai-shek na Formosa era ainda reconhecida pela maioria dos países. Houve também um período de auto-isolamento durante a revolução cultural. Além do seu impacto entre as forças revolucionárias de vanguarda a voz de Pequim era fracamente audível em assuntos internacionais.

Politicamente, a República foi acusada pela União Soviética de trair o bloco socialista e de um modo geral foi afastada pela maioria dos Partidos Comunistas e Operários no poder. A Albânia foi um aliado fiel mas o enorme Partido Comunista Indonésio (que tinha sido de valor excepcional para a China) foi esmagado pelos governantes militares de Djakarta, o Partido Japonês tinha-se dividido, o Partido Comunista das Filipinas tinha acabado de se reconstituir segundo uma linha Marxista-Leninista e as suas relações com a República Popular e Democrática da Coreia encaminhavam-se para a normalização. A China mantinha relações cordiais com a República Democrática do Vietname, com a Frente Nacional de Libertação do Vietname do Sul e com os movimentos revolucionários no Sudeste da Ásia e em alguns países do Médio Oriente e África, mas em matéria de política, a influência da China não se podia comparar com o seu potencial.

Militarmente, o governo de Pequim encontrava-se numa situação difícil. Rodeada a oeste e a sul por mais de 120 bases militares hostis dos EE.UU.; uma brutal guerra de agressão envolvendo mais de meio milhão de soldados americanos (originalmente transportados para o Vietname para «conter» a China) desenrolava-se na Indochina; uma Índia hostil ao Sudeste, e agora apoiada pela URSS, ansiava por vingança depois de ter sido batida pela China numa série de confrontos fronteiriços; o processo de ressurgimento do militarismo Japonês a Nordeste e — sobretudo — a ameaça militar imediata representada pela União Soviética a norte. Após uma série de ferozes reencontros fronteiriços instigados pelo governo de Moscovo a URSS efectuava a organização das suas forças, mais de 1 milhão de soldados na Mongólia e na Sibéria. Não só os Chineses não poderiam esperar protecção Soviética contra a ameaça nuclear dos EE.UU. como Pequim teria de enfrentar a possibilidade de uma ameaça nuclear Soviética, principalmente um ataque preventivo da URSS às instalações nucleares Chinesas. Os dirigentes Chineses estavam plenamente convencidos que a União Soviética em 1969 empregaria uma forma qualquer de agressão. Em termos militares, a China enfrentava dois antagonistas principais ao mesmo tempo, vários antagonistas menores e encontrava-se quase completamente cercada.

Era óbvio para os dirigentes do governo de Pequim que a China devia furtar-se rapidamente a este conjunto de circunstâncias.

A possibilidade de realinhamento com a URSS estava posta de parte pelo PCCh. A China escolheu outra alternativa — desencadear uma luta de tipo diferente contra o imperialismo dos EE.UU. e contra o revisionismo moderno (que projectado numa escala internacional na prática hegemónica da política externa de Moscovo se definia como «social imperialismo»). A China decidiu opôr-se a

ambos os blocos de poder existentes, identificar-se com o 3.° mundo e «reunir todos os que possam ser unidos para enfrentar o imperialismo dos EE.UU. e o social imperialismo Soviético».

Um aspecto dessa linha era anular a hegemonia Soviético-Americana sobre o mundo, apoiando a independência de nações pequenas e médias na «primeira e segunda zonas intermediárias». O conceito da zona intermediária foi aplicado pelo Presidente *Mao* Tsetung em 1964 para designar os países que não pertenciam nem ao bloco Americano nem ao Soviético. Durante a década de 60, de acordo com a teoria Chinesa de que o foco da revolução mundial se tinha transferido temporariamente para a Ásia, África e América Latina, os Chineses desenvolveram a perspectiva de «duas zonas», sendo a primeira zona intermediária o 3.° mundo e a segunda a Europa Ocidental, Oceania e o Canadá (considerando que esses países não se encontravam sob controle completo dos EE.UU). Mais recentemente, os Chineses parecem pensar que mesmo alguns países até agora considerados solidamente pertencentes ou ao bloco Americano ou ao bloco Soviético, podem estar gravitando para uma ou outra zona entre os blocos.

Os Chineses pensam que reduzindo a influência das superpotências nestas zonas intermediárias e dentro dos próprios blocos, o imperialismo e o revisionismo se enfraquecerão assim que cada vez mais países se tornarem pendentes do controle exterior. Libertas até certo ponto do domínio externo, as forças internas de libertação nacional e revolução (e anti-revisionistas nos países socialistas) sairão fortificadas.

Implícita nesta nova estratégia, que começou a tomar forma no 9.° congresso do PCCh em Abril de 1969, está a crescente actividade diplomática, o afastamento considerável da ameaça dos EE.UU. e da URSS à China e a adopção de uma orientação de uma frente política unida internacional suficientemente larga para atrair e conter uma grande variedade de governos e movimentos na luta contra as superpotências.

Diplomaticamente o êxito desta nova estratégia torna-se imediatamente visível. A China é agora um membro importante das Nações Unidas e é reconhecida pela maioria dos países (que concordaram com a insistência de Pequim sobre os cinco princípios para a coexistência e despromoção de Formosa).

Militarmente a URSS ainda mantém perto de 50 divisões junto à fronteira Chinesa mas os seus esforços para criar uma estratégia politicamente unificada de cerco da China, com os EE.UU. fornecendo meio círculo, foram muito mal sucedidas devido ao desanuviamento das tensões existentes entre Pequim e Washington. O governo Soviético ganhou terreno no Sul da Ásia patrocinando o desmembramento do Paquistão pela Índia e o estabelecimento do estado cliente do Bangladesh, mas isso deveu-se às novas relações da China com Tóquio.

No entanto a União Soviética está a tentar estabelecer-se como uma potência no Oceano Índico para aumentar a sua influência no Sul e no Sudeste da Ásia, um certo número de países — incluindo o Ceilão, que detém uma posição chave na área — têm tomado posições contra ambas as armadas Americana e Soviética. O reconhecimento por Moscovo da clique fantoche de Phnom Penh e a sua recusa em dar apoio político decisivo ao movimento de libertação Cambojano (porque ele mantém relações estreitas com a China) parece estar a resultar às avessas, assim como está a sua campanha para desacreditar o Partido Comunista e o Novo Exército do Povo das Filipinas. Ao mesmo tempo, os esforços da União Soviética para formar uma organização Asiática de segurança colectiva — outra manobra anti-Chinesa — parece não conduzir a parte nenhuma.

Devido à nova política de Pequim, a ameaça de agressão contra a China e as políticas de contenção dos EE.UU. e da URSS foram até certo ponto neutralizadas. Devido à proximidade das suas tropas e ao facto de que Moscovo parece estar a intensificar a sua política de contenção e cerco enquanto Washington está preocupado com a sua

derrota inevitável na Indochina, os Chineses podem considerar a URSS como a principal ameaça à sua segurança neste momento.

A frente unida internacional projectada pela China contra as superpotências baseia-se no que se pode apelidar de «combinação 5, 4, 3, 2, 1».

— «5», são os cinco princípios para a coexistência (respeito mútuo pela integridade e soberania territorial; não-agressão mútua; não-interferência mútua nos assuntos internos; igualdade, auxílio mútuo e coexistência pacífica).

— «4», são as quatro maiores contradições no mundo (sendo a principal a contradição entre as nações oprimidas e o imperialismo e social imperialismo).

— «3», são os três aspectos de política externa socialista (internacionalismo proletário, coexistência pacífica e apoio às lutas revolucionárias).

— «2», são as duas superpotências.

— «1», é o estudo do Presidente Mao sobre a questão da frente unida que serve de fundamento à frente que a China tenta constituir actualmente.

Faz-se agora aqui referência ao breve artigo «Sobre a nossa Política» escrito em Dezembro de 1940 sobre a questão da frente unida entre o PCCh, o Kuomintang e outros elementos contra o imperialismo Japonês. A presente campanha para uma frente unida é a aplicação internacional da táctica nacional desenvolvida pelo PCCh, há mais de três décadas contra o Japão.

O presidente Mao escreveu que o objectivo da luta da frente unida contra o Japão «é explorar as contradições, ganhar a si a maioria, opor-se à minoria e esmagar os inimigos um a um; actuar com razão, vantagem e medida». Esta política conduziu eventualmente à derrota Japonesa na China.

Uma vez derrotado o Japão, o Kuomintang tornou-se a principal contradição como já tinha sido antes da invasão Japonesa. Só uma larga frente unida podia ter derrotado o Japão e a construção duma tal frente preconizava (citando outro dos artigos do Presidente Mao) que

enquanto «deveríamos ser firmes nos princípios, deveríamos também possuir a flexibilidade conveniente e necessária para levarmos àvante os nossos princípios.

No grupo que deve ser conduzido para a frente, escrevia Mao: «estão incluídos todos aqueles que apoiam a resistência; isto é, todos os trabalhadores anti-Japoneses, camponeses e soldados, estudantes e intelectuais e homens de negócios». Devido às diversas forças de classe no seio das quais a China precisava construir a frente, o Presidente Mao escreveu que «a nossa política principal é desenvolver as forças progressivas, ganhar as forças intermédias e isolar as forças anticomunistas obstinadas».

As forças progressivas eram o proletariado, o campesinato e a pequena burguesia urbana. Estas foram as forças mais importantes, aquelas que devem sempre constituir a frente para assegurarem a direcção da classe operária. As forças intermédias eram a média burguesia (ou burguesia nacional que se opõe à alta burguesia), «nobreza esclarecida» e certos grupos regionais que detinham o poder. Era crucial conquistar essas forças intermédias e os seus interesses foram respeitados durante a existência da frente. Os obstinados eram a classe dos grandes proprietários e a alta burguesia, mas mesmo esses apresentavam uma dupla característica. Tomando-o em consideração, Mao disse: «a nossa é uma política de duplo carácter, aliarmo-nos a eles enquanto apoiarem a resistência ao Japão, isolá-los quando se obstinem em combater o Partido Comunista».

No seio da frente anti-Japonesa, a táctica do PCCh era «nem só unidade sem luta, nem só luta sem unidade, mas combinar a unidade e a luta». Se só houvesse luta não podia existir a frente. Se só houvesse unidade não poderia haver vitória. O papel do PCCh na frente era «um papel de independência e iniciativa» assim como de unidade.

Outro aspecto focado em «Sobre a nossa Política» é que nem todos os inimigos são iguais e que a política é condicionada pelas distinções entre os adversários, determinando-se num dado momento qual é primário, qual é

secundário e qual pode ser usado contra o outro. Do mesmo modo à medida que os inimigos ajustam a sua política, as forças revolucionárias devem ajustar a sua, para beneficiar desses desvios.

Tendo em consideração as distinções e as contradições no campo inimigo, o PCCh argumenta (num comentário ao artigo «Sobre a nossa política» no número de 27 de Agosto de 1971 da Revista de Pequim) que: "A natureza do imperialismo e de todos os reaccionários nunca se modificará. O seu desejo subjectivo é inevitavelmente como sempre foi, oprimir e explorar o novo revolucionário de todo o mundo e opôr-se à causa revolucionária do povo de todos os países. Mas isto é só uma face da moeda. Há ainda o reverso, isto é, existem objectivamente muitas dificuldades para eles realizarem os seus desejos contra-revolucionários. Devido à sua natureza reaccionária e às necessidades contra-revolucionárias as suas tácticas contra-revolucionárias adaptam-se constantemente e utilizam tácticas duplamente contra-revolucionárias. Pela nossa parte devemos aproveitar todas as contradições e dificuldades do inimigo e desencadear uma luta taco a taco contra elas. Para esmagar a política contra-revolucionária dupla do inimigo devemos adoptar uma política revolucionária dupla. Persistindo na luta armada como a principal forma de luta, devemos também utilizar outras formas de luta com o inimigo em muitas frentes. As diferentes formas de tácticas flexíveis são necessárias ao proletariado na luta contra o inimigo».

Como é que isto pode estar relacionado com a política contemporânea Chinesa? A URSS e os EE.UU. estão a recorrer a tácticas duplas. A URSS, dizem os Chineses, adula a revolução mas segue uma linha contra-revolucionária na prática. Os EE.UU. seguem uma linha contra-revolucionária, mas devido às contradições que vão desde a derrota infligida pelas forças revolucionárias na Indochina até à crise económica capitalista, adoptaram também uma linha dupla de paz e amizade fictícia. Por isso a China adoptou tácticas duplas em relação a ambos os adversários, sendo a sua intenção tirar vantagem das contradições entre os dois e no seio de cada um. Na prossecução do princípio da revolução mundial, os Chineses utilizam tácticas flexíveis.

A larga frente unida contra as superpotências seria composta por todos os países, nações e povos oprimidos «favoráveis à resistência». Enquanto as forças progressistas — a classe operária de todos os países e as massas nas nações oprimidas — são a chave, é crucial que a frente vença as forças intermédias — a média burguesia e os governos burgueses dos países pequenos e médios na primeira e na segunda zonas intermediárias. Os seus interesses ao oporem-se à hegemonia duma superpotência devem ser respeitados. Mas ao tentar criar uma aliança com esses países, a China também luta com eles.

O PCCh afirmou já repetidas vezes que porque um governo se juntou à luta contra as superpotências de um modo ou de outro, as forças revolucionárias nesses países não devem abandonar a sua luta.

As lutas nacionais e de classes devem continuar, ainda que alguns governos possam estabelecer relações de amizade com a China. De facto, o desenvolvimento constante das forças progressistas em cada país é um ingrediente indispensável para a construção da frente.

Congregando as massas para enfrentar as minorias e fazendo uso das contradições, a China espera derrotar as superpotências.

AS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

Num sentido lato, a «nova» política externa da China não é nova. Muitos dos princípios desta política já eram utilizados desde a libertação da China em 1949. Alguns remontam às ideias desenvolvidas durante a longa luta revolucionária.

Os cinco princípios para a coexistência foram formulados concretamente em 1954. O conceito de que a revolução não se exporta e que as forças revolucionárias devem depender primeiro que tudo delas mesmas e não da assistência externa é uma noção tradicional do PCCh. E foi há 18 anos que o governo de Pequim propôs aos EE.UU. negociações com a China para desanuviar a tensão no Extremo Oriente.

O que é novo é o uso táctico a que se destina esta política, para que alcance o objectivo imutável, que é a revolução mundial nas condições actuais. Estas condições incluem o declínio progressivo do imperialismo (no entanto os Chineses não têm ilusões, ele é ainda um sistema enormemente poderoso e perigoso) e o desenvolvimento do revisionismo moderno no movimento proletário internacional.

O Presidente Mao disse: «a revolução está na ordem do dia no mundo actual», mas os Chineses não são deterministas mecânicos. O imperialismo não cairá devido ao seu

próprio peso, dizem eles, nem se extinguirá mortificado por a União Soviética um dia produzir tantas máquinas de lavar como os EE.UU.

A nossa interpretação dos pontos de vista da China sobre a mudança das condições mundiais é a seguinte: Na verdade, o imperialismo está em rápido declínio e cairá inevitavelmente, mas a luta revolucionária é necessária para completar esse processo. O revisionismo moderno, com a sua ênfase na competição pacífica, vias pacíficas para o socialismo e crescente utilização dos métodos capitalistas subverte as forças revolucionárias empenhadas na luta para abreviar a queda do imperialismo. Assim, a colaboração entre classes e oportunismo da parte do revisionismo moderno ameaçam prolongar artificialmente a existência do imperialismo, causando a miséria a centenas de milhões de pessoas cuja libertação será adiada.

A China acredita que a URSS está muito mais interessada na «protecção» dos seus próprios interesses no seio do bloco que domina do que em contribuir para a revolução mundial, que poderia conduzi-la a uma colisão com o imperialismo dos EE.UU. As duas superpotências, pretendem estabelecer um mundo bi-polar onde cada uma respeite os interesses da outra no que diz respeito aos seus próprios blocos de poder. Cada uma colidiria com a outra no terceiro mundo devido ao auxílio político, económico e militar, mas não ao ponto de perturbar o equilíbrio estratégico do poder internacional procurando maiores lucros à custa da outra.

Os Chineses consideram a maior parte dos partidos revisionistas, que não estão no poder, peões nesta tentativa global de equilíbrio. Vinculados, como estão a maior parte deles, à ideia da transição pacífica para o socialismo e à direcção política do PCUS, estão destinados a não conduzir revoluções. Revolucionários na forma, são reformistas na essência. Este é o seu papel num mundo bi-polar. Segundo os Chineses quando um partido Comunista alinhado

com Moscovo toma parte activa, como no golpe falhado (não na revolução) no Sudão, é para reforçar a influência de Moscovo numa parte do mundo onde a URSS pressente ter de aumentar a sua força em relação aos EE.UU.

Nos últimos anos, a maior parte do auxílio militar Soviético (pelo qual pede uma compensação generosa) foi para o Egipto e para a Índia, não para as forças de libertação Vietnamianas. Isto não significa que a URSS não tenha prestado um auxílio precioso ao Vietname. Pelo contrário e para crédito seu, deu — mas no Vietname os EE.UU. tinham ultrapassado os limites, através de uma intervenção militar directa contra uma revolução popular que se preparava para tomar o poder, e ameaçavam de destruição o socialismo na República Democrática do Vietname (RDV). Foi também no Vietname que os EE.UU. quebraram um acordo internacional do qual a URSS era signatária.

Os Chineses insistem também que a URSS não tinha escolha possível no Vietname. Se tivesse recusado auxílio à (RDV) e às forças revolucionárias no Vietname do Sul lançaria o descrédito do campo socialista sobre si e poderia ter perdido a direcção do bloco. Os Chineses acreditam que as suas críticas ao revisionismo moderno ajudaram a estabelecer um barómetro pelo qual as acções Soviéticas no Vietname eram medidas.

Em resposta ao progressivo equilíbrio entre os EE.UU. e a URSS, a China adoptou uma nova aplicação táctica de certos princípios políticos. Para construir uma frente unida contra a hegemonia das superpotências o governo de Pequim deu mais ênfase à sua política de coexistência pacífica, por exemplo. Para tirar partido das contradições entre os EE.UU. e a URSS era desejável normalizar as relações com o governo de Washington quando a administração Nixon o desejasse fazer. Como questão de princípio e para manter a confiança das nações pequenas e médias a China aderiu a uma política de não-interferência nos assuntos internos das outras nações.

A luta contra as superpotências é um meio revolucionário não um fim. A intenção é quebrar o poder do imperialismo e do revisionismo moderno e libertar as forças revolucionárias em todo o mundo. A táctica não deve ser confundida com a estratégia.

Enquanto a nova política táctica do PCCh obteve vários sucessos nos últimos dois anos, certos aspectos da política externa da China desde 1969 produziram confusão ou críticas de algumas secções do movimento esquerdista internacional.

Essas críticas concentraram-se no desanuviamento da tensão com os EE.UU., na viagem do Presidente Nixon à China em 1972 e na política Chinesa com respeito à guerra Indo-Paquistanesa em 1971. A posição da China em Ceilão também foi criticada.

A natureza da crítica depende da linha política da tendência que expressa as suas divergências. Dos partidos revisionistas e Trotskistas partiram as críticas mais cerradas, mas outros elementos da esquerda também ficaram perturbados. Alguns destes identificaram-se com a ultra--«esquerda» da revolução cultural Chinesa, outros não compreenderam completamente a política da China; alguns perceberam mas divergiram, da análise da situação mundial do PCCh ou das conclusões que retirava da sua análise.

No que diz respeito às relações Sino-Americanas os partidos revisionistas coçaram-se, porque o PCUS tinha comichão. O governo Soviético ficou descontente com a visita de Nixon à China, porque isso contribuiu para o fim do isolamento da China nos assuntos mundiais e significa que, por razões suas os EE.UU. não estavam preparados para abertamente defrontarem a URSS na questão da contenção da China. Inesperadamente e sobretudo preocupantemente, os EE.UU. preferiram associar-se a um grande país socialista sem pedirem a opinião ao PCUS que, acima de tudo é o «irmão mais velho» (segundo o renegado Chinês Wang Ming, que vive actualmente na União Soviética) desta porção do mundo.

Desprovidos de qualquer base teórica para se oporem à visita de Nixon à China, muitos partidos revisionistas (como o PCUS) espalharam rumores de que a China estava a «vender» a luta da libertação da Indochina. Estes rumores começaram a desvanecer-se rapidamente quando chegou a altura da chegada de Nixon a Moscovo e desapareceram completamente quando o presidente dos EE.UU. e o dirigente do PCUS, Brezhnev assinaram acordos que transcenderam de longe o simples e formal comunicado conjunto de Pequim.

Os chineses consideram o comunicado conjunto como a principal vitória que emerge da sua nova orientação externa. O imperialismo dos EE.UU., afirma Pequim, foi forçado a reconhecer que a sua política de duas décadas de agressão directa, boicote e contenção havia falhado. O facto de Washington iniciar as diligências para normalizar as relações e a «vinda até nós» de Nixon tem um significado considerável, não só na China, mas na Ásia em geral.

A China não fez concessões durante as convenções e os contactos subsequentes entre os dois países. O comunicado conjunto era um modelo do que a China acredita ser a maneira correcta de manter relações com estados detentores de sistemas sociais diferentes. De grande importância foi o acordo dos EE.UU. em relação aos cinco princípios Chineses para a coexistência pacífica. A China por seu lado reafirmou a sua intenção de apoiar a luta revolucionária na Indochina e os projectos de unificação da República Democrática e Popular da Coreia.

Sobre a questão da Formosa, que a China subordinou à questão da Indochina, Pequim reafirmou que só existe uma China (da qual a Formosa faz parte) e que a República Popular era o único governo legal da China e pediu que as forças dos EE.UU. e as instalações militares fossem retiradas dessa província. Os EE.UU. abandonando o seu curto namoro à ideia das «duas Chinas» afirmaram que não se opunham ao facto da Formosa ser parte da China e que a retirada dos EE.UU. da Formosa era o «objectivo

derradeiro» de Washington que se empenharia na «redução progressiva das suas forças e instalações militares».

No comunicado, os Chineses afirmaram também: «Onde haja opressão, há resistência. Os países querem a independência, as nações querem a libertação, e o povo quer a revolução — esse é o curso irresistível da história. Todas as nações, grandes e pequenas, devem tratar-se de igual para igual, as grandes nações não devem ameaçar as pequenas e as nações fortes não devem oprimir as fracas. A China nunca se tornará uma superpotência e opõe-se à hegemonia e à política do mais forte quem quer que seja».

Não houve um único indício de evidência a sugerir que a China fizera um «acordo» com os EE.UU. à custa da luta de libertação da Indochina. No entanto largamente alimentados pela escola de falsificação Trotskista, os rumores persistiram em alguns pontos. Ao mesmo tempo, alguns elementos da ultra-«esquerda» continuam a denunciar a China por ter recebido Nixon (ainda que não tenham sido feitos «acordos»), parecendo guiados pela teoria de que a melhor maneira para derrotar o imperialismo é «injuriá-lo».

Outros parecem acreditar que a China «prejudicou» a luta da Indochina, simplesmente por ter contactado com os EE.UU. durante os últimos quatro anos. Outra escola de pensamento nos EE.UU. insiste que Pequim não devia ter permitido a visita de Nixon à China porque ela contribuía para a derrota do candidato Democrático, George McGovern. A visita de Nixon desempenhou um papel secundário nas eleições — mas para além do papel que ela podia ter tido não se pode pensar que a China Popular baseia a sua orientação externa nas vicissitudes da política burguesa dos EE.UU.

Isto não significa dizer que as motivações de Nixon para a normalização das relações com a China eram altruistas. As suas razões eram complexas e pretendiam adequar-se aos interesses do imperialismo dos EE.UU.

Primeiro, a política Asiática de Washington estava desactualizada. Era ridículo fingir que ainda era possível

«conter» a China. Segundo, Nixon tirou partido da rotura Sino-Soviética criando enormes apreensões em Moscovo sobre as intenções de Washington em Pequim. A intenção que parece ter havido, era forçar a URSS a acelerar o seu conluio com os EE.UU. no domínio económico e noutros. Terceiro, Nixon tinha em vista a sua campanha eleitoral e não há dúvida que a nova viragem para a China era popular às massas Americanas (que o povo tenha respondido favoravelmente a uma grande redução da hostilidade dos EE.UU. é muito bom, o que prova mais uma vez que apesar de décadas de lavagens ao cérebro anti-comunistas, o povo Americano prefere uma política de paz e amizade). Por último, Nixon tinha em mente decerto a ideia de chegar a um «acordo» sobre o Vietname com a China — e nisso falhou redondamente.

A crítica do papel da China na guerra Indo-Paquistanesa foi tão violenta como quando da visita do presidente Nixon e foi feita pelos mesmos sectores.

Para alguns, na esquerda, o apoio da China ao Paquistão contra a Índia «provava» que o PCCh já não estava interessado na revolução. Para outros a questão era muito simples: o Paquistão Ocidental reprimia o Paquistão Oriental. Uma luta de libertação desenvolvera-se. A repressão aumentara. A Índia não podendo tolerar mais o terror nas suas fronteiras foi obrigada a intervir em nome da justiça. A URSS, sinceramente interessada no destino do povo Bengali, secundou a Índia.

Na realidade o PCUS tirou partido da brutal estupidez da classe dirigente Paquistanesa, apoiando a expansão no subcontinente, do governo reaccionário e anti-Chinês da Índia, à custa do Paquistão, para aumentar a influência Soviética no Sul da Ásia, estender o seu cerco à China e impedir o desenvolvimento da guerra popular no sul da Ásia. Porque isto não podia ser percebido, a maior parte dos partidos revisionistas lançaram-se numa campanha de denúncia do governo Paquistanês e glorificação da base «humanitária» que conduzira à agressão Indiana, um mito conduzido por muitos governos burgueses mas não pelas

altas esferas do governo dos EE.UU. porque Washington lutava com Moscovo pela influência no Sul da Ásia.

A administração Nixon, reconhecendo que a URSS detinha um domínio temporário em Delhi, decidiu reunir a influência que detinha em Islamabade. Os EE.UU. consideravam o Paquistão Oriental de pouca importância estratégica enquanto o Paquistão Oriental, um estado Muçulmano, podia potencialmente ser útil contra a União Soviética no Médio Oriente, uma secção do mundo para a qual o governo de Islamabade se voltaria logicamente num futuro mais ou menos próximo.

SOBRE A NOSSA POLÍTICA*

(25 de Dezembro de 1940)

* Directiva interna do Partido, redigida pelo camarada Mao Tsetung em nome do Comité Central do Partido Comunista da China.

Ante a vaga anticomunista que agora desaba, a nossa política reveste uma importância decisiva. Não obstante, muitos dos nossos quadros ainda não compreendem que a política do Partido no período actual tem de ser bem diferente da política seguida durante a Revolução Agrária. É preciso entender que, enquanto durar a Guerra de Resistência contra o Japão, o Partido não mudará a sua política de frente única nacional anti-japonesa, sejam quais forem as circunstâncias, e que muitas das medidas políticas aplicadas durante os dez anos da Revolução Agrária não podem ser retomadas ponto por ponto neste momento. Em particular, não pode aplicar-se hoje, no período de resistência, nem uma só das inúmeras medidas políticas esquerdistas do último período da Revolução Agrária, medidas erradas mesmo para aquela época, uma vez que resultavam duma falta de compreensão de duas particularidades fundamentais da revolução chinesa, a saber: ser uma revolução democrático-burguesa em país semi-colonial e caracterizar-se pela longa duração. Por exemplo, nessa altura havia a tese de que a quinta campanha de «cerco e aniquilamento» e a nossa contra-campanha representavam um combate decisivo entre duas vias — revolução e contra-revolução; defendia-se a eliminação económica da burguesia (política de trabalho e política fiscal esquerdistas) e dos camponeses ricos (atribuição de maus lotes de terra a estes últimos), a eliminação física dos senhores de terras (recusa em distribuir-lhes terras), o ataque aos intelectuais, o desvio de «esquerda» na liquidação dos contra-revolucionários, o monopólio

total dos órgãos do poder pelos comunistas, a orientação em direcção da instrução pública comunista, a política militar esquerdista (ataque às grandes cidades e negação da guerra de guerrilhas), a política putchista quanto ao trabalho nas regiões brancas e, ainda, o abuso de sanções disciplinares no seio do Partido. Essas medidas esquerdistas eram uma expressão do oportunismo de «esquerda», o oposto do oportunismo de direita de Tchen Tu-siu, que se registara no último período da Primeira Grande Revolução. Nesse período, só unidade, nada de luta, enquanto que, no último período da Revolução Agrária, nada mais que luta, nenhuma unidade (exceptuada a unidade com as massas basilares do campesinato) — assim se manifestaram em toda a evidência as duas linhas políticas extremistas, causadoras, tanto uma como outra, de enormes prejuízos para o Partido e para a revolução.

Hoje, a nossa política de frente única nacional anti-japonesa nem é unidade sem luta nem luta sem unidade. Associa a unidade e a luta. Concretamente, isso significa:

1. Unir no seio da Frente Única Nacional Anti-Japonesa todo o povo que resiste ao Japão (quer dizer, todos os operários, camponeses, soldados, intelectuais e homens de negócios, que lutam contra o invasor).

2. Praticar uma política de independência e autonomia no seio da Frente Única, sendo indispensáveis tanto a unidade como a independência.

3. No domínio da estratégia militar, realizar com independência e autonomia uma guerra de guerrilhas no quadro duma estratégia única. Fazer essencialmente uma guerra de guerrilhas, sem recusar-se à guerra de movimento quando as condições sejam favoráveis.

4. Na luta contra os anticomunistas obstinados, explorar as contradições, ganhar a si a maioria, opor-se à minoria, esmagar os adversários um a um; actuar com razão, vantagem e medida.

5. Nas regiões ocupadas pelo inimigo e nas regiões dominadas pelo Kuomintang, a política consiste em desenvolver ao máximo a Frente Única, e trabalhar encobertos

e com efectivos reduzidos mas eficazes; e, quanto ao método de organização e de luta, trabalhar encobertos, com efectivos reduzidos mas eficazes, permanecer muito tempo na clandestinidade, acumular forças à espera do momento oportuno.

6. Nas relações com as diversas classes do país, a política básica consiste em desenvolver as forças progressistas, ganhar as forças intermédias e isolar as forças anticomunistas obstinadas.

7. Com relação aos anticomunistas obstinados, realizar uma política revolucionária de duplo carácter: aliar-nos a eles na medida em que estejam dispostos a resistir aos invasores japoneses e isolá-los quando se obstinem em combater o Partido Comunista. Como a sua resistência ao Japão apresenta um duplo carácter, a nossa política consiste em aliar-nos a eles quando lutam contra o invasor e combatê-los e isolá-los quando hesitam (por exemplo, quando mantêm entendimentos secretos com os invasores japoneses e não combatem activamente Uam Tsim-vei nem os demais traidores). E como a dualidade manifesta-se também no seu combate ao Partido Comunista, a nossa política a seu respeito apresenta igualmente duplo carácter: aliar-nos a eles enquanto não têm a intenção de romper definitivamente a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista e combatê-los e isolá-los sempre que passam à política de repressão e aos ataques armados contra o nosso Partido e contra o povo. Nós fazemos uma distinção entre, por um lado, essa gente de duplo carácter e, por outro lado, os traidores e os elementos pró-japoneses.

8. Mesmo entre os traidores e os elementos pró-japoneses há quem apresente duplo carácter. A seu respeito, devemos também praticar uma política revolucionária dupla. Por outras palavras, na medida em que são pró-japonesas, golpeamo-los e isolamo-los; e na medida em que hesitam, fazemos por atraí-los e ganhá-los a nós. Nós fazemos uma distinção entre esses indivíduos de duplo

carácter e os traidores renitentes do tipo Uam Tsim-vei, Vam Yi-tam [1] e Chi Iou-san [2].

9. Tal como é necessário distinguir os grandes senhores de terras e a grande burguesia pró-japoneses, opostos à resistência, dos grandes senhores de terras e da grande burguesia pró-ingleses e pró-norte-americanos, partidários da resistência, também é necessário estabelecer uma diferença entre, por um lado, os grandes senhores de terras e a grande burguesia de duplo carácter, quer dizer, que são pela resistência mas hesitam, que são partidários da unidade mas combatem o Partido Comunista, e, por outro lado, a burguesia nacional, os senhores de terras médios e pequenos, e os nobres esclarecidos, que apresentam em grau menor esse duplo carácter. A nossa política elabora-se na base de tais distinções. A diferenciação na nossa política, tal como acaba de ser exposta, decorre dessas distinções nas relações de classes.

10. E é igualmente desse modo que devemos definir a nossa atitude frente aos imperialistas. Embora o Partido Comunista lute contra todos os imperialistas, é necessário fazer uma distinção entre os imperialistas japoneses, que realizam uma agressão contra a China, e os demais imperialistas, que não estão actualmente lançados na agressão ao nosso país; há que distinguir os imperialistas alemães e italianos, que concluíram uma aliança com o Japão e reconheceram o «Mandjoucuo», dos imperialistas ingleses e norte-americanos, que se opõem ao Japão; é igualmente necessário fazer uma distinção entre a Inglaterra e os Estados Unidos do período em que praticavam a política do Munique do Extremo Oriente e prejudicavam a causa da nossa resistência, e a Inglaterra e os Estados Unidos de hoje, que renunciaram a essa política e se mostram favoráveis à nossa resistência. O nosso princípio táctico continua a ser a exploração das contradições, ganhar a nós a maioria, opor-se à minoria e esmagar os adversários um a um. A nossa política exterior é distinta da do Kuomintang. «Não há senão um inimigo, tudo o mais são nossos amigos», declara o Kuomintang. Na aparência, este trata em pé de igualdade todos os países, exceptuado o Japão, mas, na realidade, é pró-inglês e pró-norte-americano. Quanto a nós, devemos fazer distinções, primeiramente entre a União Soviética e os países capitalistas; segundo, entre a Inglaterra e Estados Unidos, por um lado, e Alemanha e Itália, por outro; terceiro, entre os povos da Inglaterra e Estados Unidos, por um lado, e os governos imperialistas desses dois países, por outro lado; e, quarto, entre a política da Inglaterra e Estados Unidos, na época do Munique do Extremo Oriente, e a sua política actual. É sobre tais distinções que se fundamenta a nossa política. A nossa orientação básica é contrária à do Kuomintang, pois consiste em fazer o máximo por obter ajuda exterior, baseando-nos no princípio de perseverar na guerra com independência e apoiar-nos nas nossas próprias forças, e nunca como o Kuomintang, que renuncia à guerra com independência e ao apoio nas próprias forças para depender da ajuda exterior ou entregar-se a um dos blocos imperialistas.

Para corrigir os pontos de vista unilaterais de muitos quadros do Partido em matéria de táctica, e evitar os desvios à esquerda ou à direita que daí resultam, há que fazê-los compreender, sob cada aspecto e no seu conjunto, as modificações e a evolução da política, tanto no pas-

[1] Vam Yi-tam, grande burocrata no tempo dos caudilhos militares do Norte e traidor pró-japonês. Após os acontecimentos de 1935, no Norte da China, Tchiang Kai-chek tomou-o a seu serviço. Homem de palha dos agressores japoneses, foi designado, em 1938, presidente do Conselho Político do Norte da China, órgão de carácter fantoche.

[2] Chi Iou-san era um dos mais inconstantes caudilhos militares do Kuomintang. Nomeado comandante do X Grupo de Exércitos do Kuomintang depois que estalou a Guerra de Resistência contra o Japão, especializou-se no entendimento com as tropas japonesas para lançar incessantes ataques contra o VIII Exército e eliminar os órgãos do poder democrático anti-japonês e massacrar comunistas e outros progressistas, no sul do Hopei.

sado como no presente. As nefastas tendências esquerdistas constituem ainda hoje o perigo principal no seio do Partido. Nas regiões dominadas pelo Kuomintang, muitos quadros não aplicam com seriedade a política que exige trabalhar encoberto, com efectivos reduzidos mas eficazes, permanecer muito tempo na clandestinidade, acumular forças à espera do momento oportuno: isso é assim porque eles não tomam suficientemente a sério a política anticomunista do Kuomintang. Por outro lado, há outros que não realizam a política de desenvolvimento da Frente Única, partem da ideia simplista de que tudo é mau no Kuomintang, razão por que ficam sem saber o que fazer. Situações análogas verificam-se nas regiões ocupadas pelo Japão.

Nas regiões sob dominação do Kuomintang, bem como nas bases anti-japonesas, havia quadros que apenas buscavam a unidade, esquecendo a luta, sobrestimavam a aptidão do Kuomintang para resistir ao Japão e esbatiam a diferença de princípio entre o Kuomintang e o Partido Comunista; renunciavam à política de independência e autonomia na Frente Única, acomodavam-se aos grandes senhores de terras, à grande burguesia e ao Kuomintang, atando-se voluntariamente de pés e mãos, em vez de ousarem desenvolver sem reserva as forças revolucionárias anti-japonesas e combater resolutamente a política kuomintanista de luta contra o Partido Comunista e limitação do Partido Comunista. Esses pontos de vista de direita, que no passado eram algo grave, estão no essencial eliminados. Em contrapartida, desde o Inverno de 1939 tem-se manifestado por toda a parte uma tendência de «esquerda», como resultado das fricções anticomunistas provocadas pelo Kuomintang e dos nossos combates de legítima defesa. Essa tendência foi em certa medida corrigida, mas não inteiramente; ainda se verifica em muitos pontos, em várias das medidas políticas concretas. Assim, torna-se absolutamente indispensável examinar e definir agora as nossas medidas políticas concretas.

Como o Comité Central fixou sucessivamente diversas directivas sobre tais medidas, contentar-nos-emos com resumi-las nuns quantos parágrafos.

Sobre a composição dos órgãos do poder. Há que aplicar resolutamente o «sistema dos três terços», por força do qual os comunistas entram apenas por um terço nos órgãos do poder e fazem com que participe nestes um grande número de não comunistas. No norte do Quiansu e outras zonas onde começamos a instaurar o poder democrático anti-japonês, a proporção dos comunistas pode até ser inferior ao tal terço. Nos organismos governamentais, e nos órgãos representativos da vontade popular, há que integrar representantes da pequena burguesia, burguesia nacional e nobres esclarecidos, desde que não sejam activos no anticomunismo; e há também que admitir aí os membros do Kuomintang que não se oponham ao Partido Comunista. Pode igualmente aceitar-se nos órgãos representativos da vontade popular um pequeno número de elementos de direita. Em nenhum caso o Partido deve monopolizar tudo. Nós derrubamos a ditadura da grande burguesia compradora e dos grandes senhores de terras, mas não a substituímos pela ditadura de um só partido, do Partido Comunista.

Sobre a política de trabalho. Só melhorando as condições de vida dos operários se torna possível despertar-lhes o entusiasmo pela resistência ao Japão. Mas há que evitar a todo o preço o exagero esquerdista; o aumento dos salários e a redução da jornada de trabalho não podem ultrapassar as medidas. Actualmente, na China, ainda é difícil instituir por toda a parte uma jornada de oito horas e, em certos ramos da produção, ainda há-de ser necessário autorizar a jornada de dez horas. Nos demais ramos, a duração da jornada de trabalho tem de ser determinada atendendo-se à situação. Quando é concluído um contrato entre o trabalho e o capital, os operários devem observar a disciplina do trabalho e os capitalistas ter a possibilidade de realizar certos lucros. Doutro modo as fábricas fechariam, o que prejudicaria tanto a resistência

como os próprios operários. No campo, em particular, não se deve elevar demasiadamente o nível de vida e o salário dos operários; seriam medidas capazes de suscitar objecções por parte dos camponeses, provocar desemprego entre os operários e diminuir a produção.

Sobre a política agrária. Há que explicar aos membros do Partido e aos camponeses que o momento não é para fazer a revolução agrária radical e que as medidas aplicadas durante o período da Revolução Agrária não podem ser adoptadas hoje em dia. A nossa política actual deve estipular que os senhores de terras reduzam as rendas e as taxas de juro, para despertar o entusiasmo das massas basilares do campesinato pela resistência ao Japão. Contudo, é necessário que as reduções não sejam muito excessivas. Em geral, as rendas devem ser reduzidas de vinte e cinco por cento e, nos casos em que as massas reclamarem reduções mais importantes, os camponeses serão admitidos a reservar para si sessenta a setenta por cento da colheita, mas nunca mais do que isso. A taxa de juro não deve ser reduzida para aquém do admitido pelas condições de crédito correspondentes à economia do país. Além disso, a nossa política tem de estabelecer que os camponeses devem pagar as rendas e os juros das quantias tomadas de empréstimo, e que os senhores de terras conservam os seus direitos de propriedade sobre as terras e outros bens. A taxa de juro não deve ser reduzida a ponto de eliminar a possibilidade de os camponeses obterem empréstimos, nem a regulamentação das contas antigas ser de natureza a permitir aos camponeses que recuperem, sem indemnizações, as terras dadas em garantia aos senhores de terras.

Sobre a política fiscal. O montante dos impostos deve ser fixado em função dos rendimentos. Excepto os mais pobres, que devem estar isentos de impostos, todos os indivíduos com rendimentos, isto é, mais de oitenta por cento da população, incluídos os operários e os camponeses, têm de pagar contribuições ao Estado; as cargas fiscais não devem pesar exclusivamente sobre os senhores

de terras e capitalistas. Há que proscrever as detenções com imposição de multas como meio de financiar o exército. Para a percepção dos impostos, enquanto não tivermos estabelecido um sistema novo, mais racional, pode continuar a adoptar-se o velho sistema kuomintanista, modificando-o onde necessário.

Sobre a política a respeito dos elementos hostis. Há que eliminar resolutamente os traidores e os anticomunistas inveterados, pois, doutro modo, será impossível defender as forças revolucionárias anti-japonesas. Contudo, é absolutamente necessário evitar executar muita gente. Em caso nenhum se incriminarão os inocentes. Quanto aos reaccionários, há que ser clemente para com os hesitantes e os que agem sob coacção. Deve banir-se rigorosamente o recurso à tortura dos culpados; há sobretudo que atribuir importância à prova, e não fiar-se levianamente em depoições. A nossa política com relação aos prisioneiros, quer provenham do exército japonês quer das forças fantoches ou anticomunistas, consiste em pô-los em liberdade, exceptuando-se os que tiverem incorrido no ódio profundo das massas, os quais, após ratificação das respectivas condenações pelas instâncias superiores, devem ser de rigor executados. Há que ganhar a nós em grande número os elementos que tiverem sido forçados a integrar-se nas forças reaccionárias, mas cujo espírito seja mais ou menos revolucionário, e recrutá-los para o nosso exército; todos os outros devem ser postos em liberdade e, no caso de voltarem a combater-nos e a ser capturados, devem ser de novo postos em liberdade. Não devemos vexá-los nem confiscar-lhes dinheiro ou haveres pessoais, nem arrancar-lhes retractações, mas sim tratá-los com toda a franqueza e boa vontade. Essa política deve ser seguida com relação a todos os prisioneiros, por mais reaccionários que sejam. Isso é extremamente eficaz no isolamento do campo da reacção. Quanto aos renegados, exceptuando-se os que cometeram infracções mais graves, deve dar-se-lhes possibilidades de recuperação, sob condição de cessarem as suas actividades anticomunistas. E se quiserem voltar ao

caminho da revolução, podemos admiti-los, não se lhes permitindo no entanto que reingressem no Partido. Os agentes comuns dos serviços secretos de informação do Kuomintang não devem ser colocados num mesmo plano com os espiões japoneses e os traidores; há que fazer uma distinção e tratá-los de maneira diferenciada. É necessário acabar com essa situação caótica em que qualquer organismo administrativo, qualquer organização, pode proceder a detenções. Para que se instaure uma ordem revolucionária no interesse da resistência, é necessário estipular que, exceptuando-se as unidades militares em operações, só os órgãos judiciais e de segurança pública têm poderes para efectuar detenções.

Sobre os direitos do povo. Deve estabelecer-se que todos os senhores de terras e todos os capitalistas que não se oponham à resistência ao Japão, gozam, tal como os operários e os camponeses, dos direitos da pessoa, do direito à propriedade, voto, liberdade de palavra, reunião, associação, pensamento e crença. Os órgãos do poder só intervêm contra os que, nas nossas bases de apoio, se entregam à sabotagem ou fomentam motins. Eles protegem todas as demais pessoas, sem imiscuir-se nas respectivas actividades.

Sobre a política económica. Devemos desenvolver activamente a indústria, a agricultura e a circulação das mercadorias. Há que estimular a vinda para as nossas bases de apoio anti-japonesas, de todos os capitalistas que desejem instalar nelas empresas. Devemos encorajar as empresas privadas e considerar as empresas de Estado apenas como um dos sectores da economia. Tudo isso visa garantir a satisfação das nossas necessidades através dos nossos próprios meios. Há que evitar os atentados dirigidos contra as empresas úteis, sejam elas quais forem. A política aduaneira e a política monetária devem corresponder à nossa linha fundamental de desenvolvimento da agricultura, indústria e comércio, e não contrariá-la. Organizar conscienciosa e minuciosamente a economia das nossas bases de apoio, evitando toda a negligência, para garantir a satisfação das necessidades através dos nossos próprios meios — eis a condição essencial da existência durável das nossas bases de apoio.

Sobre a política relativa à cultura e à educação. É necessário, com relação às massas populares, concentrar toda a atenção na elevação e popularização dos conhecimentos intelectuais e técnicos necessários à resistência ao Japão, bem como na exaltação do sentimento de orgulho nacional. É necessário deixar que os elementos liberais burgueses, entre pedagogos, trabalhadores da cultura, jornalistas, académicos e técnicos, venham às nossas bases de apoio para colaborar connosco na instrução pública, publicação de jornais e outras actividades. Há que admitir nos nossos estabelecimentos de ensino todos os intelectuais que se mostrem relativamente activos na resistência, dar-lhes uma formação em curto período e levá-los depois a trabalhar no exército, organismos administrativos e entre as massas. Devemos, com audácia, integrá-los nas nossas fileiras, utilizá-los e promovê-los. Não nos deixaremos cegar pelo temor duma infiltração de elementos reaccionários. Um certo número de reacionários infiltrar-se-á inevitavelmente nas nossas fileiras, mas nós estaremos sempre a tempo de eliminá-los, no decorrer do estudo e ao longo do trabalho. Em cada uma das bases de apoio criar-se-ão imprensas, editar-se-ão livros e jornais, organizar-se-ão serviços de difusão e entrega de publicações. Há que fazer todo o possível por abrir aí grandes escolas de quadros, sendo que quanto maiores e mais numerosas melhor.

Sobre a política militar. Devem ampliar-se no máximo as fileiras do VIII Exército e do Novo IV Exército, pois são as forças mais seguras de que dispõe o povo chinês para prosseguir na resistência nacional. A nossa política em relação às forças do Kuomintang deve continuar a basear-se no princípio de jamais atacar sem que sejamos atacados; importa que nos esforcemos por criar laços de amizade com eles. No possível, far-se-ão ingressar no VIII Exército e no Novo IV Exército os oficiais simpati-

zantes, sejam membros do Kuomintang ou sejam sem partido, de modo que se reforce a edificação do nosso exército em matéria militar. A situação actual em que, no nosso exército, os comunistas dominam por toda a parte, em virtude do seu número, deve igualmente ser mudada. Como é evidente, não se trata de introduzir o «sistema dos três terços» nas nossas forças principais, mas, desde que o Partido conserve em mãos a direcção das tropas (condição indispensável e imprescritível), não há que recear um recrutamento em grande número de simpatizantes, na edificação tanto militar como técnica do nosso exército. Agora, que o nosso Partido e o nosso exército conseguiram forjar uma base ideológica e uma organização sólidas, o recrutamento de grande número de simpatizantes (não de sabotadores, claro) não apresenta qualquer perigo, constituindo mesmo uma política indispensável, sem a qual seria impossível conquistar a simpatia da totalidade da nação e desenvolver as forças da revolução.

O Partido inteiro deve pôr resolutamente em prática esses princípios da nossa táctica na Frente Única, bem como as medidas políticas concretas que daí derivam. No momento em que os invasores japoneses intensificam a sua agressão à China e, no interior do país, os grandes senhores de terras e a grande burguesia praticam uma política de repressão e ataques armados contra o Partido Comunista e contra o povo, só a aplicação dos princípios tácticos e das medidas políticas concretas acima expostos poderá permitir que persistamos na resistência do Japão, alarguemos a Frente Única, ganhemos a simpatia da totalidade do povo e provoquemos uma viragem favorável na situação. Mas ao corrigirmos os erros, devemos agir com método e guardar-nos contra toda a precipitação, que poderia provocar descontentamento entre os nossos quadros, desconfiança das massas, contra-ofensiva dos senhores de terras ou qualquer outra reacção negativa.

POVOS DE TODO O MUNDO UNI-VOS PARA DERROTAR OS AGRESSORES NORTE-AMERICANOS E OS SEUS LACAIOS!

— Declarações em apoio da justa luta dos negros norte-americanos e dos povos do Sul do Vietname Panamá, Japão, Congo (Léopoldville) e República Dominicana

DECLARAÇÃO EM APOIO À JUSTA LUTA DOS NEGROS DOS ESTADOS UNIDOS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL PRATICADA PELO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO *

(8 de Agosto de 1963)

Robert Williams, um dos líderes dos negros norte-americanos, ex-presidente da filial de Monroe, Carolina do Norte, da Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor nos Estados Unidos, que se encontra agora asilado em Cuba, pediu-me duas vezes, neste ano, que fizesse uma declaração para apoiar a luta dos negros norte-americanos contra a discriminação racial. Eu queria aproveitar esta ocasião para exprimir, em nome do povo chinês, o nosso firme apoio aos negros norte-americanos em luta contra a discriminação racial e pela liberdade e igualdade de direitos.

Nos Estados Unidos há mais de 19 milhões de negros, os quais representam cerca de onze por cento da população total desse país. Eles constituem objecto de escravização, opressão e discriminação na sociedade norte-ame-

* O presidente Mao Tsétung fez esta declaração a 8 de Agosto de 1963 por ocasião de entrevistas com amigos africanos — Nota do editor.

ricana. Na sua esmagadora maioria, estão privados do direito de voto. Em geral, não podem ter acesso senão ao trabalho mais penoso e desprezível. O seu salário médio atinge somente o terço ou a metade do salário dos brancos. É entre os negros que a taxa de desemprego é mais elevada. Em muitos dos Estados, eles não podem frequentar as mesmas escolas, comer à roda das mesmas mesas, ou viajar na mesma secção dum autocarro ou comboio que os brancos. Frequentemente, as autoridades dos Estados Unidos nos diferentes escalões, os membros da Ku-Klux-Klan e os demais racistas prendem, torturam e matam os negros quando bem lhes apetece. Cerca de 50 por cento dos negros norte-americanos estão concentrados em onze Estados do Sul dos EE.UU. A discriminação e a perseguição de que eles aí são vítimas é particularmente assombrosa.

Os negros norte-americanos estão ganhando consciência e opõem uma resistência cada vez mais forte. Nos últimos anos, a sua luta de massas contra a discriminação racial e pela liberdade e igualdade de direitos tem-se desenvolvido grandemente.

Em 1957, os negros de Little Rock, Arkansas, desencadearam uma luta encarniçada contra a não admissão dos seus filhos nas escolas públicas da cidade. Opondo-lhes a força armada, as autoridades provocaram o incidente de Little Rock que estremeceu o mundo.

Em 1960, em mais de vinte Estados, os negros organizaram manifestações «sentados», protestando contra a segregação racial praticada nos restaurantes, armazéns e outros lugares públicos.

Em 1961, para opor-se à segregação racial no domínio dos transportes públicos, os negros promoveram o «movimento dos viajantes da liberdade» que não tardou a ganhar vários Estados.

Em 1962, a luta iniciada pelos negros do Mississípi, para obter a igualdade em direitos na admissão às escolas superiores, foi reprimida com efusão de sangue pelas autoridades.

Este ano, a luta dos negros norte-americanos começou no princípio de Abril em Birmigham, Alabama. As massas negras, que estavam totalmente desarmadas, foram vítimas de detenções maciças e duma repressão bárbara em extremo, somente por terem organizado concentrações e desfiles contra a discriminação racial. A 12 de Junho, Medgar Evers, um dos dirigentes negros do Mississípi, foi odiosamente assassinado. Recusando inclinar-se diante da violência, as massas negras, indignadas, redobraram de coragem na luta e conquistaram rapidamente o apoio dos outros negros e das diferentes camadas da população dos Estados Unidos. A luta que grassa actualmente com impetuosidade sobre todo o país, qual uma maré enchente, desenrola-se em quase todos os Estados e cidades dos Estados Unidos e continua a desenvolver-se. As organizações de negros norte-americanos decidiram empreender, em 28 de Agosto, uma «marcha da liberdade» sobre Washington, com a participação de 250 000 pessoas.

A evolução rápida da luta dos negros norte-americanos, traduzindo a exacerbação contínua da luta de classes e da luta nacional dos Estados Unidos, suscitou uma inquietação cada vez mais grave nos meios dirigentes daquele país. Nessas circunstâncias, a administração Kennedy recorreu à perfídia da táctica dupla: embora continuando a encorajar a discriminação e a perseguição contra os negros, tomando parte nelas e expedindo inclusivamente tropas para a repressão destes, colocou-se em partidária da «defesa dos direitos do homem» e da «protecção dos direitos cívicos dos negros», fez-lhes um apelo para que dessem provas de «moderação» e submeteu ao Congresso uma pretensa «legislação sobre os direitos cívicos», tentando paralisar a combatividade dos negros e burlar as massas do país. Essa táctica, porém, foi denunciada pelos negros, cada dia mais numerosos. As violências fascistas perpetradas pelo imperialismo norte-americano contra os negros revelaram a natureza da democracia e liberdade dos Estados Unidos e puseram a nu os laços

internos que existem entre a política interior reaccionária e a política estrangeira de agressão do governo desse país.

Eu lanço um apelo a todos os operários, camponeses, intelectuais revolucionários, elementos burgueses esclarecidos e outras personalidades esclarecidas de todas as raças do mundo, brancos, negros, amarelos e pardos, para que se unam com vista a combater a discriminação racial praticada pelo imperialismo norte-americano e apoiar a luta dos negros norte-americanos contra a discriminação racial. A luta nacional é, em última análise, uma luta de classes. Só os meios dirigentes reaccionários da raça branca oprimem os negros nos Estados Unidos. Em circunstância nenhuma eles poderão representar os operários, camponeses, intelectuais revolucionários e outros indivíduos esclarecidos que formam a esmagadora maioria da raça branca. Na hora presente é um punhado de imperialistas, com os Estados Unidos à cabeça e os reaccionários dos diferentes países a reboque, que submete à opressão, à agressão e a ameaças a maioria esmagadora das nações e dos povos do mundo. Eles são uma minoria enquanto que nós somos uma maioria. Eles representam, quando muito, menos de 10 por cento da população mundial que conta três biliões de homens. Eu estou profundamente convencido de que, fortalecidos pelo apoio dos povos, os quais constituem mais de 90 por cento da população do mundo, os negros norte-americanos triunfarão na sua justa luta. O execrável sistema colonialista e imperialista, cuja prosperidade se iniciou com a escravização e o tráfico dos negros, desaparecerá, sem dúvida, com a libertação total dos povos de raça negra.

DECLARAÇÃO CONTRA A AGRESSÃO E MASSACRE DO POVO DO SUL DO VIETNAME PERPETRADOS PELA CAMARILHA AMERICANO-DIEMISTA *

(29 de Agosto de 1963)

Nestes últimos tempos, a camarilha reaccionária de Ngo Dinh Diem intensificou a repressão sanguinária dos budistas, dos alunos das universidades e escolas secundárias, dos intelectuais e das imensas massas populares do Sul do Vietname. O povo chinês profundamente indignado com esse crime monstruoso da camarilha de Ngo Dinh Diem, denuncia-o energicamente. O presidente Ho Chi Minh fez uma declaração em que eleva um protesto enérgico contra a conduta criminosa da camarilha americano-diemista. Nós, povo chinês, sustentamos calorosamente a declaração do Presidente Ho Chi Minh.

O imperialismo norte-americano e o seu lacaio Ngo Dinh Diem adoptaram uma política que consiste em transformar o Sul do Vietname numa colónia norte-americana, em desencadear uma guerra contra-revolucionária e reforçar o regime ditatorial fascista. Isso forçou as diversas

* O presidente Mao Tsétung fez a presente declaração a 29 de Agosto de 1963, ao receber a delegação da Frente Nacional de Libertação do Sul do Vietname — Nota do editor.

camadas da população do Sul do Vietname a unir-se amplamente para lutar com firmeza contra a camarilha americano-diemista.

A camarilha americano-diemista, hostil ao povo do Sul do Vietname, constata presentemente que está cercada por todo esse mesmo povo. Por muito desumano que seja o género de armas empregado pelo imperialismo norte-americano, por muito cruéis que sejam os métodos de repressão utilizados pela camarilha diemista, o regime de Ngo Dinh Diem não poderá escapar ao total isolamento e desintegração e o imperialismo norte-americano terá que fugir do Sul do Vietname.

Ngo Dinh Diem é um cão fiel do imperialismo norte-americano. Ora, se esse cão deixa de desempenhar o seu papel e chega mesmo a embaraçar a aplicação da política de agressão do imperialismo norte-americano, este não hesitará em substituí-lo por outro cão. Houve um precedente, a sorte de Syngman Rhee no Sul da Coreia. O lacaio obsequioso que se deixar embeiçar, servilmente, pelo imperialismo norte-americano acabará imolado por ele e acompanhá-lo-á na sepultura.

O imperialismo norte-americano violou os Acordos da Primeira Conferência de Genebra impedindo a reunificação do Vietname, empreendendo abertamente uma agressão armada contra o Sul do Vietname, onde prossegue, desde há anos, uma guerra dita especial. Igualmente violou os Acordos da Segunda Conferência de Genebra ao intervir flagrantemente no Laos com o intento de reacender aí a guerra civil. Postos de parte os que abusam deliberadamente das pessoas ou os que são excessivamente ingénuos, ninguém acreditará que um pedaço de papel denominado tratado levará o imperialismo norte-americano a depor o facão de carniceiro para converter-se, no próprio terreno, num buda, ou para conduzir-se um pouco melhor.

Para a sua emancipação, os povos e as nações oprimidas não devem de maneira alguma remeter-se à «sensatez» do imperialismo e seus lacaios. Só redobrando a sua unidade e perseverando na luta os povos poderão triunfar. Foi o que fez o povo do Sul do Vietname.

O povo do Sul do Vietname alcançou importantes vitórias, quer políticas quer militares, na sua justa luta patriótica contra a camarilha americano-diemista. Nós, povo chinês, sustentamos resolutamente a justa luta do povo do Sul do Vietname.

Eu estou profundamente convencido de que através da luta, esse povo realizará o seu objectivo de libertar a parte Sul do Vietname, e contribuirá à reunificação pacífica da sua Pátria.

Eu desejo que a classe operária, os povos revolucionários e os progressistas do mundo inteiro se coloquem ao lado do povo do Sul do Vietname, respondam ao apelo do Presidente Ho Chi Minh, apoiem a justa luta do heróico povo do Sul do Vietname e se oponham à agressão e à opressão perpetrada pela camarilha contra-revolucionária americano-diemista, para evitar que o povo do Sul do Vietname seja massacrado e para permitir-lhe obter a libertação total.

DECLARAÇÃO EM APOIO À JUSTA LUTA PATRIÓTICA DO POVO PANAMENSE CONTRA O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO *

(12 de Janeiro de 1964)

A luta que actualmente o povo panamense trava com valentia contra a agressão norte-americana e para a salvaguarda da sua soberania nacional, é uma grande luta patriótica. O povo chinês mantém-se com firmeza ao lado do povo panamense e concede o seu apoio total à justa acção empreendida por esse povo para opor-se aos agressores norte-americanos e recobrar a soberania sobre a zona do canal do Panamá.

O imperialismo norte-americano é o mais feroz inimigo dos povos do mundo.

Não somente cometeu o grave crime de agressão contra o povo panamense e urdiu, com minúcia e obstinação, um plano para estrangular a Cuba socialista, mas ainda não parou de espoliar e oprimir os povos dos países da América Latina, e de reprimir as respectivas lutas revolucionárias, nacionais e democráticas.

* O presidente Mao Tsétung fez a presente declaração a 12 de Janeiro de 1964 diante dum correspondente do *Diário do Povo* — Nota do editor.

Na Ásia, o imperialismo norte-americano ocupou pela força o território chinês de Taiwan, transformou o Sul da Coreia e o Sul do Vietname em colónias e colocou sob seu contrôle o Japão, onde aplica um regime de ocupação semi-militar; sabotou a paz, a neutralidade e a independência do Laos, urdiu conspirações de subversão contra o governo real do Camboja e perpetrou intervenções e agressões contra outros países asiáticos. Além disso, recentemente, decidiu enviar uma esquadra para o Oceano Índico, ameaçando assim a segurança dos países do Sudeste Asiático.

Em África, o imperialismo norte-americano intensifica a sua política neo-colonialista, procurando activamente suplantar os antigos colonialistas, a fim de pilhar e subjugar os povos africanos, e torpedear e asfixiar o movimento de libertação nacional.

A política de agressão e guerra do imperialismo norte-americano também ameaça gravemente a União Soviética, a China e os outros países socialistas. E, o que é mais, o imperialismo norte-americano esforça-se por aplicar a sua política de «evolução pacífica» nos países socialistas com o intento de restaurar aí o capitalismo e desagregar o campo socialista.

O imperialismo norte-americano foi até ao ponto de praticar, com relação aos seus aliados na Europa ocidental, na América do Norte e Oceânia, uma política de «lei de selva», esforçando-se por reduzí-los à sua mercê.

O plano de agressão do imperialismo norte-americano que visa a hegemonia mundial não variou desde Truman a Johnson, passando por Eisenhower e Kennedy.

Os povos dos países do campo socialista devem unir-se, os povos dos diferentes países da Ásia, África e América Latina devem unir-se, os povos de todos os continentes devem unir-se, todos os países amantes da paz e todos os países vítimas da agressão, do contrôle, da intervenção e dos vexames dos Estados Unidos devem unir-se, a fim de formarem a mais larga frente única contra a política de agressão e guerra do imperialismo norte-americano, e para a salvaguarda da paz mundial.

O imperialismo norte-americano age por toda a parte como tirano, coloca-se numa posição de hostilidade aos povos do mundo inteiro e isola-se cada vez mais. As bombas «A» e «H» que o imperialismo norte-americano possui não serão capazes de intimidar os que se recusam a ser escravos. É impossível conter a torrente de cólera dos povos do mundo contra o agressor norte-americano. Seguramente, a luta dos povos do mundo contra o imperialismo norte-americano e seus lacaios conquistará vitórias ainda maiores.

DECLARAÇÃO EM APOIO À JUSTA LUTA PATRIÓTICA DO POVO JAPONÊS CONTRA O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO *

(27 de Janeiro de 1964)

A grande manifestação anti-U. S. A. do povo japonês, em 26 de Janeiro, é um grande movimento patriótico. Em nome do povo chinês, eu devo exprimir todo o nosso alto respeito pelo heróico povo japonês.

Recentemente, desencadeou-se através do Japão um movimento de massas de grande envergadura, contra a entrada e o estacionamento de aviões com cargas nucleares F-105D e submarinos nucleares norte-americanos, e para exigir o desmantelamento de todas as bases militares, a retirada das forças armadas norte-americanas, a restituição do território japonês de Okinawa, a abolição do «tratado de segurança» nipo-americano, etc, etc. Todos esses factos reflectem a vontade e as aspirações da totalidade do povo japonês. O povo chinês apoia de todo o seu coração a justa luta do povo japonês.

---

* O presidente Mao Tsétung fez a presente declaração a 27 de Janeiro de 1964 no decurso de entrevistas que teve com hóspedes japoneses — Nota do editor.

Desde a Segunda Guerra Mundial, o Japão não deixou de ser alvo de opressão imperialista norte-americana, quer no plano político quer no plano económico e militar. O imperialismo norte-americano, não somente oprime os operários, camponeses, estudantes, intelectuais, elementos da pequena burguesia urbana, círculos religiosos e patrões de empresas pequenas e médias do Japão, mas ainda põe sob seu contrôle uma parte importante do grande patronato, intervém na política estrangeira do país e coloca o Japão num Estado de dependência. O imperialismo norte-americano é o mais feroz inimigo da nação japonesa.

A nação japonesa é uma grande nação. Jamais ela permitirá que o imperialismo norte-americano a calque aos pés perpetuamente. Nestes últimos anos, vimos um alargar constante da frente única patriótica constituída pelas diferentes camadas do povo japonês, contra a agressão, a opressão e o contrôle do imperialismo norte-americano. Aí reside a garantia mais segura da vitória da sua luta patriótica anti-ianque. O povo chinês está profundamente convencido de que o povo japonês repelirá o imperialismo norte-americano do seu território e se realizarão todas as suas aspirações à independência, à democracia, à paz e à neutralidade.

Os povos chinês e japonês devem unir-se, os povos dos diversos países asiáticos devem unir-se, todos os povos e nações oprimidos do mundo devem unir-se, todos os países amantes da paz devem unir-se, todos os países e indivíduos vítimas da agressão, do contrôle, da intervenção e dos vexames do imperialismo norte-americano devem unir-se, a fim de formarem uma larga frente única contra este, frustrarem os seus planos de agressão e de guerra e defenderem a paz mundial.

Imperialismo norte-americano, fora do Japão! Fora do Pacífico Ocidental! Fora da Ásia! Fora da África e da América Latina! Fora da Europa e da Oceânia! Fora de todos os países e lugares do mundo, vítimas da vossa agressão, contrôle, intervenção e humilhações!

DECLARAÇÃO EM APOIO AO POVO CONGOLÊS (LÉOPOLDVILLE) CONTRA A AGRESSÃO NORTE-AMERICANA

(28 de Novembro de 1964)

A agressão armada do imperialismo norte-americano contra o povo do Congo-Léopoldville é um acontecimento muito grave.

Desde há muito que os Estados Unidos procuram controlar o Congo. Utilizando as forças da ONU, cometeram toda a espécie de vilanias nesse país. Assassinaram Lumumba, o herói nacional congolês, e derrubaram o governo legal do Congo. Impuseram ao povo congolês um fantoche, Tchombé, e expediram tropas mercenárias para o Congo a fim de reprimirem o movimento de libertação nacional. Hoje, conluiados com a Bélgica e Grã-Bretanha, estão perpetrando uma intervenção armada e directa nesse país. Agindo assim, o imperialismo norte-americano pretende não somente controlar o Congo mas também aprisionar de novo a África inteira, e em particular os Estados recém-independentes desse continente, na rede neocolonialista dos Estados Unidos. A agressão norte-americana esbarra com a resistência heróica do povo congolês e provocou a indignação dos povos da África e do mundo.

O imperialismo norte-americano é o inimigo comum de todos os povos do mundo. Agride o Sul do Vietnam, inter-

vém no Laos, ameaça o Camboja e clama a grandes gritos pela extensão da guerra na Indochina. Por todos os meios tenta estrangular a revolução cubana. Ele pretende fazer da Alemanha Ocidental e do Japão duas importantes bases nucleares norte-americanas. Associado à Grã-Bretanha, criou a «Malásia» a fim de ameaçar a Indonésia e os demais países do Sudeste Asiático. Ele ocupa o Sul da Coreia e a província chinesa de Taiwan. Controla toda a América Latina. Age por toda a parte como tirano. O imperialismo norte-americano estendeu as mãos para longe de mais. A cada nova invasão, ele amarra uma nova corda ao seu próprio pescoço. Já está completamente cercado pelos povos do mundo inteiro.

Congoleses, na justa luta que é a vossa, não estais isolados. O povo inteiro da China está convosco. Todos os povos que se opõem ao imperialismo estão convosco. Os imperialistas norte-americanos e os reaccionários de todos os países não são mais do que tigres de papel. Isso está provado pela luta do povo chinês. Isso está confirmado pela luta do povo Vietname e, sem dúvida alguma, há-de ser igualmente confirmado pela luta do povo congolês. Reforçando a unidade nacional, perseverando numa luta de longa duração, o povo congolês triunfará e o imperialismo norte-americano será vencido.

Povos do mundo inteiro, uni-vos para abater os agressores norte-americanos e os seus lacaios! Que os povos do mundo inteiro não escutem senão a sua própria coragem, ousem travar combate, desafiem as dificuldades, avancem por vagas sucessivas, e o mundo inteiro pertencer-lhes-á. Todos os monstros serão liquidados.

DECLARAÇÃO EM APOIO À RESISTÊNCIA DO POVO DOMINICANO CONTRA A AGRESSÃO ARMADA DOS ESTADOS UNIDOS

(12 de Maio de 1965)

Recentemente, verificou-se um golpe de Estado na República Dominicana que derrubou a ditadura de traição nacional de Reid Cabral. A Administração Johnson dos Estados Unidos enviou mais de 30 000 soldados para a repressão sangrenta naquele país. Isso constitui uma grave provocação do imperialismo norte-americano contra o povo dominicano, contra os povos da América Latina e contra os povos do mundo inteiro.

Neste momento, o patriótico povo dominicano está travando um heróico combate contra os agressores norte-americanos e os seus lacaios.

O povo chinês apoia firmemente o povo dominicano na sua luta armada patriótica contra o imperialismo norte-americano. Eu estou convencido de que, apoiado pelos povos de todo o mundo, o povo da República Dominicana conquistará, seguramente, a vitória final na sua luta patriótica contra o imperialismo norte-americano, desde que se apoie nas grandes massas populares, una todas as forças patrióticas e sustente uma luta prolongada.

O imperialismo norte-americano jamais deixou de submeter os países latino-americanos ao seu contrôle, ingerência, subversão e agressão. Desta vez, o Govêrno norte-americano abandonou tôdas as suas frases enganosas, como «política de boa vizinhança» e «princípio de não intervenção», para perpetrar uma intervenção e uma agressão aberta contra a República Dominicana. Tal facto revelou ainda mais claramente a verdadeira face dos «piratas» imperialistas norte-americanos.

Os Estados Unidos intervêm pelas armas na República Dominicana sob a bandeira da «defesa da liberdade». Que espécie de liberdade é essa? Essa é a liberdade de usar aviões, barcos de guerra e canhões para massacrar os povos dos outros países. É a liberdade para, a seu bel-prazer, ocupar os territórios dos demais países e calcar aos pés os respectivos direitos de soberania. É a liberdade, própria de piratas, para saquear e para matar. É a liberdade de colocar sob a sua bota os outros povos e os outros países. Assim se conduzem actualmente os imperialistas norte-americanos na República Dominicana, no Vietnam, no Congo-Léopoldville e em muitos outros lugares.

Igualmente, os Estados Unidos estão realizando a sua intervenção armada sob a bandeira do «combate ao comunismo». Por «combate ao comunismo», os imperialistas norte-americanos entendem o combate a todos os que não querem ser escravos dos Estados Unidos, combate àqueles que defendem a independência, a soberania e a dignidade nacional dos seus países, combate a todos os que recusam submeter-se à agressão, contrôle, ingerência e arbitrariedade do imperialismo norte-americano. Isso é o que Hitler, Mussolini e Tojo fizeram no passado. É isso que o imperialismo norte-americano está fazendo hoje, ainda em maior escala.

Aos olhos do imperialismo norte-americano, as Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos e etc., etc., são simples instrumentos nas suas mãos. Quando os necessitam, utilizam-nos e quando não precisam deles afastam-nos com um pontapé, podendo voltar porém a

recolhê-los de novo, se acontece serem úteis outra vez. Utilizá-los ou afastá-los, tudo depende do que lhes vai sendo mais conveniente nos seus objectivos de agressão.

A agressão contra a República Dominicana ensinou violentamente ao povo dominicano e a todos os outros povos da América-Latina que, para salvaguardarem a sua independência nacional, é imperioso travarem uma luta taco a taco contra o imperialismo norte-americano, agressor por natureza.

A intervenção militar norte-americana na República Dominicana levantou uma nova vaga anti-americana entre os povos da América Latina e do mundo. Heróico povo da República Dominicana, de maneira nenhuma estais isolados na vossa luta. Vós beneficiais do apoio de todos os outros povos da América Latina, do apoio de todos os povos da Ásia, do apoio de todos os povos de África, do apoio de todos os povos do campo socialista e, por certo, do apoio dos povos do mundo inteiro.

Os povos no seio do campo socialista devem unir-se, os povos dos países asiáticos, africanos e latino-americanos devem unir-se, os povos de todos os continentes devem unir-se, todos os países amantes da paz e todos os países submetidos à agressão, contrôle, ingerência e arbitrariedade norte-americana devem unir-se e formar a mais ampla frente única, a fim de combaterem a política imperialista norte-americana de agressão e guerra, e para a salvaguarda da paz mundial.

A luta dos povos do mundo contra o imperialismo norte-americano triunfará!

O imperialismo norte-americano, inimigo comum de todos os povos, será derrotado!

COMUNICADO CONJUNTO SINO - AMERICANO

(28 de Fevereiro de 1972)

A convite do primeiro ministro da República Popular da China, Chou En-lai, o presidente dos Estados Unidos da América, Richard Nixon, efectuou uma visita à República Popular da China de 21 a 28 de Fevereiro de 1972. O Presidente fazia-se acompanhar da Sr.ª Nixon, do secretário de Estado Americano William Rogers, do assistente do presidente, o Dr. Henry Kissinger e de outros funcionários americanos.

O presidente Nixon encontrou-se a 21 de Fevereiro com o presidente do Partido Comunista Chinês Mao Tsetung. Os dois dirigentes procederam a uma franca e séria troca de impressões sobre as relações sino-americanas e sobre os assuntos mundiais.

Durante a visita, o presidente Nixon e o primeiro ministro Chou En-lai tiveram discussões amplas, sérias e francas sobre a normalização das relações entre os EE.UU. da América e a República Popular da China, bem como sobre outros assuntos de interesse para ambas as partes. Por outro lado, o secretário de Estado William Rogers e o ministro dos Negócios Estrangeiros Ki Peng-fei realizaram encontros com o mesmo fim.

O presidente Nixon e a sua comitiva visitaram Pequim e viram estabelecimentos culturais, industriais e agrícolas, fizeram além disso uma visita a Hangtcheon e a Changai, onde todos contactaram com os dirigentes chineses e visitaram locais de interesse.

Os dirigentes da República Popular da China e dos Estados Unidos da América acham a ocasião que se lhes deparou propícia, após tantos anos sem contactos, para

darem a conhecer francamente os seus pontos de vista sobre várias questões. Efectuaram o ponto da situação internacional que sofreu importantes modificações e grandes mudanças, e expuseram a sua posição e a sua atitude perante ela.

A China declara o seguinte: Onde há opressão, há resistência. Os países querem a independência, as nações querem a libertação e os povos querem a revolução; esse é o curso irresistível da história. Todas as nações grandes ou pequenas devem tratar-se de igual para igual; as nações grandes não devem explorar as nações pequenas, as nações fortes não devem oprimir as nações fracas. A China nunca se tornará uma superpotência; e opõe-se à hegemonia e à política do mais forte, quem quer que seja. A China declara que apoia decididamente todos os povos e nações oprimidos na sua luta pela liberdade e pela libertação, que o povo de um país, qualquer que seja, tem o direito de optar, de acordo com a sua própria vontade, pelo sistema social da sua escolha, de defender a sua independência, a sua soberania e a sua integridade territorial e de combater a agressão, a intervenção, a apropriação e a subversão vindas do exterior. Todas as tropas estrangeiras devem voltar para os seus próprios países. A China dá o seu apoio incondicional à proposta de sete pontos do Governo revolucionário provisório da República do Vietname do Sul e aos esclarecimentos dados em Fevereiro de 1972 sobre as duas questões chave contidas nessa proposta, do mesmo modo que apoia a declaração comum da conferência Cimeira dos Povos indochineses. Ela sustenta livremente, o programa em oito pontos formulados em 12 de Abril de 1971 pelo Governo da República Popular e Democrática da Coreia para a unificação pacífica do país, e a sua tomada de posição para a abolição da «Comissão das Nações Unidas para a unificação e reconstrução da Coreia». Ela combate firmemente a ressurreição do militarismo Japonês e a sua expansão no estrangeiro e sustenta incondicionalmente o desejo do povo Japonês de edificar um Japão independente, democrático, pacífico e neutro. É da opinião que a Índia e o Paquistão devem retirar imediatamente, em conformidade com as resoluções da ONU sobre a questão indo-paquistanesa, a totalidade das suas tropas da fronteira e da linha de cessar-fogo de Jammu e na Cachemira e apoia incondicionalmente o governo e o povo paquistanês na sua luta para preservar a sua independência e a sua soberania, assim como apoia o povo Jammu e da Cachemira na sua luta pelo direito à autodeterminação.

A parte americana declara o seguinte: A paz na Ásia e a paz no mundo exigem esforços em favor da redução das tensões imediatas, assim como a eliminação das causas fundamentais de conflito. Os Estados Unidos trabalharão por uma paz justa e certa: justa porque ela responde à aspiração dos povos e nações para a liberdade e progresso; certa, porque ela afasta o perigo duma agressão estrangeira. Sustentam a liberdade individual e o progresso social para todos os povos do mundo, ao abrigo da pressão e da intervenção externas. Estão persuadidos que é proveitoso aos esforços para a redução das tensões melhorar a comunicação entre os Estados possuidores de ideologias diferentes de modo a diminuir os riscos de confrontação decorrente de um acidente, de um erro de cálculo ou de um mal entendido. Os países devem tratar-se com respeito mútuo e estar prontos a lançar-se numa competição pacífica, deixando os actos falar por si só. Nenhum país se deve considerar infalível, e cada país deve estar disposto a reexaminar, para o bem geral, a sua própria atitude. Os EE.UU. sublinham que é preciso permitir aos povos da Indochina decidirem do seu destino sem intervenção exterior; o objectivo primordial e constante dos EE.UU., é uma solução negociada; a proposta em 8 pontos formulada em 27 de Janeiro de 1972 pela República do Vietname e os Estados Unidos constitui uma fase para a realização deste objectivo; na ausência de um regulamento negociado, os Estados Unidos pensam retirar finalmente todas as forças americanas da região para que se proceda à autodeterminação de cada um dos países indochineses.

Os Estados Unidos manterão os seus laços estreitos bem como o seu apoio à República da Coreia; apoiarão os esforços da República da Coreia na busca de um desanuviamento da tensão e alargamento da comunicação na península coreana. Os Estados Unidos dão a maior importância às suas relações amigáveis com o Japão; continuarão a desenvolver os laços estreitos que existem actualmente. De acordo com a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas datada de 21 de Dezembro de 1971, os Estados Unidos são pelo prolongamento do cessar-fogo realizado entre a Índia e o Paquistão, assim como pela retirada de todas as forças militares para os seus próprios territórios e respectivamente dum e de outro lado da linha de cessar-fogo em Jammu e na Cachemira; apoiam o direito dos povos sul-asiáticos à construção do seu próprio futuro na paz e ao abrigo da ameaça militar, sem que a região se torne um objecto de rivalidade entre as grandes potências.

Existe entre a China e os Estados Unidos diferenças essenciais quanto aos seus sistemas sociais e às suas políticas externas. No entanto, ambas as partes estão de acordo que os Estados, quaisquer que sejam os seus sistemas sociais, devem regular as suas relações em conformidade com os seguintes princípios: respeito pela soberania e integridade territorial de todos os países, não-agressão contra os outros países, não-intervenção nos assuntos internos dos outros países, igualdade e vantagens recíprocas e coexistência pacífica. Os diferendos internacionais devem ser julgados por esta base, sem recorrer à força ou à ameaça da força. Os Estados Unidos e a República Popular da China estão dispostos a observar estes princípios nas suas relações mútuas.

Tendo em consideração os princípios que regem as relações internacionais, ambas as partes declaram o seguinte:

— A progressão para a normalização das relações entre a China e os Estados Unidos está de acordo com os interesses de todos os países;

— Ambas as partes desejam reduzir o perigo de um conflito militar internacional.

— Nenhuma das partes deve procurar a hegemonia na região Asiática e no Pacífico; ambas as partes se opõem aos reforços feitos por um outro Estado qualquer ou por um grupo de Estados para assegurar uma tal hegemonia; e

— Nenhuma das partes está disposta a negociar em nome duma terceira parte, qualquer que ela seja, nem a chegar a um acordo ou a um entendimento com outra parte, contra outros Estados.

Ambas as partes pensam que seria ir de encontro aos interesses dos povos do mundo, uma grande potência qualquer aliar-se a outra para fazer frente a outros países, ou as grandes potências partilharem o mundo em esferas de influência.

Ambas as partes passaram em revista os graves diferendos, existentes desde há muito tempo, entre a China e os Estados Unidos. A parte Chinesa reafirma a sua posição: a questão da Formosa é o problema chave que dificulta a normalização das relações sino-americanas; o Governo da República Popular da China é o único governo legal da China; a Formosa é uma Província Chinesa que foi restituída à pátria há muito tempo; a libertação da Formosa depende dos assuntos internos Chineses, nos quais nenhum outro país tem o direito de intervir; e todas as forças e instalações militares americanas devem ser retiradas da Formosa. O governo Chinês opõe-se firmemente a qualquer actividade que vise criar «uma China e uma Formosa», «uma China com dois governos», «duas Chinas» ou «uma Formosa independente», a qualquer actividade que preconize «que o estatuto da Formosa está por determinar».

A parte americana declara o seguinte: os Estados Unidos chegaram à conclusão que os Chineses de ambos os lados do estreito da Formosa, sustentam todos, que não há senão uma China e que a Formosa faz parte da China. O governo americano não tem comentários a fazer sobre esta posição. Reafirma o interesse que tem na resolução

pacífica da questão da Formosa pelos próprios Chineses. Tendo em vista esta perspectiva, afirma o objectivo final de retirar todas as forças e instalações militares americanas da Formosa. Reduzirá progressivamente as suas forças e as suas instalações militares na Formosa à medida que a diminuição da tensão na região se verifique.

Ambas as partes estão de acordo e estimam que é desejável alargar o conhecimento mútuo entre os dois povos. Para este fim, trataram dos sectores específicos dos domínios como a ciência, a tecnologia, a cultura, o desporto e o jornalismo, no quadro dos quais os contactos e intercâmbios entre os povos serão mutuamente vantajosos. Cada uma das partes compromete-se a facilitar o desenvolvimento ulterior de tais contactos e intercâmbios.

Ambas as partes consideram o comércio bilateral como um outro sector susceptível de lhes trazer vantagens recíprocas e exprimem o desejo unânime de que as relações económicas baseadas sobre a igualdade e as vantagens recíprocas sejam no interesse dos dois povos. São convidadas a facilitar o desenvolvimento progressivo das trocas comerciais entre os dois países.

Ambas as partes concordam em manter o contacto pelos diversos canais, estando neles incluído o que consiste em enviar de tempos a tempos a Pequim um representante superior americano afim de efectuar consultas concretas para a promoção da normalização das relações entre os dois países e levar a cabo a troca de pontos de vista sobre os problemas de interesse comum.

Ambas as partes esperam que os resultados obtidos durante esta visita abram novas perspectivas às relações dos dois países. Estão convencidas que a normalização das relações entre os dois países corresponde não somente aos interesses dos povos chinês e americano, mas também ao desenrolar da situação na Ásia e no mundo.

O presidente e a Sr.ª Nixon, assim como o grupo americano, expressaram o seu agradecimento pela gentil hospitalidade que lhe foi concedida pelo governo e pelo povo da República Popular da China.

DISCURSO DE TCHIAO CUAN-HUA CHEFE DA DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, NA 27.ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

(3 de Outubro de 1972)

Senhor presidente:

Desde o encerramento da 26.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, registaram-se algumas importantes mudanças na situação mundial. Os povos da Ásia, África e América Latina alcançaram uma série de novas vitórias nas suas lutas pela conquista e salvaguarda da independência nacional. Os países do terceiro mundo associaram-se em mais ampla escala para combater a política de agressão, de expansão e de guerra das superpotências, desempenhando um papel cada vez maior nos negócios internacionais. Ao mesmo tempo, verificaram-se alguns importantes acontecimentos nas relações internacionais. No Oriente, após mais de vinte anos de interrupção das relações diplomáticas entre a China e os Estados Unidos, os dirigentes dos dois países entabularam conversações, esclareceram as divergências de princípio entre ambas as partes e assentaram em que os Estados, sejam quais forem os seus sistemas sociais, devem reger as suas relações em conformidade com os seguintes princípios: respeito da soberania e da integridade territorial, não-agressão contra outros países, não-intervenção nos assuntos internos dos outros países, igualdade e vantagens recíprocas, assim como coexistência pacífica; e, segundo esses princípios se devem resolver os diferendos internacionais, sem recurso à força nem à ameaça de força. Recentemente, o primeiro ministro japonês Tanaka visitou a China e ambas as partes chegaram a um importante acordo sobre a normalização das relações diplomáticas

entre a China e o Japão, realizando as aspirações de há muito acariciadas pelos dois povos e abrindo uma nova página nas relações entre os dois países. No Ocidente, realizaram-se conversações a alto nível entre a União Soviética e os Estados Unidos e foram assinados acordos bilaterais de cooperação técnico-científica, cultural, educativa, higiénica, etc. A Comunidade Económica Europeia continua a desenvolver-se e a alargar-se. No Médio Oriente, os países árabes têm conquistado progressos de profunda repercussão e de longo alcance, na luta que travam para se libertarem do controle das superpotências. A luta dos povos dos diversos países e as mudanças verificadas nas relações internacionais favorecem, em diferentes graus, a atenuação da tensão internacional.

Mas não se pode deixar de notar que, no fundo, não houve qualquer mudança na situação em que as superpotências se empenham, por todos os meios, no expansionismo e na luta pela hegemonia mundial. A contradição e a luta, complexas e de grande acuidade, que opõem o imperialismo às nações e povos oprimidos também não abrandaram.

Actualmente, a guerra de agressão norte-americana contra a Indochina segue o seu curso. As perturbações no subcontinente da Ásia do Sul ainda não acalmaram, devido à ingerência da União Soviética. O Médio Oriente continua numa situação estacionária de «nem guerra nem paz». A Europa, devido à confrontação de dois blocos militares, não goza nem pode gozar de verdadeira segurança. O colonialismo, sob as suas diversas formas, continua a existir em muitas partes do mundo. Um grande número de países, médios e pequenos, ainda estão sujeitos à violação da sua soberania e independência e à pilhagem das suas riquezas nacionais. Embora a Segunda Guerra Mundial já tenha terminado há 27 anos, em muitos países ainda se encontram estabelecidas bases militares estrangeiras de todos os tipos assim como numerosas tropas estrangeiras. No domínio do armamento, a competição entre as duas superpotências cada vez se torna mais

intensa, ameaçando assim gravemente a independência e a segurança de todos os povos do mundo. A crise monetária e financeira impõe-se a todo o mundo ocidental, exacerbando as suas diversas contradições. Nestas circunstâncias, como poderia o nosso globo evitar de cair no caos? O mundo de hoje atravessa ainda um processo de grande comoção, profunda divisão e vasto reajustamento. A luta entre a agressão e a contra-agressão, a ingerência e a contra-ingerência, a subversão e a contra-subversão, o controle e o anticontrole prosseguirá durante longos anos e continuamente.

A delegação chinesa considera que os povos do mundo não devem de modo algum deixar-se confundir por certos fenómenos de acalmia temporária e superficial que se manifestam actualmente e cair numa ilusão de segurança. Ao mesmo tempo que lutamos pela paz mundial e pelo progresso da humanidade, devemos manter-nos muito vigilantes quanto ao perigo de uma nova guerra de agressão desencadeada por todo e qualquer imperialismo e tomar as medidas necessárias para fazer face a essa eventualidade.

Senhor presidente:

Acabar o mais depressa possível com a guerra na Indochina é o problema que deve ser resolvido com mais urgência, para diminuir a tensão existente no Extremo Oriente. Actualmente, os povos de todo o mundo, incluindo o povo americano, condenam energicamente o governo americano pelos bombardeamentos selvagens e bloqueio por minas que efectuou contra a República Democrática do Vietname e exigem firmemente que cesse imediatamente todos os seus actos de agressão contra o Vietname e outros países da Indochina e retire a totalidade das suas forças armadas e as dos seus satélites, para permitir aos três povos indochineses que resolvam os seus problemas em perfeita independência e sem ingerência estran-

geira. A proposta em sete pontos formulados pelo Governo Revolucionário Provisório da República do Sul do Vietname e os esclarecimentos sobre os dois problemas chave mencionados nessa proposta, bem como a declaração comum da Conferência de Alto Nível dos Povos Indochineses indicam a via justa e razoável para a solução pacífica dos problemas vietnamita e indochinês. No dia 11 de Setembro passado, o Governo Revolucionário Provisório da República do Sul do Vietname publicou uma declaração exigindo aos Estados Unidos que acabem com a política de «vietnamização» da guerra e deixem de apoiar o regime fantoche de Saigão; essa declaração assinala que, para solucionar o problema do Sul do Vietname, há que partir da realidade da existência de dois regimes, dois exércitos e de diversas forças políticas no Sul do Vietname e estabelecer um governo provisório de harmonia nacional constituído de três componentes iguais, que deve assumir os encargos do Estado durante o período de transição. Esta proposta é justa e razoável; ela mostra que a parte vietnamita não tem a intenção de impor um regime comunista ao Sul do Vietname. Rejeitá-la consiste precisamente em tentar impor, continuamente, o regime fantoche de Nguyen Van Thieu ao povo sul-vietnamita. O governo chinês apoia inteiramente a justa posição tomada pelos povos do Vietname e dos outros países da Indochina.

Os três países indochineses são vizinhos próximos da China; e os seus povos, irmãos do povo chinês. É nosso dever apoiá-los na sua justa luta contra a agressão estrangeira, e jamais interviremos nos seus assuntos internos. Em nome do governo chinês, quero mais uma vez declarar solenemente: Enquanto a guerra continuar na Indochina, sob que forma for, o governo e o povo chineses não hesitarão em aceitar os maiores sacrifícios nacionais para apoiar resolutamente os três povos indochineses a fim de que prossigam o seu combate até ao fim.

É necessário sublinhar aqui: O Governo Real de União Nacional do Camboja, sob a direcção de Samdech Norodom Sihanouk, chefe do Estado do Camboja, é o único representante legal do povo khmer, e tem sob o seu controle efectivo cerca de 90% do território cambojano. O regime de Lon Nol, imposto ao povo khmer por forças exteriores, é ilegal desde a sua origem, e os representantes da camarilha de Lon Nol não têm o direito de usurpar o posto do Camboja nas Nações Unidas. Os países que, no mundo, reconhecem esta realidade e esta verdade são em número cada vez maior. A delegação chinesa considera que a ONU deve rectificar o actual estado de coisas, que além de ilógico é ilícito, e restaurar os legítimos direitos do Governo Real de União Nacional do Camboja.

A 4 de Julho deste ano, graças à iniciativa e sob o impulso da República Popular Democrática da Coreia, o Norte e o Sul da Coreia chegaram a um acordo sobre os princípios e as medidas a pôr em prática para a reunificação independente e pacífica da Coreia; assim, mais de 40 milhões de coreanos, divididos durante 27 longos anos fortaleceram a sua confiança na realização da reunificação independente e pacífica da sua Pátria. O governo e o povo chineses aclamam calorosamente este acordo. Já passaram dezanove anos desde a assinatura do armistício na Coreia. Os Voluntários do Povo Chinês retiraram-se da Coreia já em 1958. No entanto, na Coreia do Sul ainda hoje funcionam uma chamada «Comissão das Nações Unidas para a Unificação e Restauração da Coreia» e um chamado «Quartel General das Tropas da ONU». Isto é um anacronismo. Essas duas coisas representam uma ameaça para o Norte da Coreia. É um factor latente que contribui para manter a tensão na península coreana. Agora, o Norte e o Sul da Coreia concordaram em realizar gradualmente a reunificação da Coreia de modo independente e por meios pacíficos, fora da dependência e intervenção da força exterior. Por que razão é que as Nações Unidas conservam esses dois obstáculos em face do povo coreano? A Assembleia Geral da ONU deve discutir o projecto de resolução sobre a «criação das condições favoráveis para acelerar a reunificação independente e paci-

fica da Coreia», e adoptar uma resolução adequada tendo em vista a eliminação destes dois obstáculos. Mas, é de lamentar que a discussão deste projecto de resolução justo e razoável tenha sido adiado para o próximo ano. Eludir um problema não contribui à sua resolução. Alegou-se que se a discussão deste problema foi adiada para o próximo ano é porque o Norte e o Sul da Coreia se puseram em contacto. Este argumento é insustentável. Acaso os seus contactos não se prosseguirão no próximo ano? Trata-se, evidentemente, de um pretexto; esta maneira de agir não só é contra os interesses do povo coreano, mas também não favorece a diminuição da tensão da península coreana. Esperamos que os países interessados reconsiderem a sua posição.

Senhor presidente:

Gostaria agora de abordar o problema do subcontinente indo-paquistanês. Todos se lembram que em Dezembro passado, a 26.ª Sessão da Assembleia Geral adoptou nesta mesma sala, por maioria esmagadora de 104 votos, a resolução que pedia à Índia e ao Paquistão que cessassem o fogo e retirassem as suas tropas. Mais tarde, o Conselho de Segurança, por seu lado, adoptou por 13 votos a favor e 2 abstenções a resolução que pedia às duas partes em causa que cessassem o fogo, que retirassem as suas tropas e que libertassem os prisioneiros de guerra. Ora, enquanto que as pertinentes resoluções das Nações Unidas ainda não tinham sido postas em prática, o governo soviético e os que o seguem ao passo levantaram no passado mês de Agosto, no Conselho de Segurança, o problema da admissão do «Bangla-Desh» nas Nações Unidas; foram mais longe, desprezando a proposta razoável de vários países que exigia o adiamento do seu estudo, obstinaram-se a exigir a sua votação, obrigando assim a China a recorrer ao seu direito de veto. O facto de a China preconizar o adiamento do exame desse problema não significa que ele se oponha fundamentalmente à entrada do «Bangla-Desh» na ONU. A China alimenta sentimentos de amizade em relação ao povo do Bengala Oriental, e aliás não tem preconceitos contra o senhor Mujibur Rahman. Ao defendermos o adiamento do exame desta questão temos por fim promover a reconciliação das partes interessadas e a execução das resoluções das Nações Unidas. Este é o problema mais urgente, no momento actual. Ora, se o governo soviético revela tanta impaciência em pedir a admissão do «Bangla-Desh» na ONU, não é de modo algum para ajudar o «Bangla-Desh», mas sim para forçar a China a usar do seu direito de veto, manter e agravar a tensão existente entre os países do subcontinente e, assim, lavar-se dos actos odiosos que cometeu no ano passado ao ajudar o governo indiano a desmembrar o Paquistão. Porém, ele não consegue atingir os seus fins. Se se trata de autodeterminação nacional, o povo do Bengala Oriental deveria ter resolvido esse problema pelos seus próprios meios; e, por que é que as tropas indianas invadiram o Paquistão Oriental? Por que é que foram levados para a Índia mais de 90 000 paquistaneses, como prisioneiros de guerra e civis?

Uma vez que a admissão do «Bangla-Desh» foi rejeitada, alguns houve que viraram as costas ao Conselho de Segurança para submeter novamente essa questão à Assembleia Geral. É evidente que, ao agirem assim, prosseguem fins inconfessáveis. Isto não contribui de modo algum para promover a reconciliação entre as partes em causa no subcontinente e não pode honrar o país que urdiu esta intriga. A China mantém-se firme nos seus princípios. A China considera que aplicar ou não as decisões razoáveis da ONU, apoiadas por uma grande maioria dos seus membros, é um problema de princípio que afecta a orientação de base das Nações Unidas. E, em questões de princípio, a China jamais cederá.

A situação de «nem guerra nem paz» que prevalece actualmente no Médio Oriente foi criada exclusivamente pelas duas superpotências nos seus respectivos interesses.

Utilizando a conjuntura, transformaram o território e a soberania dos países árabes assim como o direito à vida do povo palestiniano em meio de pressão para as suas transações políticas. Os Estados Unidos apoiaram abertamente a agressão do sionismo de Israel. A outra superpotência, por seu lado, clamou o seu «apoio» à luta dos países árabes contra a agressão. Há qualquer apoio do seu lado? Ela vendeu-lhes, é certo, muitas armas. Mas, é estranho que lhes venda armas e não lhes permita utilizá-las O que é isso senão obrigar a comprar um monte de ferro velho? Mas, há mais. Ela foi ao ponto de exigir privilégios e bases, e tentou até derrubar os seus governos pela subversão. Que tipo de amigo é esse? É um amigo muito mais perigoso do que um inimigo declarado.

No entanto, a recente evolução da situação mostra que o valoroso povo árabe não poderá, por muito mais tempo, deixar os outros agir como senhores absolutos e ditar-lhe leis. Ele tomou atitudes corajosas para se libertar do controle duma superpotência; isso é digno de admiração. Devemos desconfiar das mentiras mirabolantes espalhadas, deliberadamente, por uma das superpotências ao sustentar que não se deve resistir à agressão armada de Israel, e que toda e qualquer resposta à agressão poderia provocar imediatamente uma guerra mundial. Isso é uma tentativa de intimidação. A história de mais de vinte anos, decorridos desde a Segunda Guerra Mundial, já o provou repetidas vezes. Nós estamos persuadidos de que, se fortalecerem a união e perseverarem na luta, os países árabes vítimas da agressão serão perfeitamente capazes de recuperar os seus territórios sagrados, e o povo palestiniano humilhado será totalmente capaz de recuperar os seus direitos nacionais.

O governo chinês sempre se opôs à utilização do assassínio e do sequestro como meios de luta política, assim como aos actos de terrorismo praticados por indivíduos ou por pequenos grupos de pessoas desligadas das massas, pois isso só prejudica a luta de libertação nacional e o desenvolvimento da causa revolucionária do povo. No entanto, nós condenamos firmemente Israel que, recentemente, servindo-se como pretexto do «Incidente de Munique» acaba de submeter o Líbano, a Síria e outros países árabes a uma agressão e a um massacre bárbaros. O povo chinês estará sempre ao lado dos povos dos países árabes e do povo palestiniano na sua justa luta contra a agressão.

A situação no Mediterrâneo está estreitamente ligada à do Médio Oriente e da Europa. Na sua rivalidade de supremacia, as duas superpotências enviaram um grande número de barcos de guerra e implantaram numerosas bases militares no Mediterrâneo, ameaçando assim a segurança dos países por ele banhados. Actualmente cada vez mais países do Mediterrâneo proclamam: «O Mediterrâneo aos países do Mediterrâneo» e exigem que as frotas estrangeiras daí se retirem. O que é perfeitamente justo e goza do apoio resoluto do governo e do povo chineses.

É perfeitamente compreensível que os povos europeus, que suportaram as duas guerras mundiais, se preocupem todos com a paz e a segurança da Europa. Já passaram 27 anos desde o fim da Segunda Guerra Mundial; no entanto efectivos consideráveis de tropas estrangeiras ainda hoje estacionam nos territórios de vários países europeus, que permanecem sob o controle militar de uma ou outra das superpotências. Tirando partido da confrontação dos dois blocos militares, cada uma das superpotências se esforça por conservar o controle dos seus aliados e sabotar o adversário. Nestas circunstâncias, como é que pode haver verdadeira paz e segurança para os povos europeus? O que é de notar, é que hoje há os que, levados por intenções inconfessáveis, utilizam o anseio de paz dos povos europeus e, recorrendo a tácticas diversas, tentam encobrir a ameaça real que pesa sobre a paz e a segurança da Europa e criar o mito do afrouxamento da tensão na Europa e de «tudo está calmo na frente ocidental» O facto de uma superpotência ter tomado a liberdade de atacar de surpresa e ocupar com numerosas tropas um país seu aliado, quando o entendeu necessário, prova que essa «aliança militar» não constitui de modo algum uma garan-

tia de paz. Não pode haver qualquer segurança para um país que se encontra sob ocupação estrangeira.

Para assegurar efectivamente a paz e a segurança europeia é necessário, na nossa opinião, combater resolutamente a agressão, a intervenção, a subversão e o controle pelas superpotências, dissolver os blocos militares, retirar as tropas estrangeiras, e realizar a coexistência pacífica entre os Estados europeus, com base no respeito da independência e da soberania, da não-agressão mútua, da não-ingerência mútua nos negócios internos assim como na igualdade e vantagens recíprocas. Sem isso, a chamada conferência de segurança europeia não é mais do que um sinónimo de divisão em esferas de influência, realizada pelas duas superpotências por intermédio dos blocos militares. Tal conferência mais vale chamá-la «conferência da insegurança europeia» do que «conferência da segurança europeia». São cada vez mais numerosos os países que exigem a igualdade de todos os países da Europa e a participação destes, cada um com plenos direitos, na conferência da segurança da Europa assim como aos seus trabalhos preparatórios; eles opõem-se a que esta conferência se passe de bloco a bloco e opõem-se ainda mais a que as duas grandes potências, agindo sem os consultarem, tomem tudo em mãos e disponham do destino dos povos europeus. Esta atitude traduz as profundas aspirações dos povos desta parte do mundo. O governo e o povo chineses apoiam firmemente todos os esforços dos povos europeus contra a política de força e o hegemonismo das superpotências.

Na África, sobretudo na África austral, os movimentos de massa contra o domínio colonial dos brancos, a discriminação racial e o *apartheid,* e pela libertação nacional atingiram um novo e impetuoso estado de desenvolvimento, o que revela uma nova elevação da consciência política dos povos africanos. Os povos da África austral e das outras regiões que ainda não acederam à independência apercebem-se, cada vez mais claramente, de que só contando fundamentalmente com as suas próprias forças,

mobilizando sem reserva e organizando as massas populares para uma luta heróica e inflexível é que conseguirão derrubar o domínio colonial branco e conquistar a libertação nacional. A ajuda estrangeira é necessária; mas um número cada vez maior de exemplos demonstram que é impossível liquidar a dominação colonial apoiando-se nos outros. O governo e o povo chineses apoiam resolutamente os povos heróicos de Moçambique, Angola, da Guiné (Bissau), da Azania, do Zimbabwe, da Namíbia e do Sahara Espanhol. A luta que travam é justa. Se perseverarem, desprezando as dificuldades e sem recuar perante qualquer sacrifício, avançando por vagas sucessivas, alcançarão a vitória final apoiados pela simpatia e solidariedade dos povos da África e de todo o mundo.

A China, país em vias de desenvolvimento, consciente dos ensinamentos da sua própria experiência, manifesta toda a sua simpatia aos países da Ásia, África e América Latina, que estão animados de um ardente desejo de preservar a sua independência nacional, de proteger as suas riquezas e desenvolver a sua economia nacional. Apoiamos firmemente os países latino-americanos na luta de defesa dos seus direitos marítimos sobre 200 milhas marinhas. Apoiamos firmemente os países exportadores de petróleo e outras matérias-primas da Ásia, África e América Latina que lutam contra a pilhagem estrangeira. Apoiamos firmemente os países em via de desenvolvimento na sua luta contra os imperialistas que fazem recair sobre os outros países o peso da sua crise económica. Apoiamos firmemente os países médios e pequenos na sua luta contra a espoliação das suas riquezas de pesca pelas grandes potências.

Os países em vias de desenvolvimento devem, em nossa opinião, apoiar-se em primeiro lugar sobre as suas próprias forças para transformar o estado de atraso das suas economias; devem contar principalmente com as suas próprias forças e atribuir à ajuda exterior um papel secundário. Os povos de todo o mundo apoiam-se mutuamente nas suas justas lutas. Assim, os países libertados

têm o dever de prestar auxílio e apoio aos países que ainda sofrem opressão e agressão. No entanto, alguns servem-se actualmente dessa ajuda como meio de controle de outros países e para alargar as suas esferas de influência. Quando prestam alguma ajuda a outros países, tomam orgulhosamente atitudes de benfeitores e exigem toda a espécie de privilégios; enviam para os países beneficiários peritos e conselheiros que fazem mandos e desmandos, dão ordens com as mãos e com os pés e comportam-se como tiranos. Não se pode descobrir onde está a ajuda!

Nós consideramos que toda a assistência sincera, inclusive a assistência multilateral fornecida por intermédio das Nações Unidas, deve ter por objectivo ajudar os países que a recebem e não explorá-los; o empréstimo deve ser sem juros, ou pelo menos a uma taxa de juro muito baixa. Os países credores devem consentir a prolongação do prazo, e nunca obrigar os países devedores a reembolsar as suas dívidas. Ao fazer um empréstimo ou qualquer outra forma de assistência, deve-se respeitar estritamente a soberania dos Estados beneficiários, e não acompanhar essa ajuda de qualquer condição nem reclamar qualquer privilégio; deve-se ter por fim ajudar os países beneficiários a desenvolver uma economia nacional independente apoiados nos seus próprios esforços; em caso algum, em nome da «ajuda económica» ou da «divisão internacional do trabalho» se deve procurar reduzi-los a uma situação de dependência e de subordinação e ainda menos se deve permitir submetê-lo a controle em nome da «assistência». Outrora, a China também recebeu ajuda exterior, e daí tirou a sua experiência. É por isso que, agora, quando concedemos a ajuda a outros países, nos esforçamos resolutamente por agir em conformidade com os princípios acima mencionados. Sem dúvida, os nossos meios ainda são limitados e a ajuda que podemos fornecer aos outros ainda é pouco importante. Mas sustentamos que esses princípios devem ser preconizados e universalmente observados.

Senhor presidente:

Tratarei agora dos problemas relativos ao desarmamento. Recentemente, a União Soviética e os Estados Unidos, em conclusão das suas conversações de alto nível, chegaram a alguns acordos sobre a limitação dos armamentos estratégicos. Se esses acordos fossem considerados simplesmente como negócios bilaterais entre esses dois países, não seria necessário comentá-los. Mas se eles são celebrados e qualificados de imenso êxito dos esforços para a redução do perigo de guerra nuclear, nós não poderemos partilhar essa opinião. Esses acordos só impõem uma restrição quantitativa a um certo tipo de armas nucleares da União Soviética e dos Estados Unidos, não os submetendo a qualquer limite qualitativo e sem querer falar de destruição das armas nucleares. Longe de serem uma medida a favor do desarmamento nuclear, esses acordos são o princípio de uma nova era da competição no domínio das armas nucleares entre a União Soviética e os Estados Unidos. Ainda a tinta dos acordos não tinha secado e já um se tinha precipitado a realizar experiências de armas nucleares de tipo novo, e o outro se declarava decidido a aumentar imediatamente e em grande escala as suas despesas militares. Como pode isso ser qualificado de diminuição de ameaça de guerra nuclear? Em nossa opinião não se deve ter qualquer ilusão quimérica sobre esses acordos. Em 1921, as principais potências navais da época também prescreveram um limite de tonelagem dos navios de guerra de que podiam dispor respectivamente, limite que aliás confirmaram em 1930. O que é que se passou em seguida? Ninguém o ignora. Mas nem por isso a evocação desse episódio perde o seu sentido no mundo de hoje.

Além disso, no documento sobre «os princípios fundamentais que regem as suas relações», a União Soviética e os Estados Unidos declararam assumir uma responsabilidade particular quanto à prevenção dos conflitos susceptíveis de agravar a tensão internacional, e aceitaram

reconhecer reciprocamente os interesses das suas seguranças respectivas, baseando-se no princípio da igualdade. Que responsabilidade particular? Quais interesses de segurança baseados na igualdade? Não é a cooperação soviético-americana para dominar o mundo, segundo a «teoria» de Khrushchev? Bem entendido, isso é o que eles disseram, mas não é assim tão fácil de o transformar em realidade.

Todos sabem que a guerra é a continuação da política. A invenção e o desenvolvimento das armas nucleares não modificaram nem podem modificar esta verdade. Depois da Segunda Guerra Mundial não houve uma outra guerra mundial, mas as guerras locais nunca cessaram. E por que razão? Porque o imperialismo dispõe da força das armas para se entregar à agressão e à expansão. Onde há opressão há resistência; onde há agressão há luta contra a agressão. Isso é inevitável enquanto o imperialismo subsistir. Ora o governo soviético proclama que agora, na época nuclear, só existe uma via, a coexistência pacífica entre Estados, o que implica em primeiro lugar a renúncia ao uso da força nas relações internacionais. O não-recurso à força de que fala, é a proibição de utilizar armas tanto convencionais como nucleares. Foi mais longe, declarou em termos ameaçadores que, actualmente, a força de destruição mesmo da guerra de armas convencionais aumentou de tal modo que uma ampla utilização dessas armas poderia aniquilar nações inteiras. Por consequência, segundo ele, basta adoptar uma resolução sobre o não-recurso à força nas relações internacionais e a interdição permanente de utilização de armas nucleares para que o mundo viva em perfeita tranquilidade. É puro engano. No fundo, o governo soviético também não acredita nessa «teoria». No Médio Oriente ele deu armas aos países árabes, mas proibiu-lhes que as utilizassem, o que parece estar mais ou menos de acordo com essa «teoria». Ora, no ano passado, durante a guerra indo-paquistanesa apoiou do modo mais flagrante o governo indiano na sua agressão armada contra o Paquistão — que não-recurso à força é esse?

Condena-se a guerra, meio bárbaro de resolver as divergências da humanidade. No entanto, nós sabemos perfeitamente que a guerra será inevitável enquanto a sociedade estiver dividida em classes e subsistir a exploração do homem pelo homem. Há duas categorias de guerras: guerras justas e guerras injustas. Nós apoiamos as guerras justas e opomo-nos às guerras injustas. Um socialista que quer continuar a sê-lo não deve opor-se a todas as guerras. Longe de ser incondicional, a não-utilização da força nas relações internacionais deve ser submetida às seguintes condições: realizar a coexistência pacífica pelo respeito mútuo da soberania e da integridade territorial, não-agressão mútua, não-ingerência mútua nos negócios internos, igualdade e vantagens recíprocas. Para fazê-lo é necessário combater a política de agressão e de expansão praticada por todo e qualquer imperialismo. No mesmo momento em que o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo de toda a espécie, continuando a recorrer à força, escravizam, agridem, controlam e ameaçam a maioria dos países, é uma traição aos povos do mundo proclamar sem discriminação o não-recurso à força nas relações internacionais de maneira incondicional e absoluta. Se se tem um pequeno traço de socialista, porque não apresentar algo de bom, por exemplo, a oposição à agressão nas relações internacionais, e especialmente à agressão apoiada por armas nucleares? Por que motivo, pois, apresentou coisa tão medíocre, como a renúncia ao emprego da força armada nas relações internacionais e a proibição permanente do emprego de armas nucleares? Não revelou assim as suas verdadeiras intenções?

É bonito falar de interdição permanente da utilização das armas nucleares, como se isso não diferisse em nada da posição da China; mas, na realidade, ela nada tem de comum com esta. Nós dissemos que como primeiro passo para a completa interdição e para a destruição total das armas nucleares era necessário, em primeiro lugar,

abster-se de utilizar as armas nucleares; e declaramos publicamente que em momento algum e em nenhuma circunstância a China seria a primeira a utilizar armas nucleares. Isto demonstra perfeitamente que a China desenvolve o seu potencial nuclear para fins defensivos, para quebrar o monopólio nuclear e, desse modo, eliminar enfim as armas nucleares. Se a União Soviética, por seu lado, pretende prosseguir o mesmo objectivo, o de defesa, por que é que os seus representantes não ousam subir a esta tribuna e fazer uma declaração semelhante? Ela fala de interdição permanente do uso das armas nucleares, quando na realidade, está sempre brandindo armas nucleares, se opõe raivosamente à posse e ao desenvolvimento das armas nucleares pelos países que as não têm ou que têm poucas, se esforça por aperfeiçoar e desenvolver as suas próprias armas nucleares e a instala à porta de outros países. Agindo assim, como pode fazer com que os outros acreditem nas suas palavras altissonantes sobre a chamada interdição permanente da utilização das armas nucleares? Ela alegou que a renúncia ao uso da força e a proibição de emprego de armas nucleares só se tornariam efectivo quando ligados um ao outro. O que na realidade, consiste em exigir dos povos do mundo que renunciem à luta armada contra a agressão; caso contrário utilizar-se-á contra eles as armas nucleares. Não é uma dedução demasiado lógica? Proferir palavras sonoras de nada serve. A essência da proposta soviética, por muito que seja embrulhada em linguagem diplomática, consiste em pedir às nações e povos oprimidos que se submetam docilmente à ameaça nuclear de uma ou duas superpotências. Mas o governo soviético subestimou demasiado o nível de consciência dos povos do mundo.

Para eliminar realmente a ameaça nuclear é necessário proibir completamente e destruir totalmente as armas nucleares. Ora, o governo soviético não ousou tomar o compromisso de não ser o primeiro a utilizar as armas nucleares nem sequer evocou a questão da interdição completa e da destruição total das armas nucleares; ele só

proclama a paragem de todas as experiências nucleares. E por que razão, no fundo? Todos sabem que a União Soviética já realizou centenas de ensaios nucleares. Logo que fez ensaios atmosféricos em número suficiente, propôs a interdição parcial dos ensaios nucleares; e agora, que já realizou ensaios subterrâneos bastantes, preconizou a interdição de todos os ensaios nucleares. Isso significa, na realidade, que ela teve a liberdade de fazer ensaios de toda a espécie de que necessitou, e que, quando já não precisa de os fazer, os outros não têm direito de os realizar. É, depois do «tratado sobre a paragem parcial dos ensaios nucleares» e do «tratado sobre a não-proliferação das armas nucleares», uma nova armadilha que ela preparou com o intuito evidente de conservar o seu monopólio nuclear. Um provérbio chinês diz com razão: «O mandarim pode atear o fogo por todo o lado, mas o povo nem sequer tem o direito de acender a sua candeia». Jamais a China se deixará cair nessa armadilha. Em nenhum momento e em circunstância alguma ela reconhecerá esse direito à União Soviética ou às outras potências nucleares. Só essas potências nucleares podem realizar ensaios, enquanto que aos outros é proibido fazer a mesma coisa; só elas podem recorrer a ameaças contra os outros, enquanto que estes não têm sequer o direito de se defender. Tal lógica existiu jamais neste mundo! Actualmente, limitar-se à paragem de todos os ensaios nucleares sem realizar a interdição completa e a destruição total das armas nucleares, só serve para impedir os países que não têm ou têm poucas armas nucleares de aumentar o seu potencial de defesa nuclear, sem prejudicar de modo algum a hegemonia nuclear das superpotências. Esta proposta da União Soviética, que na realidade tenta utilizar o justo anseio de paz de numerosos países, foi formulada com o objectivo de conservar o seu monopólio e a sua superioridade nucleares e, desse modo, ter liberdade de acção para se entregar à ameaça e chantagem nucleares contra os países que não têm ou têm poucas armas nucleares. Ninguém se pode alimentar ou vestir de armas

nucleares. A China é um país em vias de desenvolvimento; ela não quer de modo algum gastar nesse domínio um centavo a mais do que o necessário. Se a China realizou ensaios nucleares é porque a isso foi obrigada. Os seus ensaios foram feitos no fundo do seu território e em número restrito. A China está sempre pronta a cessar todos os ensaios nucleares. Mas ela só o fará quando as superpotências nucleares e os outros países nucleares puserem em prática a interdição completa e a destruição total das armas nucleares e de modo algum antes disso.

A propósito da convocação duma conferência mundial sobre o desarmamento, já expusemos explicitamente a posição e os pontos de vista do governo chinês na 26.ª Sessão da Assembleia Geral da ONU. Nós não podemos aceitar a proposta sobre a «conferência mundial sobre o desarmamento» que o ministro soviético dos negócios estrangeiros formulou na sua carta de 14 de Agosto de 1972 dirigida ao secretário geral das Nações Unidas A «conferência mundial sobre o desarmamento», proposta pela União Soviética, não tem um objectivo preciso, e as condições necessárias para a sua convocação não estão ainda reunidas. Uma conferência desse tipo equivale no fundo a um «clube de conversa fútil» que só pode dar lugar, sem resolver qualquer problema prático. A sua realização só poderia induzir em erro e adormecer os povos do mundo. Mais vale pois não a convocar.

No mundo de hoje a realidade é esta: duas superpotências mantêm, em muitos países, toda a espécie de bases militares, inclusive bases nucleares, e numerosas forças armadas, entre as quais tropas de mísseis nucleares, e os seus aviões, inclusive aviões equipados de armas nucleares, e os seus navios e submarinos, inclusive os que estão equipados de armas nucleares, são omnipresentes no nosso planeta. Até hoje essas superpotências ainda se recusam a tomar o compromisso de não darem o primeiro passo na utilização das armas nucleares e, nomeadamente, de não as utilizarem contra os países não nucleares. Um grande número de países que não têm ou têm poucas armas

nucleares estão assim expostos, em diversos graus, à sua ameaça. No momento actual a retirada das forças armadas é uma questão mais urgente do que o desarmamento. É preciso que as duas superpotências repatriem a totalidade das suas forças armadas, convencionais ou nucleares. Se elas se recusam mesmo a retirar as suas tropas, como podemos acreditar no seu desejo de realizar o desarmamento?

Fala-se ruidosamente do desarmamento geral e total já há mais de dez anos, mas o resultado é que as duas superpotências se entregam à expansão geral e total do armamento, enquanto que os países médios e pequenos dispõem apenas de uma defesa insuficiente. Esta situação enganadora não deve continuar a existir. Para que a conferência mundial sobre o desarmamento, em vez de cair em fraseologia demagógica, possa realmente realizar-se e desenrolar-se com êxito, é preciso criar as condições necessárias à sua convocação, a saber: todos os países nucleares, nomeadamente a União Soviética e os Estados Unidos, que possuem a maior quantidade de armas nucleares, devem primeiro e sem qualquer ambiguidade tomar o compromisso de não darem o primeiro passo na utilização das armas nucleares em momento algum e em nenhuma circunstância, de não as utilizarem uns contra os outros e, o que é ainda mais importante, de não as utilizarem contra os países não nucleares; é preciso repatriar todas as forças armadas, inclusive as tropas de mísseis nucleares, e desmantelar todas as bases militares, inclusive as bases nucleares, implantadas nos territórios dos outros países. Só assim é que as condições serão criadas para que todos os países, grandes ou pequenos, possam discutir e resolver em igualdade de condições esses importantes problemas que são a interdição completa e a destruição total das armas nucleares, assim como a redução das armas convencionais.

Senhor presidente:

Graças aos esforços conjugados da maior parte dos países membros, a ONU e o seu Conselho de Segurança realizaram este ano bastante trabalho. Convém assinalar, antes de mais, que o Conselho de Segurança se reuniu em África em sessão especial para discutir alguns problemas africanos; trata-se dum acontecimento sem precedentes, realizado a pedido de numerosos países africanos. Essa sessão tomou decisões úteis a respeito de um certo número de problemas africanos. Quando da Conferência da ONU sobre o Comércio e o Desenvolvimento que se realizou na capital do Chile, muitos países em vias de desenvolvimento estigmatizaram alguns países desenvolvidos que, por meios comerciais, tarifários, monetários e outros, monopolizaram o mercado internacional, lançando sobre os outros o peso da crise económica e intensificaram a pilhagem e a exploração, de tal modo que, à escala mundial cada dia mais se agravou a situação irracional em que «os ricos enriquecem e os pobres empobrecem». Os países em vias de desenvolvimento reclamam energicamente a mudança desta situação. No decurso da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente que se realizou na capital da Suécia, muitos países do terceiro mundo condenaram energicamente a política de agressão e de guerra do imperialismo, e emitiram opiniões justas e propostas razoáveis sobre a protecção e melhoria do meio ambiente da humanidade. Na recente sessão do Comité do Fundo dos Mares, numerosos países do terceiro mundo lançaram-se com determinação na luta pela defesa dos seus recursos naturais e para sustentarem a sua justa posição a favor do direito que assiste a cada país de definir a extensão das suas águas territoriais e da sua jurisdição. No decurso das reuniões acima mencionadas, muitos países do terceiro mundo manifestaram a sua firme determinação de combater o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo e desempenharam um papel importante. Mas, infelizmente, não podemos deixar de notar que por causa da obstrução de uma ou duas superpotências, a ONU permanece impotente perante muitos problemas internacionais da maior importância. Algumas resoluções justas adoptadas pelas Nações Unidas não puderam ser postas em prática porque uma ou duas grandes potências lhes opuseram obstáculos. Vários órgãos e instituições das Nações Unidas, que se encontram sob o controle duma minoria de Estados, continuam a não poder reflectir as exigências e os pontos de vista da maior parte dos países do terceiro mundo. Além disso, no seio da ONU ainda existe esse grave problema de limitar-se a discussões sem tomar decisões, ou tomar decisões sem passar à sua execução. Tudo isso deve ser rapidamente rectificado.

Agora, gostaria de exprimir a opinião do governo chinês sobre a revisão da Carta das Nações Unidas. É de notoriedade pública que esta Carta foi definida nos fins da Segunda Guerra Mundial e que ela é um produto das condições históricas de então. Mas, a história avança, e as coisas e fenómenos evoluem; é evidente que a Carta, redigida há 27 anos, já não corresponde em muitos aspectos às grandes mudanças que se verificaram na situação internacional e nas Nações Unidas. Quando da sua fundação, a ONU era constituída por 51 Estados membros, apenas, e desde então mais de 80 países, na sua maioria países recentemente independentes, entraram nesta organização. É compreensível que se peça que a Carta das Nações Unidas reflita plenamente a situação do mundo de hoje. Nós consideramos que, tendo como base a conservação dos objectivos e princípios da Carta, convém considerar seriamente as observações dos diversos países e fazer as modificações necessárias a esta Carta a fim de que o princípio da igualdade de todos os Estados membros, grandes como pequenos, possa realmente encontrar nela a sua expressão. Bem entendido, nós também consideramos que a revisão da Carta é um problema sério e importante, e estamos dispostos a estudá-lo conscienciosamente em colaboração com os colegas dos outros países.

Senhor presidente:

A ONU, assim como a situação mundial, encontra-se numa encruzilhada. Se ela quiser recuperar o seu prestígio e desempenhar o papel que é o seu, deverá adaptar-se à corrente mundial, traduzir realmente nos factos as justas reivindicações da maior parte dos países membros e dos povos do mundo, agir realmente em conformidade com os objectivos e princípios da sua Carta, libertar-se da manipulação e controle das grandes potências, respeitar a sua palavra e passar resolutamente à acção. Senão ser-lhe-á difícil evitar de entrar no caminho outrora seguido pela Sociedade das Nações. A delegação chinesa está pronta a envidar os seus esforços, em colaboração com as delegações de todos os países que amam a paz e defendem a justiça, para que as Nações Unidas possam realmente contribuir para salvaguardar a paz internacional e promover o progresso da humanidade.

DISCURSO DE TCHIAO CUAN-HUA, CHEFE DA DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, NA 28.ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

(2 de Outubro de 1973)

Senhor presidente,

Desde a 27.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorreram sucessivamente alguns acontecimentos notáveis no plano internacional. Primeiro, a cessação da guerra no Vietname e no Laos. Segundo, as conversações entre as duas superpotências — os Estados Unidos e a União Soviética — e os acordos por elas assinados. Terceiro, a realização da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia. Paralelamente, o Terceiro Mundo despertou e fortaleceu-se ainda mais; os países africanos e latino-americanos assim como os países não-alinhados realizaram uma série de importantes conferências internacionais. Quais são, afinal, as características da actual situação mundial? A situação internacional está-se realmente encaminhando para uma acalmia geral? Esta é uma questão que interessa a todo o mundo. A delegação da República Popular da China deseja expor os seus pontos de vista sobre esta questão e algumas outras que se apresentam à actual Assembleia Geral das Nações Unidas.

I. QUAIS SÃO AS CARACTERÍSTICAS DA ACTUAL SITUAÇÃO MUNDIAL?

O Governo chinês considera, desde há muito tempo, que o mundo em que vivemos atravessa um processo de grande comoção, grande divisão e grande reagrupamento. Vão-se exacerbando as diversas contradições fundamentais do mundo, sobretudo as contradições entre o impe-

rialismo e o colonialismo, por uma parte, e as nações e povos oprimidos, por outra, e as contradições entre os países imperialistas, especialmente as existentes entre as superpotências. Terminada a Segunda Guerra Mundial, se bem que não tenha ocorrido uma nova guerra mundial, jamais cessaram as guerras locais provocadas pela agressão imperialista. A grandiosa vitória conquistada pelo heróico povo vietnamita na sua guerra de resistência contra a agressão norte-americana e pela salvação nacional demonstra uma vez mais que o imperialismo e todos os reaccionários são tigres de papel. Um país pequeno pode derrotar um país grande e um país fraco pode derrotar um país forte, sempre que ousem lutar, saibam combater e perseverem na luta. Não é o povo que teme o imperialismo, mas sim o imperialismo que teme o povo. No mundo actual, a principal tendência é a revolução. Agora que a guerra no Vietname já cessou, poder-se-á esperar que o mundo viva em paz daqui para o futuro? Evidentemente que não. Quando a guerra da Coreia terminou em 1953, algumas pessoas acreditaram que não mais se ouviriam tiros de fuzil no mundo. Mas, pouco depois estalou a guerra do Suez e logo a seguir começou a guerra do Vietname. Aliás, mesmo agora, a guerra na Indochina ainda não terminou completamente, pois ainda se continua a combater no Camboja. No Médio Oriente a tensão não diminuiu absolutamente nada. O colonialismo e o racismo continuam a exercer a repressão armada sobre os povos africanos e estes prosseguem a sua resistência de armas na mão. Os actos de agressão, subversão, controle e intervenção, por parte das superpotências contra os países da África, Ásia e América Latina, continuam incessantemente. O último exemplo foi o golpe de Estado militar no Chile; o Presidente Salvador Allende morreu como um mártir no seu posto. Exprimimos o nosso profundo pesar pela sua morte heróica, e ao mesmo tempo sustentamos que não se deve esquecer o quanto é prejudicial à luta revolucionária anti-imperialista dos povos da Ásia, África e América Latina, a teoria absurda da chamada «transição

pacífica», propagada por uma outra superpotência. Desmembrar um país soberano pela força armada, legalizar e perpetuar a divisão de um país, tornou-se também uma tendência das grandes potências no seu intuito de dominar o mundo. No plano económico, o desnível entre os países ricos desenvolvidos e os países pobres em vias de desenvolvimento vai aumentando cada dia mais, e existem ademais muitas contradições entre os próprios países desenvolvidos; está-se, pois, longe de poder falar de atenuação da tensão mundial. A recente Quarta Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Não-Alinhados condenou energicamente o racismo, o sionismo, o colonialismo, o imperialismo e o hegemonismo e exigiu veementemente a modificação do estado de coisas em que se encontra o mundo de hoje, o que representa um novo passo na tomada de consciência dos povos da Ásia, África e América Latina. Numa palavra, consideramos que a situação actual se caracteriza por uma grande desordem sobre a terra e não pela tranquilidade no mundo. A corrente principal, no meio desta desordem, é que os países querem a independência, as nações querem a libertação e os povos querem a revolução.

II. QUAL É A FONTE DA AUSÊNCIA DE TRANQUILIDADE NO MUNDO DE HOJE?

Nós sempre consideramos que todos os países do mundo, grandes ou pequenos, devem tratar-se em pé de igualdade, e estabelecer, independentemente do seu sistema social, relações estatais normais segundo os cinco princípios seguintes: respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, não-agressão mútua, não-ingerência mútua nos assuntos internos, igualdade e vantagens recíprocas e coexistência pacífica; e que os diferendos internacionais devem ser resolvidos por via pacífica com base nestes princípios, sem recurso à força nem à ameaça de força. Estes princípios devem aplicar-se às relações entre os países grandes, entre os países grandes e os países pe-

quenos, e mais ainda entre os países fortes e os países fracos, ou entre os países ricos e os países pobres. Foi precisamente com base nestes princípios que a China começou a melhorar as suas relações com os Estados Unidos e estabeleceu relações diplomáticas com o Japão. No comunicado conjunto publicado em Xangai, a China e os Estados Unidos declararam ademais que não devem procurar a hegemonia na Ásia e na região do Pacífico, e que se opõem aos esforços de qualquer país ou grupo de países para estabelecer tal hegemonia. Na sua declaração sobre o estabelecimento de relações diplomáticas, a China e o Japão reafirmaram esse princípio. Nós consideramos que os princípios acima mencionados constituem as normas mais elementares que devem reger as relações de igualdade entre todos os países e também a correcta via para diminuir a tensão internacional.

Os Estados Unidos e a União Soviética, como dois Estados soberanos, têm todo o direito de tomar as medidas que considerem convenientes para melhorar e desenvolver as suas relações bilaterais. Contudo, não podemos deixar de assinalar que o acordo sobre a prevenção da guerra nuclear por eles assinado ultrapassa, de longe, o âmbito das relações bilaterais. Cabe perguntar: quem lhes deu o direito de entrar no que eles chamam «consultas urgentes» no caso de um diferendo entre um deles e um outro país, ou mesmo entre dois outros países quaisquer? O que eles chamam diferendo «envolvendo o risco de conflito nuclear» é uma frase que se presta a toda a espécie de interpretações, e as suas «consultas urgentes» significam apenas que eles agirão conforme os seus próprios interesses. Acaso não significaria isto que eles podem intervir à sua vontade nos assuntos de todos os países do mundo, com base na grande quantidade de armas nucleares que têm nas suas mãos? Jamais a China mendigará a protecção nuclear de qualquer país e não teme de modo algum as ameaças nucleares. Mas, já que este assunto interessa todos os povos do mundo, temos o dever de expor os nossos pontos de vista a este respeito.

Não foi por acaso que a União Soviética e os Estados Unidos assinaram um tal acordo. Isto decorre do chamado princípio estabelecido entre a União Soviética e os Estados Unidos em 1972, segundo o qual eles têm «interesses de segurança baseados no princípio de igualdade». Que significa «interesses de segurança baseados no princípio de igualdade»? Falando francamente, significa a rivalidade pela hegemonia mundial; onde você vai, eu também posso ir. O que fazem agora é simplesmente envolver este conteúdo na forma de um acordo.

Na realidade, este acordo é apenas letra morta. Não fixa um compromisso explícito sobre o não-recurso às armas nucleares, tão-pouco menciona em perspectiva a interdição completa e a destruição total das armas nucleares. O Governo norte-americano declarou, com relativa franqueza, que este acordo é somente uma declaração de política geral, que não envolve qualquer acção particular concreta a adoptar por qualquer das partes e assinalou ainda que os acordos nem sempre são mantidos, e que nada existe neste documento que possa efectivar-se por si mesmo.

Contudo, os dirigentes soviéticos exaltaram e embelezaram este acordo, dizendo que o mesmo inaugurou «uma nova era» nas relações internacionais, abriu um «horizonte histórico para o fortalecimento da segurança universal no mundo», e «se reveste realmente de significado histórico para toda a humanidade». Ao exaltar de tal modo este acordo, os dirigentes soviéticos têm as suas intenções ocultas. Todos se recordam das famosas palavras de Kruschov: «Mesmo uma pequena faísca pode provocar uma guerra mundial»; «nós (a União Soviética e os Estados Unidos) somos os países mais poderosos do mundo, se nos unirmos no interesse da paz, não haverá mais guerra. E, se um louco pretende ainda desencadear uma guerra, bastará que o ameacemos com o dedo para que ele se acalme». Não quer isto dizer que, se a União Soviética chegasse a aliar-se aos Estados Unidos, todo o mundo cairia de joelhos a seu pés? Porém, a nosso ver, as coisas não se passariam necessariamente assim.

A União Soviética quer atar-se aos Estados Unidos, mas isso não é assim tão fácil. Pouco tempo após a assinatura do acordo, a União Soviética intensificou os ensaios nucleares subterrâneos e desenvolveu a ritmo acelerado os mísseis de ogivas múltiplas; os Estados Unidos, por seu lado, também não querem ceder. Porquê? Porque a luta desesperada pela superioridade nuclear e pela hegemonia mundial segue o seu curso. Actualmente, a rivalidade entre a União Soviética e os Estados Unidos estende-se por toda a parte do mundo. Os recentes actos de subversão de dois governos na Ásia e na América do Sul demonstraram isso claramente. A luta entre eles torna-se cada vez mais renhida. Eis a fonte da ausência de tranquilidade no mundo de hoje. Como se pode, então, falar de coexistência pacífica? A coexistência pacífica é aparente, ao passo que a coexistência na rivalidade é real. Se essa coexistência pode durar ou não, isso é, claro, uma outra questão.

Os dirigentes soviéticos proclamaram aos quatro ventos que, sendo um Estado «socialista», a União Soviética é «o aliado natural e mais seguro» dos países em vias de desenvolvimento. No passado, algumas pessoas na China também acreditaram nisso, pois a União Soviética é a terra natal do grande Lénine e a revolução chinesa é a continuação da Revolução de Outubro. Sendo um país socialista, poderia a União Soviética não dar de todo o coração a sua ajuda internacionalista aos países em vias de desenvolvimento? Após a subida ao poder de Khrushchev, e ao preço de uma longa experiência directa, como, por exemplo, a exigência, por parte da União Soviética, do estabelecimento de uma frota conjunta nos mares da China, a retirada dos seus peritos, a denunciação dos contratos, a invasão das regiões fronteiriças, a prática de actividades subversivas, etc., fomos levados a reconhecer que a realidade era outra e que a União Soviética praticava não o internacionalismo, mas sim o chauvinismo de grande potência, o egoísmo nacional e o expansionismo territorial. Por isso, não censuramos certos amigos que ainda não compreenderam isto, por falta de experiência. Como é possível que um socialista degenere em imperialista? Na realidade, não há qualquer motivo de estranheza, se se conhecer um pouco da história do movimento comunista internacional. Não era Karl Kautsky um marxista que gozava de certa reputação? Todavia, mais tarde, ele traiu o Marxismo e capitulou perante o imperialismo. Foi precisamente Lénine quem deu o veredicto histórico sobre Kautsky na sua famosa brochura «A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky». Um homem pode mudar, e o mesmo pode ocorrer com um Estado. Mudou, que podemos fazer?

Lénine assinalou: «*Julga-se um homem não pelo que ele diz ou pensa de si próprio, mas pelos seus actos*». Assim é com um Estado. No fundo, o que tem feito, nos últimos anos, o Governo soviético em relação a outros países? Sabem-no bem as amplas massas populares da Checoslováquia, Egipto e Paquistão, as do Camboja que estão a travar uma luta sangrenta, e as de todos os países vítimas da sua agressão, subversão, controle, ingerência e humilhações. Todos os actos e atitudes do Governo soviético provam plenamente que ele é «*socialismo em palavras, imperialismo nos factos*», como disse Lénine.

O acordo entre a União Soviética e os Estados Unidos sobre a prevenção da guerra nuclear não pode enganar muita gente nem pode intimidar os povos do mundo; só pode provocar indignação, desconfiança e decepção. Está surgindo uma vaga impetuosa contra o hegemonismo e a política de força, praticados pelas superpotências.

III. QUEM SE OPÕE, AFINAL DE CONTAS, AO DESANUVIAMENTO?

Pouco depois da cessação da guerra do Vietname, o Governo dos Estados Unidos proclamou que o ano de 1973 seria o «ano da Europa». Em seguida, teve lugar a primeira fase da Conferência de Segurança e Cooperação

Europeia, apregoada pelo Governo soviético há tantos anos. Isso demonstra que o ponto fulcral da rivalidade entre as duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, se situa na Europa; a chamada conferência de segurança europeia não passa de uma das formas dessa rivalidade. A marcha dos trabalhos desta conferência mostra que ela ultrapassou, consideravelmente, os limites de controle das duas superpotências. Na conferência, numerosos países puseram o dedo na ferida ao apontar que em matéria de segurança se requerem acções, não apenas palavras; que a segurança europeia deve basear-se na salvaguarda da independência e soberania nacionais; que a realização desta conferência não deve, de modo algum, levá-los a deixar-se desarmar moralmente nem a abandonar a vigilância; que, para garantir a segurança europeia, devem ser desintegrados os blocos militares, desmanteladas as bases militares estrangeiras, retiradas as forças armadas estrangeiras, de modo que as relações entre os países europeus se estabeleçam na base dos princípios de respeito mútuo da independência e soberania, de igualdade total e de não-intervenção mútua nos assuntos internos. Aliás, alguns países indicaram que a segurança do Mediterrâneo e a segurança europeia são inseparáveis, que não há a mínima segurança para a Europa enquanto a ameaça da força e a rivalidade das duas superpotências pairam sobre o Mediterrâneo. Tudo isso constitui exactamente um golpe frontal assestado àqueles que tentam aproveitar esta conferência para consolidar a ocupação de muitos países europeus, resultante da Segunda Guerra Mundial e dos eventos subsequentes e para proceder, ademais, à desintegração da Europa Ocidental e exercer a sua hegemonia em toda a Europa. A Conferência de Segurança Europeia prossegue ainda; todavia, a julgar pelo desenrolar da sua primeira fase, esta conferência revelará, mais claramente, as ambições de uma superpotência de dividir e desintegrar a Europa Ocidental.

A União Soviética, empenhada na expansão armamentista e nos preparativos bélicos, assim como na intensificação da contenda com os Estados Unidos pelas esferas de influência à escala mundial, proclama que deseja «alargar a zona de desanuviamento ao mundo inteiro». Assim, recentemente, ela apanhou de novo o velho trapo do «Sistema de Segurança Colectiva na Ásia» que tinha sido posto de lado há muito tempo. Que coisa divertida! Isso faz-nos recordar um norte-americano chamado John Foster Dulles, que, depois da Primeira Conferência de Genebra de 1954, que pôs fim à guerra indochinesa, se precipitou a montar uma pretensa Organização do Tratado do Sudeste Asiático, cuja ponta de lança se dirigia contra a China e cujos membros não se situavam, na sua maioria, no Sudeste Asiático. A União Soviética é um país europeu e chefe do Pacto de Varsóvia; por que se mostra tão fanática pela «segurança colectiva» dos países asiáticos? Andará o fantasma de John Foster Dulles a assombrar o Kremlin? Na realidade, não seria mais directo, sem andar com tantos rodeios, estender à Ásia o Pacto de Varsóvia?

Ultimamente, os dirigentes soviéticos têm pretendido pôr à China uma etiqueta adicional, a de «opositora ao desanuviamento». Isso é, como diz um provérbio chinês, colocar o chapéu do senhor Tcham na cabeça do senhor Li. Já que dizem estar tão ansiosos pela redução da tensão mundial, por que não mostram a sua sinceridade através de uma ou duas acções — por exemplo, retirar as suas tropas da Checoslováquia e da República Popular da Mongólia e devolver ao Japão as suas quatro ilhas setentrionais?

Nós sustentamos que o imperialismo significa guerra. Haverá perigo de guerra enquanto existir o imperialismo. Hoje em dia, quando as diversas contradições fundamentais no mundo se exacerbam cada vez mais, subsiste o perigo duma nova guerra mundial, razão por que os povos de todos os países devem estar preparados e não se deixar enganar pelo mito da redução passageira e superficial da tensão internacional. Só assim poderemos lutar mais eficazmente pelo futuro luminoso do mundo. Em última

análise, quem decide do destino da Humanidade são as centenas de milhões de homens que persistem na luta e na unidade, e, de modo algum, uma ou duas superpotências.

IV. A QUESTÃO DO CAMBOJA

O Governo chinês condena resolutamente o Governo norte-americano por continuar, até agora, a apoiar de diversas maneiras o regime fantoche de Phnom Penh e a interferir arbitrariamente nesse país. O regime da camarilha traidora de Lon Nol, que se entrincheira actualmente em Phnom Penh, foi imposto ao povo khmer pelo imperialismo norte-americano e seus aliados, e é ilegal desde o seu primeiro dia. O Governo Real de União Nacional do Camboja, dirigido pelo Chefe do Estado Samdech Norodom Sihanouk, é o único governo legal do Camboja. As Forças Armadas Populares de Libertação Nacional do Camboja, sob a direcção deste Governo, já libertaram mais de noventa por cento do território nacional e mais de oitenta por cento da população. O Governo Real de União Nacional do Camboja já foi reconhecido por cerca de cinquenta países. Os participantes da recente Conferência dos Países Não-Alinhados, realizada em Argel, declararam que o único governo legal do Camboja é o Governo Real de União Nacional, sob a direcção de Samdech Norodom Sihanouk, e solicitaram cordialmente que todos os países amantes da paz e da justiça o reconheçam oficialmente. Esta é a voz da justiça. O Governo chinês considera como um acto de desprezo pelos países que defendem a justiça, pela Quarta Conferência dos Países Não-Alinhados e pela própria Organização das Nações Unidas, o facto de a camarilha traidora de Lon Nol ocupar, até hoje, um lugar nas Nações Unidas. O Governo chinês preconiza resolutamente que a presente sessão da Assembleia Geral tome a decisão da expulsão imediata dos representantes da camarilha traidora de Lon Nol das Nações Unidas e restitua ao

Governo Real de União Nacional do Camboja, dirigido pelo Chefe do Estado Samdech Norodom Sihanouk, o seu legítimo lugar nas Nações Unidas.

V. A QUESTÃO DA COREIA

Apresentam-se, agora, ante a Assembleia Geral das Nações Unidas, dois projectos de resolução sobre a questão coreana. Um é apresentado pelos Estados Unidos, Inglaterra, Japão e outros países, e o outro pela Argélia, China e outros países. Quanto ao primeiro projecto, o Governo chinês considera que, embora ele contenha o factor positivo de propor a dissolução da chamada «Comissão para a Unificação e Restauração da Coreia», a posição nele expressa em favor da permanência do Comando das Nações Unidas e das forças armadas norte-americanas na Coreia do Sul e da entrada tanto da Coreia do Norte como da Coreia do Sul nas Nações Unidas é irrazoável e contrária à declaração conjunta da Coreia do Norte e do Sul, datada de 4 de Julho de 1972.

A retirada de todas as forças estrangeiras da Coreia e a solução pacífica da questão coreana deviam ter sido concretizadas há muito tempo. Segundo as estipulações do Acordo de Armistício da Coreia, de Julho de 1953, uma conferência política de alto nível para a solução da questão da Coreia deveria ser realizada dentro do prazo de três meses após a entrada em vigor deste acordo. Não se realizou esta conferência apenas por causa das obstruções postas então pela parte norte-americana. Mais tarde, esta questão foi posta, de novo, em discussão na Conferência de Genebra de 1954. O Secretário de Estado norte-americano de então, o senhor John Foster Dulles, rejeitou peremptoriamente todas as propostas razoáveis, o que causou, uma vez mais, impedimentos à retirada de todas as forças armadas estrangeiras da Coreia e à solução pacífica da questão coreana. Naquele momento, os Estados Unidos não tinham vontade alguma de retirar da Coreia do Sul

as suas forças armadas. O que se poderia fazer? Pois bem, se os Estados Unidos não se retiraram, nós retirámo-nos. Em 1958, os Voluntários do Povo Chinês retiraram-se unilateral e incondicionalmente da República Popular Democrática da Coreia. Consequentemente, numa das partes não há mais tropas estrangeiras e na outra continua a permanecer um grande número de tropas estrangeiras, principalmente tropas norte-americanas. Esta situação, extremamente irrazoável, constitui inevitavelmente um obstáculo à reunificação independente e pacífica da Coreia.

Porventura, a Coreia do Sul carece tanto de dignidade nacional que depende necessariamente das forças estrangeiras? Isso é, obviamente, intolerável para o povo sul-coreano. Por conseguinte, graças à iniciativa do Presidente da República Popular Democrática da Coreia, Kim Il Sung, foi tornada pública, a 4 de Julho de 1972, a declaração conjunta da Coreia do Norte e do Sul sobre a reunificação independente e pacífica do país e começou o diálogo entre as duas partes. Tratava-se dum grande passo para a retirada de todas as tropas estrangeiras da Coreia e para a solução pacífica da reunificação do país pelo próprio povo coreano. Publicada esta declaração, o Acordo de Armistício da Coreia, assinado há 19 anos, perdeu, em medida considerável, o papel que vinha desempenhando. Os coreanos do Norte e do Sul concordaram em abster-se de perpetrar provocações armadas, grandes ou pequenas, e em tomar medidas activas para prevenir os incidentes de conflitos militares inesperados. Acaso não é esta a melhor garantia para a manutenção do armistício?

É capciosa a opinião segundo a qual a supressão do Comando das Nações Unidas e a retirada das tropas estrangeiras tornarão nulo o Acordo de Armistício de 1953. É de recordar que o Acordo de Armistício da Coreia foi assinado entre o Exército Popular da Coreia e os Voluntários do Povo Chinês, por uma parte, e o Comando das Nações Unidas, por outra. Segundo essa lógica, a retirada dos Voluntários do Povo Chinês não significou, de há muito, a anulação do Acordo de Armistício da Coreia? Desde que os Voluntários do Povo Chinês se puderam retirar da Coreia, por que não podem fazer o mesmo as forças estrangeiras sob a bandeira do Comando das Nações Unidas? A presença contínua do chamado Comando das Nações Unidas e das forças estrangeiras na Coreia do Sul não corresponde ao princípio concluído por ambas as partes da Coreia, segundo o qual «a reunificação deve realizar-se numa situação de independência, sem se apoiar nas forças externas e sem a interferência destas últimas». De facto, precisamente devido à presença destas forças externas, as autoridades sul-coreanas ousaram rejeitar uma série de propostas razoáveis apresentadas pela República Popular Democrática da Coreia, do que resultou a estagnação do diálogo entre o Norte e o Sul. O recente incidente de Kim Dae Jung demonstra até que grau chega a infâmia das autoridades sul-coreanas na sua dependência das forças externas. Com o fim de criar condições para acelerar a reunificação independente e pacífica da Coreia, o Comando das Nações Unidas deve aceitar a sua dissolução e todas as forças armadas estrangeiras estacionadas na Coreia do Sul devem aceder a retirar-se.

Quanto à entrada simultânea de ambas as partes da Coreia, Norte e Sul, nas Nações Unidas, trata-se evidentemente de um intento de legalizar e perpetuar a divisão da Coreia, intento diametralmente contrário ao princípio estabelecido entre o Norte e o Sul, de que «como uma Nação, devem, antes de mais, promover a grande união nacional, independentemente das diferenças de ideologia, ideal e sistema». Na sua proposta em cinco pontos, formulada a 23 de Junho último, o Presidente da República Popular Democrática da Coreia, Kim Il Sung, salientou que o Norte e o Sul da Coreia não devem entrar nas Nações Unidas separadamente, e que, caso queiram entrar na Organização das Nações Unidas antes da sua reunificação, devem aguardar, pelo menos, o estabelecimento de uma confederação, para aderirem a ela como um só Estado, sob o nome de República Confederada de Koryo.

Esta proposição é inteiramente razoável e justa e merece a simpatia e o apoio de todos os países defensores da justiça.

VI. A QUESTÃO DO BANGLA-DESH

Quando se realizava a 26.ª Assembleia Geral das Nações Unidas em 1971, a União Soviética ajudou a Índia a desmembrar o Paquistão pela força das armas. A Assembleia Geral e o Conselho de Segurança aprovaram, por maioria esmagadora, as resoluções que exigiam da Índia e do Paquistão o cessar-fogo, a retirada das tropas e o repatriamento dos prisioneiros de guerra. Em 1972, na 27.ª Assembleia Geral das Nações Unidas foram ainda aprovadas duas resoluções interdependentes pedindo a repatriação dos prisioneiros de guerra paquistaneses e expressando o desejo de admitir o Bangla-Desh nas Nações Unidas. Ora, só a 28 de Agosto deste ano, a Índia e o Paquistão chegaram a um acordo sobre o repatriamento dos prisioneiros de guerra e dos civis. Este acordo veio demasiado tarde, mas foi, finalmente, concluído e merece bom acolhimento. O acordo é algo no papel; convertê-lo em realidade requer um processo. E surgirão, talvez, complicações. O Governo chinês sustenta que, uma vez aplicada sem reserva as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e do Conselho de Segurança sobre essa questão, pode ser considerada a admissão do Bangla-Desh nas Nações Unidas. Isso só pode fazer-se depois do cumprimento total das resoluções das Nações Unidas e de maneira alguma antes disso.

VII. O PROBLEMA DO MÉDIO ORIENTE

As duas superpotências proclamam que a tendência geral no mundo é o desanuviamento, mas na região do Médio Oriente predomina como antes uma situação estacionária, tensa, de «nem guerra nem paz». Em 1971, quando a União Soviética desmembrou o Paquistão, ninguém falou de perigo de explosão da guerra nuclear. No momento actual, os Estados Unidos intervêm nos assuntos do Camboja e ninguém fala também de perigo de explosão da guerra nuclear. Todavia, quanto ao Médio Oriente, se alguém menciona o intento dos países árabes de repelir a agressão de Israel e de recuperar os seus territórios perdidos, logo são omnipotentes as referências à explosão da guerra nuclear entre as duas superpotências. A que se deve isto? Isto resulta de que a situação de «nem guerra nem paz», criada e mantida pelas duas superpotências, é a melhor forma de disputar esferas de influência, recursos petrolíferos e posições estratégicas na região do Médio Oriente. Na aparência, cada uma das duas superpotências apoia uma das partes antagónicas, mas, na realidade, as duas superpotências parecem duas estatuetas de barro que foram amassadas juntas, e em seguida remodeladas, de tal modo que há algo de uma na outra. Citemos o exemplo do agressor israelita. Poderia ele agir tão arrogante e arbitrariamente só com a ajuda das armas norte-americanas, sem o abastecimento em recursos humanos por parte da União Soviética? Nós consideramos que o chamado perigo de guerra nuclear foi fabricado deliberadamente para amedrontar os povos. Contar com as duas superpotências para resolver o problema do Médio Oriente é alimentar esperanças vãs. Quaisquer que sejam as resoluções aprovadas pela ONU, elas não podem modificar a situação. A única saída é a independência, a autonomia e o apoio nas próprias forças. A China nunca manteve nem mantém qualquer relação com os sionistas de Israel. A China apoia firmemente o povo palestiniano e os outros povos árabes na sua luta justa contra o sionismo de Israel. Estamos convencidos de que, sempre que mantiverem a unidade e persistirem na luta, o povo palestiniano e os outros povos árabes, com o apoio dos povos do mundo inteiro, vencerão segura-

mente todas as dificuldades que encontrarem no seu caminho, recuperarão os seus territórios sagrados e recobrarão os seus direitos nacionais.

VIII. O PROBLEMA DA LUTA CONTRA O COLONIALISMO

Na África, prevalece uma excelente situação. No ano transcorrido, os povos africanos lograram uma série de novas vitórias na sua luta pela conquista e salvaguarda da independência nacional e contra o racismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o imperialismo e a hegemonia. Através da luta, os povos africanos compreendem cada vez mais claramente a necessidade da luta armada e do apoio mútuo. Na X Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana, realizada em Maio deste ano, lançou-se um sonoro apelo para a «liquidação de todos os tipos de colonialismo no continente africano». Os documentos da Conferência reflectem plenamente o espírito da unidade e colaboração dos países africanos e a sua combatividade na luta comum contra o inimigo, e demonstram também a determinação dos povos africanos nos territórios ainda não independentes de desenvolver ainda mais a luta armada pela libertação nacional. Com o apoio e conivência do imperialismo e das superpotências, os regimes racistas e as autoridades colonialistas na África recorrem aos meios mais sinistros e bárbaros na sua luta desesperada para tentar, em vão, manter a sua dominação oscilante. Há muito tempo que se recusam, obstinadamente, a executar as resoluções aprovadas pela ONU, resoluções que expressam as justas aspirações dos povos africanos. É necessário prestar atenção especial ao facto de que, enquanto os velhos colonialismos se encaminham para a decadência, os neocolonialismos de diversos matizes tentam ocupar o seu lugar mediante vários meios insidiosos e enganadores, e de que as superpotências provocam a discórdia entre os

países africanos a fim de pescar em águas turvas. Os povos africanos defrontam-se ainda com a tarefa de uma luta prolongada, complexa e sinuosa. A África pertence aos grandes povos africanos. O povo chinês está firmemente ao lado dos povos africanos. Nós apoiamos resolutamente os povos de Moçambique, Angola, Azânia, Namíbia, Zimbabwe, Guiné-Bissau, Sara Espanhol e outras regiões na sua luta justa pela libertação nacional. Nós saudamos calorosamente a República da Guiné-Bissau recém-nascida e reconhecemo-la. Apoiamos firmemente as justas lutas de todos os países africanos contra a agressão, a subversão e as tentativas de divisão, por parte do colonialismo e do neocolonialismo, e em defesa da soberania estatal e da unidade africana. Estamos convencidos de que os povos africanos que se estão tornando cada vez mais conscientes obterão incessantemente novas vitórias nas lutas futuras.

IX. O PROBLEMA DA LUTA CONTRA A HEGEMONIA MARíTIMA

A decidida luta pelos direitos marítimos sobre 200 milhas, iniciada pelos países latino-americanos, tem beneficiado do crescente apoio de numerosos países médios e pequenos. A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana, assim como a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Não-Alinhados, realizadas neste ano, declararam explicitamente que um Estado costeiro tem o direito de estabelecer uma zona económica exclusiva ou uma zona de jurisdição nacional com o limite máximo de 200 milhas marinhas. Mesmo os países não-costeiros têm também o direito de compartir dos fundos marítimos e dos recursos haliêuticos. Sobre o problema dos direitos marítimos, os numerosos países médios e pequenos estão desenvolvendo uma luta gigantesca e vigorosa, contra a hegemonia marítima das superpotências. Disputando a hege-

monia sobre os mares e oceanos, as superpotências tentam em vão conservar o velho direito marítimo e fazem todo o possível por limitar as águas territoriais e a esfera de jurisdição de todos os países. Elas insistem em que é sagrado e inviolável o regime que fixa a 3 ou 12 milhas as águas territoriais, alegando que a expansão do mar territorial e da zona de jurisdição reduz o alto mar. Isto é uma tentativa de intimidação. O que é que é sagrado e inviolável? O regime de 3 milhas de águas territoriais foi estabelecido pelo homem, e o mesmo ocorreu com o regime de 12 milhas. Estes regimes traduzem a realidade daquela época em que os mares e os oceanos eram controlados pelo colonialismo e pelo imperialismo. Que haverá neles de sagrado e inviolável? Segundo se diz, a expansão das águas territoriais e da zona de jurisdição reduz o alto mar; mas, que quer dizer alto mar? Na realidade, o chamado alto mar constitui, desde o início, o «mar privado» dos poucos países que têm poderosas forças marítimas. Hoje em dia, os numerosos países médios e pequenos puseram-se de pé, eles constituem a maioria e exigem a modificação do chamado direito marítimo, que apenas favorece o imperialismo. Por que é que isso é impossível? Na proposta apresentada, a 2 de Junho de 1972, pela União Soviética e seus aliados ao Conselho de Desenvolvimento Industrial da Organização das Nações Unidas, diz-se que «a soberania dos países em vias de desenvolvimento sobre os recursos naturais depende, em grande medida, da capacidade de utilização destes recursos pela indústria desses países...» Na sessão da Comissão dos Fundos Marítimos realizada em Genebra em 22 de Agosto de 1973, um representante soviético afirmou que, mesmo que os países em vias de desenvolvimento dispusessem de zonas de 200 milhas, não poderiam aumentar a sua pesca por falta de técnica e de capacidade de pescar, etc. Todas estas palavras significam que quanto mais poderosa for a força tanto maior será o direito. Esta é a lógica imperialista em toda a sua nudez. Por que é que as superpotências se opõem tão energicamente à proposta dos países médios e pequenos de ampliar as águas territoriais e a zona de jurisdição? Não é difícil compreender o mistério, se se observar a rivalidade entre a União Soviética e os Estados Unidos pela hegemonia marítima no Mediterrâneo, no golfo Pérsico, no oceano Índico, no mar das Caraíbas, no oceano Pacífico e no oceano Atlântico, e a sua disputa pelo estabelecimento de bases e pelo saqueio dos recursos haliêuticos e dos fundos marítimos. Se se ampliar as águas territoriais e a zona de jurisdição nacional, estreitar-se-á o seu «mar privado» onde agem como senhores absolutos. Como podem as duas superpotências não se opor a isso com todos os seus esforços? Todavia, a sua oposição será vã. Se os numerosos países médios e pequenos se mantiverem unidos, procurando uma base comum de entendimento sobre os pontos principais e reservando as suas divergências a respeito dos pontos secundários, e perseverarem em fazer tenazes e prolongados esforços, a luta contra a hegemonia marítima triunfará infalivelmente.

A luta contra a hegemonia marítima é um sector importante da luta dos numerosos países em vias de desenvolvimento da Ásia, África e América Latina pela defesa dos seus recursos nacionais e pelo desenvolvimento das suas economias nacionais, e também um novo foco na luta actual contra o hegemonismo. Nos outros sectores económicos, na luta contra a exploração, o saqueio, o dumping e o monopólio por parte do imperialismo e do hegemonismo das grandes potências, os países em vias de desenvolvimento coordenaram ainda mais estreitamente as suas acções e reforçaram a sua unidade. A cooperação económica bilateral e regional entre eles cresce dia a dia, as diversas organizações dos países exportadores de matérias-primas ampliam-se constantemente. Aumenta cada dia mais o número de países em vias de desenvolvimento que compreendem que é necessário conquistar a independência económica para consolidar a independência política, e que, para desenvolver as economias nacionais é necessário apoiar-se nos seus próprios esforços e reforçar

o apoio e cooperação mútuos entre os países em desenvolvimento. O colonialismo e o imperialismo enriqueceram-se por meio de saqueio e exploração dos povos da Ásia, África e América Latina; os povos destes continentes têm pleno direito de exigir-lhes o pagamento dessa dívida. Contudo, segundo a própria experiência da China, eles não pagarão de maneira nenhuma a sua dívida, mas, pelo contrário, criarão ainda mais dificuldades aos países que defendem a independência nacional e desenvolvem as economias nacionais. Será vão alimentar ilusões irrealizáveis com respeito a eles. Devemos persistir na oposição ao imperialismo, ao colonialismo e ao hegemonismo. Devemos apoiar-nos em nós próprios, no povo, travar uma luta árdua e fazer esforços duradouros. Desta maneira, nós estamos convencidos de que os países em desenvolvimento prosperarão seguramente.

X. O PROBLEMA DO DESARMAMENTO

O Governo chinês sempre se pronunciou pelo desarmamento. Mas o que nós preconizamos é um desarmamento verdadeiro, não fictício, e muito menos preconizamos um desarmamento em palavras que dissimula a realidade de uma expansão armamentista quotidiana. Actualmente, a dura realidade que enfrentamos é que as superpotências proclamam ruidosamente o desarmamento, sobretudo a União Soviética, que é a mais enérgica nesse domínio. Quase todos os anos, ela apresenta à Assembleia Geral uma ou outra proposta relativa ao desarmamento. No ano passado, ela gabou-se do grande significado do seu acordo concluído com os Estados Unidos sobre a chamada limitação dos armamentos nucleares estratégicos, e no ano corrente exaltou, ainda com maior veemência, a chamada importância transcendental, que marca época, do acordo soviético-norte-americano sobre a prevenção da guerra nuclear. Paralelamente, ela propôs, com ar de toda a seriedade, que os cinco membros permanentes do Conselho de

Segurança reduzam as despesas militares de dez por cento e utilizem uma parte desses fundos economizados para ajudar os países em vias de desenvolvimento. Isso é uma velha bugiganga de Kruschov que vem sendo apregoada há mais de dez anos e não pode enganar muita gente. Como se calculam as despesas militares? Só para examinar esta questão, dever-se-ia estabelecer um comité que funcionaria durante vários anos. É possível realmente reduzir as despesas militares? De qualquer maneira, até hoje, nunca tal aconteceu. Em nossa opinião, é melhor acabar imediatamente com tais palavreados. Se é verdadeiramente o «aliado natural e mais seguro» dos países em desenvolvimento, então que suba a esta tribuna para declarar abertamente que a sua ajuda militar a todos os países em desenvolvimento, na sua resistência à agressão estrangeira, é gratuita e livre de pagamento, que não é negociante de armas, e que, embora tenha pedido o pagamento no passado, não impõe que lhe sejam reembolsadas as dívidas nem pagos os juros e isso particularmente em relação aos países árabes em luta. Que, sem rodeios, proclame publicamente que renunciará à cobrança de todos os empréstimos militares, deixando que o vento os leve. Não seria isto mais prático?

Que espécie de desarmamento geral? A realidade é que, no mundo de hoje, as duas superpotências estão empenhadas numa incontrolável competição armamentista. O seu objectivo reside em procurar a superioridade nuclear e conseguir a hegemonia nuclear para dominar o mundo. Falando francamente, qualquer desarmamento deve consistir, antes de mais nada, na redução das forças das duas superpotências. Mas, será possível realizá-lo? Neste ponto, o Governo norte-americano é mais franco do que o Governo soviético ao admitir que as despesas militares não se podem reduzir no contexto de rivalidade entre as duas potências hegemónicas. O problema actual, que os numerosos países médios e pequenos enfrentam, não é absolutamente o do desarmamento, mas sim o do reforço da sua capacidade de defesa necessária e independente. Se

mesmo a Europa Ocidental dispõe duma insuficiente capacidade de defesa, quanto mais os numerosos países médios e pequenos da Ásia, África e América Latina. De que vão eles desarmar-se? Falar de desarmamento geral nessas circunstâncias é simplesmente um disparate. Aderir realmente a tais propostas significa exigir que todo o mundo realize o desarmamento total ante as duas superpotências e se deixe submeter a elas.

O Governo chinês é a favor da convocação duma conferência mundial para um autêntico desarmamento. Mas para isso devem existir as necessárias condições prévias e objectivos claros. Isto é: todos os países nucleares, em particular as duas superpotências nucleares — os Estados Unidos e a União Soviética — devem, antes de tudo, tomar o inequívoco compromisso de não darem o primeiro passo na utilização das armas nucleares em momento algum e em nenhuma circunstância, sobretudo de não as utilizarem contra os países não-nucleares e as zonas desnuclearizadas. Por exemplo, a União Soviética deve assumir tais responsabilidades para com a zona desnuclearizada da América Latina. Devem repatriar do estrangeiro todas as forças armadas, inclusive as forças mísseis nucleares e desmantelar todas as bases militares, inclusive as bases nucleares, implantadas nos territórios dos outros países. Só assim é possível que os países do mundo, grandes e pequenos, em pé de igualdade e livres de qualquer ameaça de força, discutam com calma e resolvam problemas tais como a interdição completa e a destruição total das armas nucleares.

Há quem nos acuse de que a posição da China sobre o desarmamento é «ou tudo ou nada». Isso é deformação dos factos. Cabe perguntar: qual é a dificuldade para os países nucleares de assumirem, antes de mais nada, o compromisso de não tomarem a iniciativa na utilização das armas nucleares em momento algum e em nenhuma circunstância e sobretudo de não as utilizarem contra os países não-nucleares e as zonas desnuclearizadas, como primeiro passo para o desarmamento nuclear? Não é este o primeiro passo realmente efectivo para a interdição completa e a destruição total das armas nucleares? Porém, esses «santos» que preconizam o desarmamento, não querem assumir este mínimo compromisso. Acaso não é isto suficiente para demonstar que eles são de facto imperialistas que insistem na expansão armamentista e na agressão, ameaçam os povos do mundo e procuram a hegemonia mundial?

Senhor presidente,

Faz três anos que a República Popular da China participa das actividades das Nações Unidas. Queremos dizer com franqueza que a nossa experiência nas Nações Unidas nos deixa preocupados. Os discursos ressoam pelo salão e as resoluções amontoam-se, mas a Organização das Nações Unidas é incapaz de se ocupar dos problemas que carecem da sua intervenção (como a questão da prevenção da guerra nuclear), é impotente para solucionar muitos problemas importantes no mundo (como a questão do Médio Oriente). A continuar assim, que futuro se apresenta às Nações Unidas? Todavia não desanimamos. Sustentamos que a situação actual das Nações Unidas tem que mudar e que deve ser revista a sua Carta. O mundo já mudou. Como é possível que as Nações Unidas continuem a trabalhar da mesma maneira que há mais de vinte anos? O Terceiro Mundo ergueu-se vigorosamente. Se as Nações Unidas querem ser dignas do seu nome, então têm que reflectir as aspirações dos numerosos países médios e pequenos e realizar realmente o princípio da igualdade entre todos os países, grandes e pequenos, e não mais se deixar controlar pelas superpotências e pelo pequeno número dos seus seguidores. A China está pronta a envidar os seus esforços, em colaboração com todos os países amantes da paz e da justiça, pela realização deste nobre objectivo.

Obrigado, Senhor Presidente!

DISCURSO DE TEM SIAO-PIM, CHEFE DA DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

(10 de Abril de 1974)

Senhor Presidente:

Foi inaugurada com êxito a Sessão Extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre os problemas das matérias-primas e do desenvolvimento, por iniciativa do Presidente do Conselho da Revolução da República Popular Democrática da Argélia, Houari Boumediene, e com o apoio da maioria esmagadora dos países do mundo. Nos vinte e nove anos decorridos desde a fundação das Nações Unidas, é a primeira vez que se celebra uma sessão especial para se discutir o importante problema de opor-se à exploração e à pilhagem imperialistas e de modificar as relações económicas internacionais. Isto reflecte as profundas mudanças ocorridas na situação internacional. O Governo chinês felicita calorosamente a convocação da presente sessão e deseja que esta contribua positivamente para o fortalecimento da unidade dos países em vias de desenvolvimento, para a salvaguarda dos seus direitos e interesses económicos nacionais e para a promoção da luta dos povos do mundo contra o imperialismo e, em especial, contra o hegemonismo.

Actualmente, a situação internacional é muito favorável para os países em vias de desenvolvimento e para os povos do mundo inteiro. A velha ordem, estabelecida na base do colonialismo, do imperialismo e do hegemonismo, está a ser cada vez mais minada e abalada. As relações internacionais estão em violenta mutação. O mundo inteiro encontra-se em agitação e intranquilidade. Caracterizamos esta situação com uma expressão chinesa: «há

uma grande desordem sob o céu» Esta «desordem» é uma manifestação da exacerbação contínua das diversas contradições fundamentais que existem no mundo de hoje. Ela acelera a desagregação e a ruína das forças decadentes reaccionárias, ao mesmo tempo que estimula o despertar das forças populares nascentes e contribui para o seu fortalecimento.

Nesta situação, caracterizada por uma «grande desordem sob o céu», as diversas forças políticas do mundo conheceram divisões e reagrupamentos drásticos, em consequência de afrontamentos e lutas de grande duração. Uma série de países da Ásia, África e América Latina conquistaram, uns após os outros, a independência e desempenham um papel cada vez mais importante nos assuntos internacionais. O campo socialista, que tinha existido durante certo tempo a seguir à Segunda Guerra Mundial, já deixou de o ser, devido à aparição do social-imperialismo. O bloco imperialista ocidental também se desintegrou, devido à lei do desenvolvimento desigual do capitalismo. A julgar pelas mudanças verificadas nas relações internacionais, o mundo actual está composto, na realidade, em três partes ou três mundos, que estão, ao mesmo tempo, mutuamente relacionados e em contradição uns com os outros. Os Estados Unidos e a União Soviética formam o primeiro mundo; os países em vias de desenvolvimento da Ásia, África e América Latina e de outras regiões formam o terceiro mundo; e os países desenvolvidos, que se encontram entre os dois, formam o segundo mundo.

As duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, tentam em vão assegurar-se da hegemonia mundial. Ambas procuram, através de diversos meios, colocar sob o seu respectivo controle os países em vias de desenvolvimento da Ásia, África e América Latina e, ao mesmo tempo, intentam humilhar os países desenvolvidos, cujo potencial é inferior ao seu.

As duas superpotências são os maiores exploradores e opressores internacionais da nossa época e constituem o foco duma nova guerra mundial. Ambas dispõem de importantes quantidades de armas nucleares. Elas lançam-se numa corrida desenfreada aos armamentos, têm estacionados grandes contingentes militares no estrangeiro e estabelecem bases militares por toda a parte, ameaçando assim a independência e a segurança de todos os países. Elas não deixam de submeter os outros países ao seu controle, subversão, intervenção e agressão. No plano económico, ambas se dedicam à exploração das outras nações, pilhando as suas riquezas e espoliando os seus recursos. No que se refere às vexações infligidas a outrem, a superpotência que ostenta a bandeira de socialismo mostra-se ainda mais pérfida. Enviou tropas a ocupar a Checoslováquia, sua «aliada», e fomentou uma guerra para desmembrar o Paquistão. Não cumpre a sua palavra e nunca age com lealdade. Esta superpotência procura apenas os seus interesses e, para consegui-los, não recua diante de nada.

O caso dos países desenvolvidos, situados entre as superpotências e os países em vias de desenvolvimento, é complexo. Alguns deles mantêm ainda relações colonialistas, sob diversas formas, com países do terceiro mundo; Portugal, por exemplo, prossegue inclusivamente a sua bárbara dominação colonial. Deve-se pôr cobro a este estado de coisas. Entretanto, todos estes países desenvolvidos são vítimas, em maior ou menor grau, do controle, da ameaça ou das vexações de uma ou da outra superpotência; entre eles, há alguns que, na realidade, foram reduzidos por uma superpotência ao estado de dependência, sob o rótulo da chamada «grande comunidade». Todos estes países mostram, em distintos graus, o seu desejo de libertar-se da escravidão ou do controle das superpotências e de preservar a sua independência nacional e a integridade da sua soberania.

Os numerosos países em vias de desenvolvimento sofreram, durante muito tempo, a opressão e a exploração por parte do colonialismo e do imperialismo. Conquistaram a independência política; todavia, todos, sem excepção,

enfrentam ainda a tarefa histórica de liquidar as forças remanescentes do colonialismo, de desenvolver a economia nacional e de consolidar a independência nacional. Estes países estendem-se por vastos territórios, onde vive uma população muito numerosa e onde os recursos naturais são abundantes. Tendo sido os mais cruelmente oprimidos, têm o mais veemente desejo de opor-se à opressão, de obter a sua libertação e o seu desenvolvimento. Na sua luta pela libertação e independência nacionais, eles demonstram uma força prodigiosa sem igual e alcançam constantemente brilhantes vitórias. Eles representam a força motriz revolucionária que faz avançar a roda da história mundial e constituem a força principal na luta contra o colonialismo, o imperialismo e, em particular, contra as superpotências.

Já que as duas superpotências se disputam a hegemonia mundial, as contradições existentes entre elas são irreconciliáveis; ou predomino eu, ou predominas tu. Os seus compromissos e conluios só podem ser parciais, temporários e relativos, ao passo que a sua rivalidade é geral, prolongada e absoluta. A chamada «redução equilibrada das forças armadas» e a chamada «limitação das armas nucleares estratégicas» não passam, ao fim e ao cabo, de palavras ocas. Na realidade, não pode haver nem «equilíbrio» nem «limitação». Elas podem concluir certos acordos, mas tais acordos são apenas coisas superficiais e enganadoras. No fundo, elas lançam-se numa rivalidade ainda maior e mais encarniçada. A disputa entre as superpotências estende-se por todo o mundo. Estrategicamente, a Europa é o ponto-chave da sua contenda e, ali, elas encontram-se numa confrontação intensa há já muitos anos. Além disso, a sua rivalidade acentua-se no Médio Oriente, no Mediterrâneo, no Golfo Pérsico, no Oceano Índico, assim como na região do Pacífico. Todos os dias, elas apregoam o desarmamento, mas, na realidade, estão empenhadas na expansão armamentista. Todos os dias, falam de «détente», mas criam de facto a tensão. Lá, onde elas se disputam, surgem convulsões. Enquanto existirem o imperialismo e o social-imperialismo, não haverá absolutamente, neste mundo, nem tranquilidade nem a assim chamada paz duradoira; ou entrarão em guerra um contra o outro, ou serão os povos que farão a revolução. Como sublinhou o Presidente Mao Tsetung, *subsiste o perigo de uma nova guerra mundial e os povos de todos os países devem preparar-se para isso. Mas a tendência principal no mundo é, presentemente, a revolução.*

As duas superpotências criaram, elas próprias, os seus antagónicos. As suas acções são as de grandes países que maltratam os pequenos países, as de países fortes que humilham os países fracos, e as de países ricos que oprimem os países pobres; elas provocam a resistência enérgica por parte do terceiro mundo e dos povos de todos os países. Os povos da Ásia, África e América Latina obtiveram novas e constantes vitórias na sua luta contra o colonialismo, o imperialismo e, em particular, contra o hegemonismo. Os povos da Indochina continuam a fazer avançar a sua luta contra a agressão do imperialismo norte-americano e pela libertação nacional. Durante a quarta guerra no Médio Oriente, os povos dos países Árabes e da Palestina romperam com o controle das duas superpotências e com a situação de «nem guerra nem paz», e alcançaram uma grandiosa vitória sobre os agressores Israelitas. A luta dos povos Africanos contra o imperialismo, o colonialismo e a discriminação racial desenvolve-se em profundidade. A República da Guiné-Bissau nasceu gloriosamente nas chamas ardentes da luta armada. Os povos de Moçambique, de Angola, de Zimbabwe, da Namíbia e da Azânia desenvolvem vigorosamente a luta armada e o movimento de massas contra a dominação colonial portuguesa e o racismo dos brancos da África do Sul e da Rodésia do Sul. Desenvolveu-se a luta em defesa dos direitos marítimos, iniciada por países latino-americanos, transformando-se numa luta de envergadura mundial contra a hegemonia marítima das duas superpotências. A Décima Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Afri-

cana, a 4.ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Não-Alinhados, a Conferência Cimeira dos Países Árabes e a Conferência Cimeira dos Países Islâmicos, todas elas condenaram energicamente o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o hegemonismo, o sionismo e o racismo, traduzindo assim a firme vontade e a inabalável determinação dos países em vias de desenvolvimento de fortalecer a sua unidade, de apoiar-se e ajudar-se mutuamente e de combater com ódio contra o inimigo comum. A luta, travada pelos países e povos da Ásia, África e América Latina, avançando em vagas sucessivas, pôs a nu a natureza vulnerável do imperialismo e, em particular, das superpotências, que são fortes em aparência mas fracas na realidade. Ela desferiu duros golpes à sua sinistra ambição de dominação do mundo.

O hegemonismo e a política de força das duas superpotências também suscitaram um vivo descontentamento dos países desenvolvidos do segundo mundo. Desenvolve-se cada vez mais a luta empreendida por estes países contra o controle, a intervenção, a ameaça e a exploração por parte das superpotências, que rejeitam sobre eles o peso da sua crise económica. Esta luta exerce também uma influência importante sobre a evolução da situação mundial.

Factos inumeráveis demonstram que todo o ponto de vista que sobrestima a força das duas superpotências e subestima a força dos povos é infundado. Os que realmente têm força não são uma ou as duas superpotências, mas sim o terceiro mundo e os povos dos demais países que, mantendo-se unidos, ousam lutar e triunfar. Visto que os numerosos países e povos do terceiro mundo souberam conquistar a sua independência política através duma luta prolongada, indubitavelmente sobre esta base também poderão imprimir, por meio de uma luta sem tréguas, uma mudança radical nas relações económicas internacionais existentes, baseadas na desigualdade, no controle e na exploração, e criar condições indispensáveis para o desenvolvimento independente das suas economias

nacionais, fortalecendo a sua unidade e aliando-se com os outros países vítimas dos vexames das superpotências e com todos os povos do mundo, incluindo os povos norte-americano e soviético.

Senhor Presidente:

A essência dos problemas das matérias-primas e do desenvolvimento reside na luta dos países em vias de desenvolvimento pela defesa da sua soberania nacional e pelo desenvolvimento da sua economia nacional e contra a pilhagem e o controle do imperialismo e, sobretudo, das superpotências. Isto constitui um aspecto extremamente importante da actual luta dos países e povos do terceiro mundo contra o colonialismo, o imperialismo e o hegemonismo.

É do conhecimento geral que, no decorrer dos últimos séculos, o colonialismo e o imperialismo escravizaram e exploraram sem escrúpulos os povos dos países da Ásia, África e América Latina. Aproveitando-se da mão-de-obra barata e dos ricos recursos naturais desses países, eles implantaram aí uma economia deformada, monovalente, adquiriram produtos agrícolas e minerais a preços vis, praticaram o dumping dos seus produtos industriais e procederam a trocas de valores desiguais, a fim de estrangular a indústria nacional e colher superlucros. A riqueza dos países desenvolvidos e a pobreza dos países em vias de desenvolvimento resultam da política de espoliação praticada pelo colonialismo e pelo imperialismo.

Se bem que um grande número de países da Ásia, África e América Latina tenham já obtido a sua independência política, as alavancas de comando das suas economias continuam controladas, em graus diversos, pelo colonialismo e pelo imperialismo, e as suas antigas estruturas económicas não conheceram uma mudança fundamental. O imperialismo e, notadamente, as superpotências, recorrendo a métodos neocolonialistas, continuam a inten-

sificar a exploração e pilhagem a que submetem os países em vias de desenvolvimento. Exportam capitais para os países em vias de desenvolvimento e estabelecem ali um «Estado dentro do Estado», através das organizações monopolistas internacionais, tais como as «sociedades multinacionais», a fim de perpetrarem a pilhagem económica e a ingerência política. Valendo-se da sua posição monopolista que exercem sobre o mercado internacional, eles aumentam os preços de exportação dos seus produtos, baixam os preços das matérias-primas provenientes dos países em vias de desenvolvimento, e embolsam, assim, lucros fabulosos. Além disso, à medida que se agravam as crises políticas e económicas do capitalismo e que se acentua a concorrência entre eles, intensificam a sua rapina dos países em vias de desenvolvimento, fazendo recair sobre estes o peso das suas crises económicas e monetárias.

Convém sublinhar que a superpotência, que se proclama país socialista, não deixa de ser menos hábil no prosseguimento da pilhagem económica neocolonialista. Sob o rótulo da «cooperação económica» e da «divisão internacional do trabalho», ela exerce fortes pressões sobre a sua «grande comunidade», com o objectivo de arrecadar superlucros. A sua procura de lucros a expensas de outrem atingiu proporções raramente vistas, inclusivamente nos demais países imperialistas. As empresas mistas que ela estabeleceu em alguns países em nome da «ajuda» e do «apoio» são, na sua essência, cópias das «sociedades multinacionais». Tem o costume de vender a altos preços os seus equipamentos desusados e armamento antiquado a países em vias de desenvolvimento, em troca de matérias-primas estratégicas e de produtos agrícolas. Ela redobrou as suas actividades nas transacções de material de guerra, convertendo-se num traficante internacional de canhões. Frequentemente, aproveita-se das dificuldades dos outros para obrigá-los a reembolsar as suas dívidas. Na recente guerra do Médio Oriente, ela ganhou com a venda de armas e munições uma soma colossal de divisas;

comprou petróleo árabe a baixo preço, para em seguida vendê-lo a preço exorbitante, realizando assim, num abrir e fechar de olhos, uma imensa fortuna. Por outro lado, apregoa a teoria da «soberania limitada», alega que os recursos dos países em vias de desenvolvimento seriam propriedade internacional e chega até a afirmar que «a soberania dos países em vias de desenvolvimento sobre os recursos naturais depende, em grande medida, da capacidade de utilização destes recursos pela indústria desses países». Trata-se duma teoria imperialista descarada. Ela demonstra uma insolência ainda maior do que a tese divulgada pela outra superpotência a propósito da «interdependência», tese que, na realidade, visa manter as relações entre exploradores e explorados. Um país autenticamente socialista deve aderir aos princípios do internacionalismo, prestar apoio e assistência sinceros aos países e nações oprimidos, e ajudá-los a desenvolver as suas economias nacionais. Mas esta superpotência faz precisamente o contrário. Isto é mais uma prova de que ela é socialista em palavras e imperialista nos factos.

A pilhagem e a exploração por parte do colonialismo e do imperialismo e, sobretudo, das superpotências, tornaram os países pobres ainda mais pobres e os países ricos ainda mais ricos, e fazem aumentar ainda mais a disparidade entre eles. Os imperialistas constituem o mais forte obstáculo para a libertação e o progresso dos países em vias de desenvolvimento. Para estes países, é inteiramente justo acabar com o monopólio e o saque económico do imperialismo, desembaraçar-se desses obstáculos e tomar todas as medidas necessárias, para protegerem os seus recursos económicos e outros direitos e interesses nacionais.

Os actos e gestos do imperalismo, sobretudo das superpotências, não podem deter o avanço vitorioso dos países em vias de desenvolvimento na sua luta pela emancipação económica. Recentemente, na guerra do Médio Oriente, os países árabes, unidos como um bloco, utilizaram o petróleo como arma e assestaram duros golpes ao sio-

nismo e àqueles que o apoiam. Agiram bem e com toda a razão. Trata-se dum acontecimento sem precedentes, surgido na luta anti-imperialista dos países em vias de desenvolvimento, que elevou em grande medida o moral dos povos do terceiro mundo e abateu consideravelmente a arrogância do imperialismo. Ele permitiu quebrar o monopólio que o imperialismo se atribui desde há muito tempo no domínio da economia internacional, e também demonstrar plenamente a força impressionante dos países em vias de desenvolvimento, comprometidos numa luta solidária. Se os monopólios imperialistas agem em conluio, manipulam à sua vontade o mercado e causam graves prejuízos aos interesses vitais dos países em vias de desenvolvimento, por que não podem estes unir-se para romper o monopólio do imperialismo e defender os seus próprios direitos e interesses económicos? A luta do petróleo abriu novos horizontes. O que se conseguiu alcançar na luta do petróleo, também deve e pode realizar-se quanto às outras matérias-primas.

É de assinalar, além disso, que o significado da luta dos países em vias de desenvolvimento pela defesa dos seus recursos naturais não se limita absolutamente ao campo económico. Para levarem a cabo a expansão dos armamentos e os preparativos bélicos e para se disputarem a hegemonia mundial, as superpotências entregam-se necessariamente a uma pilhagem desenfreada das riquezas do terceiro mundo. O controle e a protecção dos seus próprios recursos por parte dos países em vias de desenvolvimento são indispensáveis não só para consolidar a independência política e desenvolver a economia nacional, mas também para opor-se à expansão armamentista e aos preparativos de guerra empreendidos pelas superpotências e impedi-las de desencadear uma guerra de agressão.

Senhor Presidente:

Consideramos que o requisito primordial para que os países do terceiro mundo desenvolvam as suas economias é a defesa da sua independência política. Ao conquistar a sua independência política, o povo dum país dá o primeiro passo, e tem ainda que consolidá-la, porque no país subsistem as forças remanentes do colonialismo, ao mesmo tempo que existe também o perigo de subversão e de agressão por parte do imperialismo e do hegemonismo. A consolidação da independência política implica necessariamente um processo de lutas repetidas. Em última análise, a independência política é inseparável da independência económica. Sem independência política, não se pode falar de independência económica; e, sem independência económica, a independência dum país resulta incompleta e insegura.

Nós, países em vias de desenvolvimento, dispomos dum imenso potencial que nos permite um desenvolvimento totalmente independente das nossas economias. Se avançarmos, sem desfalecimentos, pela via da independência, da autonomia e da confiança nas nossas próprias forças, tendo em conta as nossas particularidades e condições específicas, nós seremos perfeitamente capazes de atingir progressivamente um nível de produção elevado, que os nossos predecessores jamais atingiram, na modernização da indústria e da agricultura. As alegações, que o imperialismo divulgou premeditadamente sobre o desenvolvimento dos nossos países e que têm como objectivo fazer-nos ceder ao pessimismo, ao desespero e ao sentimento de impotência, são desprovidas de qualquer fundamento.

Por autoconfiança em si mesmo, entendemos que um país deve apoiar-se principalmente na força e no espírito criador do seu próprio povo, controlar os sectores vitais da sua economia, aproveitar plenamente os seus recursos naturais, esforçar-se por aumentar a sua produção de cereais e desenvolver de maneira planificada e gradual a sua economia nacional. Quando se põe em prática os prin-

cípios de independência, de autonomia e de confiança em si mesmo, não se deve de modo nenhum ignorar as realidades do país, mas sim conformar-se às suas condições concretas, discernir o seu caso específico e determinar a via que permite contar com as suas próprias forças. Na etapa actual, um país em vias de desenvolvimento que deseja fomentar a sua economia nacional deve, antes de mais nada, tornar-se dono dos seus recursos naturais e libertar-se gradualmente do controle do capital estrangeiro. A produção de matérias-primas ocupa uma percentagem muito importante na economia nacional de muitos países em vias de desenvolvimento. Se estes países conseguirem tomar nas suas mãos a produção, a utilização, a venda, a armazenagem e o transporte das suas matérias-primas, e vendê-las a um preço razoável mediante relações comerciais em pé de igualdade, a fim de conseguirem maior quantidade de produtos necessários para o desenvolvimento da sua produção industrial e agrícola, estarão então em condições de vencer progressivamente as dificuldades que enfrentam e limpar o caminho para libertar-se, quanto antes, do estado de pobreza e de atraso.

Contar com as suas próprias forças não significa absolutamente «isolar-se do resto do mundo» e recusar a ajuda estrangeira. Sempre considerámos que é benéfico e necessário, para o desenvolvimento da economia nacional, efectuar entre os diversos países um intercâmbio económico e tecnológico e aprender dos outros o que lhes faz falta, na base do respeito da soberania estatal, da igualdade e das vantagens recíprocas, assim como em função das necessidades de cada um.

Nesta ocasião, queremos dar o devido relevo ao facto de que a cooperação económica entre os países em vias de desenvolvimento reveste uma importância muito particular. Os países do terceiro mundo compartilharam no passado da mesma sorte e hoje eles têm ante si a tarefa comum de lutar contra o colonialismo, o neocolonialismo e o hegemonismo de grande potência, de desenvolver as

suas economias nacionais e de edificar os seus respectivos países. Nós temos todas as razões para nos unirmos ainda mais estreitamente e nenhuma razão para nos afastarmos uns dos outros. O imperialismo e, em particular, as superpotências aproveitam-se de algumas divergências temporárias, existentes entre nós, países em vias de desenvolvimento, para semear a discórdia e a divisão entre nós e sabotar a nossa unidade, com o objectivo de continuarem a sua manipulação, controle e pilhagem dos nossos países. Devemos manter-nos plenamente vigilantes neste aspecto. Certas divergências que apareçam entre nós, países em vias de desenvolvimento, podem e devem seguramente ser resolvidas, mediante consultas, entre as partes interessadas. Quanto ao problema do petróleo, os países em vias de desenvolvimento interessados estão envidando activos esforços em busca dos meios apropriados para uma solução razoável, facto que é digno do nosso regozijo. Nós, países em vias de desenvolvimento, devemos não só apoiar-nos mutuamente no plano político mas também ajudar-nos no plano económico. A nossa cooperação, que se baseia realmente na igualdade, apresenta perante si amplas perspectivas.

Senhor Presidente:

Os países do terceiro mundo exigem energicamente a mudança das relações económicas internacionais, extremamente desiguais, tal como existem hoje em dia entre as nações, e formulam a este respeito numerosas proposições de reforma razoáveis. O Governo e o povo chineses acolhem calorosamente todas as proposições justas que eles formularam e apoiam-nas resolutamente.

Sustentamos que as relações, tanto políticas como económicas, entre Estados devem basear-se nos cinco princípios seguintes: respeito mútuo da soberania e da integridade territorial, não-agressão mútua não-ingerência dos assuntos internos dum país por parte de outro, igual-

dade e benefício recíproco, e coexistência pacífica. Opomo-nos a que um país, qualquer que ele seja, estabeleça a sua hegemonia e as suas esferas de influência, em qualquer parte do mundo, em violação destes princípios.

Somos de opinião de que os assuntos de cada país devem ser geridos pelo seu próprio povo. Os povos dos países em vias de desenvolvimento têm o direito de fazer opção e decidir do seu próprio sistema social e económico. Somos a favor do exercício duma soberania permanente, pelos países em vias de desenvolvimento, sobre os seus próprios recursos naturais. Apoiamos os esforços que eles empregam para controlar, administrar e mesmo nacionalizar todos os capitais estrangeiros e, em particular, as «sociedades multinacionais». Apoiamos a sua posição que consiste em desenvolver a economia nacional «contando com as suas próprias forças, individual ou colectivamente».

Consideramos que todos os países, grandes ou pequenos, ricos ou pobres, devem tratar-se em pé de igualdade e que os assuntos económicos internacionais devem ser tratados conjuntamente por todos os países do mundo, sem que seja permitido a uma ou duas superpotências monopolizá-los. Apoiamos o pleno direito dos países em vias de desenvolvimento, que representam a grande maioria da população mundial, de participar em todas as decisões respeitantes ao comércio, ao problema monetário, aos transportes marítimos internacionais, etc.

Somos partidários de que o comércio internacional deve basear-se nos princípios da igualdade, das vantagens recíprocas e da complementaridade. Apoiamos as exigências imperativas dos países em vias de desenvolvimento, tais como a melhoria das condições do seu comércio relativo às matérias-primas, aos produtos primários e aos produtos semimanufacturados e manufacturados, a extensão dos seus mercados e a fixação de preços justos e favoráveis. Apoiamo-los no estabelecimento de organizações dos países exportadores das diversas matérias-primas, na luta comum contra o colonialismo, o imperialismo e o hegemonismo.

Somos de opinião de que a ajuda económica, proporcionada aos países em vias de desenvolvimento, deve respeitar estritamente a soberania dos Estados beneficiários, sem que essa ajuda implique qualquer condição política ou militar, sem exigir privilégio algum ou lucros exorbitantes. Os créditos que lhes são concedidos devem ser isentos de interesse ou a baixo interesse; deve-se aceitar, em caso de necessidade, a prorrogação do prazo de pagamento do capital e interesses, ou inclusivamente, a redução e anulação das dívidas. Opomo-nos à exploração dos países em vias de desenvolvimento por meio da usura e da extorsão, sob a capa de ajuda.

Preconizamos que a tecnologia, enviada para os países em vias de desenvolvimento deve ser prática, eficaz, económica e adequada. Os peritos e outro pessoal, enviados para os países beneficiários, devem transmitir conscienciosamente os seus conhecimentos técnicos à população local, respeitar as leis e costumes nacionais desses países, e não devem exigir nenhum tratamento especial e, muito menos, dedicar-se a actividades ilegais.

Senhor Presidente:

A China é um país socialista e, ao mesmo tempo, um país em vias de desenvolvimento. Ela pertence ao terceiro mundo. O Governo e o povo chineses, sempre fiéis aos ensinamentos do Presidente Mao, apoiam firmemente todos os povos e nações oprimidos na sua luta pela conquista e salvaguarda da independência nacional e pelo desenvolvimento da economia nacional e contra o colonialismo, o imperialismo e o hegemonismo. É um dever internacionalista que nos incumbe. A China não é, nem será jamais, uma superpotência. Que se entende por superpotência? Uma superpotência é um país imperialista que por toda a parte se dedica à agressão, à inter-

venção, ao controle, à subversão e à pilhagem contra outros países e procura a hegemonia mundial. Se o capitalismo se restaura num grande país socialista, este converter-se-á, inevitavelmente, numa superpotência. Tanto a Grande Revolução Cultural Proletária, levada a cabo na China durante os últimos anos, como a campanha de crítica a Lin Piao e Confúcio, que actualmente se desenvolve no nosso país, têm por objectivo prevenir a restauração do capitalismo e garantir que a China socialista jamais mude de cor e que permaneça sempre ao lado dos povos e nações oprimidos. Se a China viesse um dia a mudar de cor e se se convertesse numa superpotência, comportando-se no mundo como um déspota e perpetrando por todas as partes vexações, agressões e a exploração, então os povos de todo o mundo teriam o direito de lhe colar o rótulo de social-imperialismo, de denunciar este social-imperialismo, estigmatizá-lo e, juntamente com o povo chinês, abatê-lo.

Senhor Presidente:

A história desenvolve-se no decorrer da luta e o mundo avança através de convulsões. O imperialismo e, principalmente, as superpotências, acossados de múltiplas dificuldades, atravessam um declínio acelerado. Os países querem a independência, as nações querem a libertação e os povos querem a revolução; é uma corrente histórica irresistível. Estamos seguros de que os países e os povos do terceiro mundo poderão conquistar continuamente novas vitórias, sempre que fortaleçam a sua unidade, se unam com todas as forças susceptíveis de ser unidas e perseverem numa luta prolongada.

ÍNDICE

— UNIR AS MASSAS PARA DERROTAR AS MINORIAS 5

A China contra as superpotências 7

Agradeçamos ao grande Lénine 13

O apoio de Pequim a Moscovo 20

O início do terceiro debate 28

A borda do precipício 36

A rotura Sino-Soviética 43

Crítica do Revisionismo Moderno 52

Construindo uma nova frente unida 60

As relações com os Estados Unidos 68

— SOBRE A NOSSA POLÍTICA, Mao Tsetung (25 de Dezembro de 1940) 77

— POVOS DE TODO O MUNDO UNI-VOS PARA DERROTAR OS AGRESSORES NORTE-AMERICANOS E OS SEUS LACAIOS! 91

Declaração em apoio à justa luta dos negros dos Estados Unidos contra a discriminação racial praticada pelo Imperialismo Norte-Americano (8 de Agosto de 1963) 93

Declaração contra a agressão e massacre do povo do Sul do Vietname perpetrados pela camarilha Americano-Diemista (29 de Agosto de 1963) 97

Declaração em apoio à justa luta patriótica do povo panamense contra o Imperialismo Norte-Americano (12 de Janeiro de 1964) 100

Declaração em apoio à justa luta patriótica do povo Japonês contra o Imperialismo Norte-Americano (27 de Janeiro de 1964) 103

Declaração em apoio ao povo Congolês (Léopoldville) contra a agressão Norte-Americana (28 de Novembro de 1964) 105

Declaração em apoio à resistência do povo dominicano contra a agressão armada dos Estados Unidos (12 de Maio de 1965) 107

— COMUNICADO CONJUNTO SINO-AMERICANO (28 de Fevereiro de 1972) 111

— DISCURSO DE TCHIAO CUAN-HUA, CHEFE DA DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NA 27.ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU (3 de Outubro de 1972) 119

— DISCURSO DE TCHIAO CUAN-HUA, CHEFE DA DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NA 28.ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU (2 de Outubro de 1973) 143

Quais as características da actual situação mundial? 145

Qual é a fonte da ausência de tranquilidade no mundo de hoje? 147

Quem se opõe afinal de contas, ao desanuviamento? 151

A questão do Camboja 154

A questão da Coreia 155

A questão do Bangla-Desh 158

O problema do Médio-Oriente 158

O problema da luta contra o colonialismo 160

O problema da luta contra a hegemonia marítima ... 161

O problema do desarmamento 164

— DISCURSO DE TEM SIAO-PIM, CHEFE DA DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, NA SESSÃO EXTRAORDINARIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU (10 de Abril de 1974) ... 169

CADERNOS **OPERÁRIO VERMELHO**

PUBLICADOS:

1 — *As massas edificam o socialismo, o partido fá-las ganhar consciência* — Enver Hoxha.

2 — *Sobre a caricatura do marxismo e o «economismo imperialista»* — Lenine.

3 — *O imperialismo e a cisão do socialismo.*

*

Aventureirismo revolucionário — Lenine.

Cada 10$00